



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**NILO RAMOS MOREIRA DE SOUZA**

**A PROPOSIÇÃO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO  
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPRINO-  
OVINOCULTURA EM UAUÁ - BA**

**Juazeiro – Ba  
2020**

NILO RAMOS MOREIRA DE SOUZA

**A PROPOSIÇÃO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO DA CAPRINO-OVINOCULTURA EM UAUÁ - BA**

Dissertação, apresentado ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador Professor Dr. Luiz Mauricio Cavalcante Salviano e coorientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucia Marisy S. R. de Oliveira.

Juazeiro - BA  
2020

Dados Internacionais de Catalogação - CIP

S729p Souza, Nilo Ramos Moreira de

A proposição de Indicação Geográfica como estratégia de desenvolvimento da caprino-ovinocultura em Uauá - BA / Nilo Ramos Moreira de Souza. – Juazeiro - BA, 2020.

xv, 144 f. : il. ; 29,7 cm.

Dissertação de Mestrado (Extensão Rural) Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Campus – Juazeiro - BA, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Maurício Cavalcante Salviano.

Inclui referências.

1. Geografia agrícola. 2. Indicação geográfica. 2. Identidade cultural. 3. Uauá - município BA. 4. Caprino-ovinocultura. I. Título. II. Salviano, Luiz Maurício Cavalcante. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 630.9

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**NILO RAMOS MOREIRA DE SOUZA**

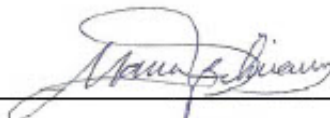
**A PROPOSIÇÃO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO DA CAPRINO-OVINOCULTURA EM UAUÁ - BA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, nível Mestrado Profissional, na Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Processos Sociais, como requisito da obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Orientador Professor Dr. Luiz Mauricio Cavalcante Salviano e coorientadora Professora Dr<sup>a</sup> Lucia Marisy S. R. de Oliveira.

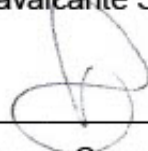
Aprovado em: 30 de novembro de 2020.

**Banca Examinadora**



---

Prof. Dr. Luiz Mauricio Cavalcante Salviano – PPGExR/Univasf



---

Prof. Dr. Vanderlei Souza Carvalho – PPGExR/Univasf



---

MSc. Clóvis Guimarães Filho - EMBRAPA – Semiárido



---

Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte - Univasf

Dedico esse trabalho ao professor *Otoniel Pereira de Queiroz* (In memoriam) e assim ao meus queridos e saudosos professores da UNEB (DTCS – III).

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela vida e por todas as oportunidades e livramentos.

A família querida que tenho e faço parte, em especial a minha esposa e as minhas duas filhas. Também a minha mãe, meu pai (in memoriam), meus irmãos, tios, primos e sobrinhos e pessoas tão próximas que não podem ser chamadas apenas como amigas, mas como família.

Aos meus tios avós, entre eles Miguel Ramos (in memoriam) e Manoel Ramos, os quais me apresentaram a beleza e a sinceridade implícita e explícita da agricultura familiar e camponesa com todo seu jeito caboclo de ser.

Aos amigos, compadres e amigas de longa data e sempre presentes, que torceram por mim, me apoiaram e criticaram quando foi necessário.

A comunidade de Uauá, em especial atenção as comunidades de fundos de pastos, aos agricultores familiares, extensionistas rurais, criadores de caprinos e ovinos, que se identificam e formam o patrimônio cultural de Uauá a capital do bode.

As Instituições por onde passei. Ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Uauá, a Escola Agrotécnica de Juazeiro (atual CETEP SSF), ao DTCS/UNEB (FAMESF), a UFRPE, a UNIVASF, a FETAG-BA, a CDA, ao IDESA, a CAFFP, aos municípios de Juazeiro e Uauá.

Com grande apreço ao Prof. Ricardo Duarte, um ser humano incomum e ao Dr Clovis Guimarães Filho, um entusiasta da caprino-ovinocultura, ambos com uma paciência pedagógica imensa e grande inspiração. Mentores.

E ao meu professor orientador, Dr. Luiz Mauricio C. Salviano, pela tranquilidade e comprometimento com o sucesso desse projeto e aqui estendo minha gratidão a professora Lucia Marisy (Co - orientadora), um misto de serenidade e firmeza e assim a todo o corpo docente e discente do PPGExR da UNIVASF.

“Enquanto houver vontade de lutar haverá esperança de vencer”.

*(Santo Agostinho)*

Souza, Nilo Ramos Moreira de. A PROPOSIÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPRINO-OVINOCULTURA EM UAUÁ - BA. Dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR). UNIVASF. Juazeiro (BA). 2020.

## RESUMO

Uma das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares no Território de Identidade do Sertão do São Francisco (baiano), é a caprino-ovinocultura, a qual se misturou a realidade local e passou a desempenhar um papel econômico, social, agroalimentar e estratégico na manutenção desta sociedade. A partir de uma narrativa histórico-cultural, foi verificadas as condições para uma implementação da propriedade Intelectual por meio de Indicação Geográfica. A metodologia da pesquisa foi uma extensa revisão bibliográfica e documental, seguido da aplicação de 42 questionários por meio de plataforma virtual, organizados em seções de interesse, divididos em 06 grupos identificados com a atividade ou atuação na cadeia produtiva, durante agosto e setembro de 2020. Foram analisados dados qualitativos e quantitativos, baseados nos dados secundários e os resultados apontaram para alta relevância dada a realidade socioeconômica e histórico-cultural, atribuídos em relação a atividade em relação ao meio ambiente local. Foi confirmada a existência de elementos para uma Indicação Geográfica, não devendo ser atribuída como uma única alternativa de desenvolvimento. Também se apontou que os dois principais limitadores da atividade são a escassez de forragens no período seco e a deficiência ou falta de serviços de ATER, enquanto que as duas principais alternativas foram justamente a melhoria da oferta de ATER e a maior organização dos criadores (agricultores familiares). Considerações são tecidas para a necessidade do uso racional da caatinga, a organização dos criadores e as parcerias institucionais, sendo os elementos fundamentais numa estratégia de desenvolvimento baseada na implementação de uma Indicação Geográfica.

**Palavras chave:** Indicação Geográfica. Identidade Cultural. Uauá. Caprino-ovinocultura.



Souza, Nilo Ramos Moreira de. THE PROPOSITION OF GEOGRAPHICAL IDENTIFICATION AS A STRATEGY FOR THE DEVELOPMENT OF CAPRINO-OVINOCULTURA IN UAUÁ - BA. Dissertation for the Postgraduate Program in Rural Extension (PPGExR). UNIVASF. Juazeiro (BA). 2020.

## **ABSTRACT**

One of the agricultural activities developed by family farmers in the Identity Territory of the Sertão do São Francisco (Bahia), is goat-sheep farming, which mixed with the local reality and started to play an economic, social, agrifood and strategic role in maintaining this society. From a historical-cultural narrative, the conditions for an implementation of Intellectual Property through Geographical Indication were verified. The research methodology was an extensive bibliographic and documentary review, followed by the application of 42 questionnaires through a virtual platform, organized in sections of interest, divided into 06 groups identified with the activity or performance in the production chain, during August and September 2020 Qualitative and quantitative data were analyzed, based on secondary data and the results pointed to high relevance given the socioeconomic and historical-cultural reality, attributed in relation to the activity in relation to the local environment. The existence of elements for a Geographical Indication has been confirmed, and should not be attributed as a single development alternative. It was also pointed out that the two main activity limitations are the shortage of fodder in the dry season and the deficiency or lack of ATER services, while the two main alternatives were precisely the improvement in the supply of ATER and the greater organization of breeders (farmer's relatives). Considerations are made for the need for the rational use of the caatinga, the organization of the creators and institutional partnerships, being the fundamental elements in a development strategy based on the implementation of a Geographical Indication.

**Keywords:** Geographical Indication. Cultural Identity. Uauá. Goat-sheep breeding.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01-</b> Mapa da Bahia, Territorializado.....	17
<b>Figura 02-</b> Território do Sertão do São Francisco.....	21
<b>Figura 03-</b> Mapa ilustrado de Uauá – BA.....	22
<b>Figura 04-</b> Açougue municipal / mantas de bode e carneiro.....	28
<b>Figura 05-</b> Relação dos componentes de diferentes tipos de carnes.....	30
<b>Figura 06-</b> Venda de couro em feira livre.....	31
<b>Figura 07-</b> Cadeia produtiva / rede formal da caprino-ovinocultura.....	36
<b>Figura 08-</b> Cadeia produtiva em Uauá.....	37
<b>Figura 09-</b> Bandeira de Uauá.....	43
<b>Figura 10-</b> Mapeamento das Associações em Uauá.....	52
<b>Figura 11-</b> Modalidade do direito na PI (Propriedade Intelectual) .....	60
<b>Figura 12-</b> Zoneamento de ovinos em Portugal.....	66
<b>Figura 13-</b> Rota do cordeiro.....	68
<b>Figura 14-</b> Fluxograma de registro de IG no INPI.....	72
<b>Figura 15-</b> Perfil dos entrevistados_Idade.....	87
<b>Figura 16-</b> Perfil dos entrevistados_gênero.....	88
<b>Figura 17-</b> Perfil dos entrevistados_Escolaridade.....	89
<b>Figura 18-</b> Perfil dos entrevistados_Renda.....	90
<b>Figura 19-</b> Perfil dos entrevistados_Grupos de interesse.....	91
<b>Figura 20-</b> Acesso às políticas públicas estruturantes.....	93
<b>Figura 21-</b> Comparativo de rebanho.....	94
<b>Figura 22-</b> Comparativo de matrizes.....	95
<b>Figura 23-</b> Serviços de ATER.....	97
<b>Figura 24-</b> Indicadores de Representatividade do G5.....	100
<b>Figura 25-</b> Indicadores de identidade do G5.....	101
<b>Figura 26-</b> Simbolismo do bode (e do carneiro) .....	103
<b>Figura 27-</b> Simbolismo da cabra.....	103
<b>Figura 28-</b> Cultura e história e Comercialização.....	104
<b>Figura 29-</b> Indicadores de preço.....	105
<b>Figura 30-</b> Cortes especiais.....	107
<b>Figura 31 –</b> Capital do bode?.....	109
<b>Figura 32 –</b> Nível de reconhecimento.....	112
<b>Figura 33 –</b> Nível de satisfação com a qualidade.....	113

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Indicadores agrários e agrícolas em Uauá – BA (I) .....	32
<b>Tabela 02</b> - Indicadores agrários e agrícolas em Uauá – BA (II) .....	33
<b>Tabela 03</b> - Indicadores sociais e econômicos em Uauá – BA.....	35
<b>Tabela 04</b> - Indicadores de produção.....	37
<b>Tabela 05</b> – Efetivo de rebanho / Estados do NE.....	77
<b>Tabela 06</b> – Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho.....	86
<b>Tabela 07</b> - Indicadores do Grupo 2 – parte 1.....	92
<b>Tabela 08</b> - Indicadores do Grupo 2 – parte 2.....	93
<b>Tabela 09</b> - Indicadores do Grupo 2 – parte 3.....	98
<b>Tabela 10</b> – Educação ambiental e fundo de pasto.....	99
<b>Tabela 11</b> - Indicadores do Grupo 5.....	101
<b>Tabela 12</b> - Indicadores do Grupo 3 - parte 1.....	105
<b>Tabela 13</b> - Indicadores do Grupo 3 - parte 2.....	106
<b>Tabela 14</b> – Fatores de dificuldades.....	114
<b>Tabela 15</b> – Alternativas eficazes.....	116

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01-</b> tipos de caatingas.....	57
<b>Quadro 02-</b> Exemplos de itens protegidos.....	59
<b>Quadro 03-</b> Acordos internacionais de PI .....	61
<b>Quadro 04-</b> Itens para Regulamento de Técnico de Uso.....	71
<b>Quadro 05-</b> Características dos tipos de marcas.....	75
<b>Quadro 06-</b> Comentários do grupo 05 .....	102
<b>Quadro 07-</b> Questões sobre a relação de comércio de alimentação.....	108
<b>Quadro 08-</b> Porque é ou não é a capital do bode.....	110
<b>Quadro 09-</b> Sugestões para qualidade.....	117
<b>Quadro 10-</b> Qualidades mercadológicas do cabrito de Uauá.....	120
<b>Quadro 11-</b> Especificidades técnicas propostas para o produto.....	120
<b>Quadro 12-</b> Desempenho esperado do rebanho.....	121

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAB	Agência de Defesa Agropecuária da Bahia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AUCCO	Associação Uauaense dos Criadores de Caprinos e Ovinos
CACHIU	Central das Associações Comunitárias e Integradas de Uauá
CAFFP	Central das Associações das Comunidades de Fundo e e Fechos de Pastos
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEB	Constituição do Estado da Bahia
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CF	Constituição Federal
CFP	Comunidade de Fundo de Pasto
COOPERBODE	Cooperativa Agropecuária Familiar dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Uauá
COOPERCUC	Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAD	Centro de Referência Para Recuperação de Áreas Degradadas da Caatinga
CUP	Convenção União de Paris
DO	Denominação de Origem
Dt	Deuteronômio
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EU	União Europeia
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Brasil
FAO	Food and Agriculture of The United Nations
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG	Indicação Geográfica
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IP	Indicação de Procedência
Lev	Levítico

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
PI	Propriedade Intelectual
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOB	Semana da Caprinocultura e da Ovinocultura Brasileiras
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TC	Termo de Cooperação
TI	Território de Identidade
TISSF	Território de Identidade do Sertão do São Francisco
TRIPS	<i>Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i>
UAU	União das Associações de Uauá
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
WIPO	World Intellectual Property Organization

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 A CAPRINO-OVINOCULTURA E O TERRITÓRIO.....	17
1.2 O MUNICÍPIO DE UAUÁ – BA.....	22
<b>2. REVISÃO BIBLIORAFICA.....</b>	<b>25</b>
2.1 A CAPRINO-OVINOCULTURA.....	25
<b>2.1.1 Panorama e conjuntura de mercado da caprino-ovinocultura.....</b>	<b>27</b>
2.1.1.1 A comercialização.....	28
<b>2.1.2 A Importância socioeconômica da caprino-ovinocultura em Uauá.....</b>	<b>32</b>
2.2 IDENTIDADE E CULTURA: O SÍMBOLO.....	39
<b>2.2.1 Caprino-ovinocultura, o (a) capital e o poder simbólico.....</b>	<b>41</b>
<b>2.2.2 o bode e os símbolos de uauá.....</b>	<b>42</b>
<b>2.2.3 a caprino-ovino (cultura): identidade e patrimônio.....</b>	<b>45</b>
2.3 OS FUNDOS DE PASTOS.....	47
<b>2.3.1 Caprino-ovinocultura e o desafio da sustentabilidade.....</b>	<b>53</b>
2.4 PROPRIEDADE INTELECTUAL: A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA.....	58
<b>2.4.1. As IG's - Acordos internacionais e conflitos de interesses.....</b>	<b>61</b>
<b>2.4.2 A Indicação Geográfica (IG) na história.....</b>	<b>63</b>
<b>2.4.3 Conceito de Indicação Geográfica.....</b>	<b>64</b>
<b>2.4.4 IG e a caprino-ovinocultura.....</b>	<b>66</b>
<b>2.4.5 IG e a qualidade agroalimentar.....</b>	<b>69</b>
<b>2.4.6 O processo de certificação da IG.....</b>	<b>72</b>
2.5 A MARCA COLETIVA, A MARCA DE CERTIFICAÇÃO E O SELO ARTE.....	73
<b>3. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>76</b>
<b>4. OBJETIVOS.....</b>	<b>79</b>
4.1 OBJETIVO GERAL.....	79
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	79
<b>5. MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>80</b>
5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	80
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DO ESTUDO.....	82
5.3 LEVANTAMENTO DE DADOS.....	83
5.4 ANÁLISE DE DADOS E PRODUTO.....	85
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>86</b>
6.1 CONDIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA..	119
6.2 COMO SURTIU A “CAPITAL DO BODE”? .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>127</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>144</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, temos entre caprinos e ovinos, cerca de 29,6 milhões de cabeças onde 22,6 milhões estão na região nordeste do país e o estado da Bahia com o maior rebanho de 7,4 milhões sendo que 3,1 milhões de cabeças estão no Território de Identidade do Sertão do São Francisco (IBGE, 2018). A importância socioeconômica que permeia essa cadeia produtiva não pode ser desconsiderada. Assim, o tema sugerido para esse trabalho, aborda elementos da Identidade cultural no contexto da caprino-ovinocultura e faz citação quanto ao simbolismo que esta atividade apresenta no Território de Identidade do Sertão do São Francisco (TISSF), na região norte do estado da Bahia, destacando o município de Uauá.

Em Uauá a impressão inicial é que a dimensão cultural e simbólica da atividade (caprino-ovinocultura) se "sobrepõe" a sua importância econômica, mas isto é apenas uma impressão pois a atividade pecuária em questão é a principal atividade produtiva do município, chegando a participar de 27% do PIB municipal (SEBRAE/BIOMA CAATINGA, 2011).

Os aspectos históricos, culturais e sociais que envolvem a atividade sugerem que já poderiam ter possibilitado uma indicação geográfica ou até uma marca coletiva junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), reconhecendo oficialmente a qualidade intrínseca dos animais ali criados, fato que ainda não logrou êxito e assim, se torna um dos questionamentos suscitados nessa pesquisa.

Nesse manuscrito, destaca-se um conjunto com três hipóteses, a serem consideradas sendo: i) a incorporação de uma identidade territorial e cultural ligada intimamente ao ambiente geográfico onde a atividade da caprino-ovinocultura é desenvolvida, parece ser o instrumento efetivamente capaz de agregar valor com a indicação geográfica; ii) a caprino-ovinocultura, deve ser observada não apenas como uma atividade de subsistência, mas uma atividade produtiva intrínseca à cultura local-territorial e também como uma atividade econômica, que gera renda e ocupação, sobretudo nas Comunidades Tradicionais de Fundos de Pastos, fortalecendo os sistemas agroalimentares de cadeias curtas de produção e comercialização; e iii) a caprino-ovinocultura, historicamente é realizada pelos criadores menos abastados, com menor uso de tecnologias e socialmente mais vulneráveis, logo a indicação geográfica perde força para a sua real efetivação.



Se espera, nesse trabalho, que os elementos próprios da identidade cultural, do município de Uauá, em relação a atividade da caprino-ovinocultura sejam contextualizados, e assim vislumbrar as possibilidades de novos trabalhos de pesquisa e fortalecimento da atividade e dos criadores que na grande maioria tratam-se de agricultores familiares organizados em Associações Comunitárias de Fundos de Pastos e também contribuir para a ação dos extensionistas rurais.

Como produto final desse Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR) será anexado um tutorial, que tem por objetivo de disponibilizar um roteiro em formato digital para as instituições, extensionistas e pessoas interessadas no processo de Indicação Geográfica com foco na atividade da caprino-ovinocultura no TISSF, pois o conhecimento das ferramentas virtuais ainda é um desafio para muitos extensionistas, gestores e principalmente os criadores, logo propõe-se a democratização do conhecimento e essa necessidade foi mais que testada durante esse período de pandemia ocasionado pela COVID 19, reconhecida pelo governo brasileiro desde março de 2020.

O tutorial justifica-se, pois, muitas instituições não possuem profissionais com formações específicas em Direito ou Tecnologia da Informação. É comum encontrar nas Associações ou Cooperativas, sobretudo de agricultores familiares e produtores rurais, um desconhecimento, considerado até normal, sobre os processos e ritos burocráticos, via on-line, para a obtenção de licenças, certidões e documentos diversos. Logo, a proposta deste tutorial é apresentar de forma objetiva e clara a maneira de acessar o sistema do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para a solicitação de uma IG.

O tutorial foi construído em formato texto tipo “*doc*” e será disponibilizado em plataformas digitais em formato “*pdf*”. A sua aplicação está dividida em três partes. A primeira traz a apresentação do trabalho; a história da caprino-ovinocultura no TISSF e em Uauá; o INPI e a Lei 9.279/96. A segunda parte traz o passo a passo (como se logar; entenda o sistema; fazendo uma busca; pagando a GRU; como iniciar o pedido de IG; e como acompanhar o processo). A última parte trata-se da sua divulgação, sugerindo inicialmente a plataforma do PPGExR.

Os recursos e ações envolvidas na construção desse tutorial foram a coleta e levantamento de dados junto ao INPI, serviços de cartografia e designer gráfico, convite à colaboradores, teste do tutorial e a entrega do produto.

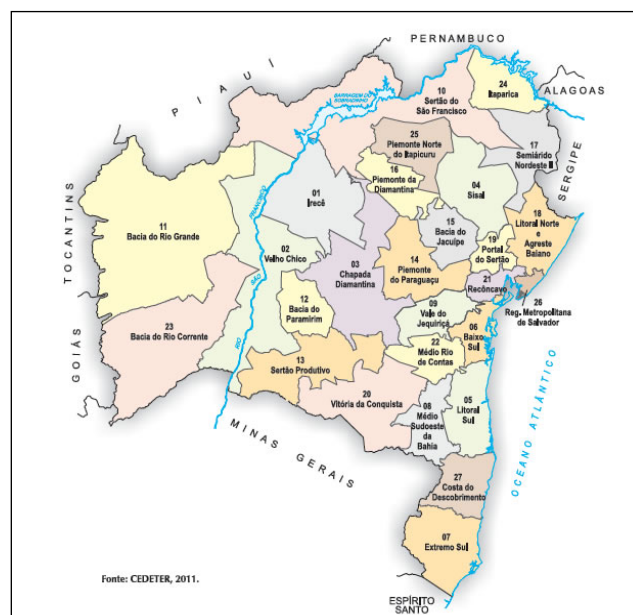
A expectativa final é que esse trabalho contribua para as futuras discussões que envolvam propriedade intelectual, por meio de IG ou até marca coletiva, dos diversos outros produtos da agricultura familiar.

### 1.1 A CAPRINO-OVINOCULTURA E O TERRITÓRIO

Apoiado nas bases agrárias do País, no ano de 2003, o Governo Federal passou a adotar o território de identidade rural, como unidade de planejamento, para a agricultura familiar e essa medida é justificada com base em Silva e Silva (2003), onde diz que as atividades ligadas à agricultura são, por natureza, territorializadas já que elas, no fundo, lidam com questões concretas do meio ambiente e com questões locacionais.

No Estado da Bahia, em 2007, os Territórios de Identidade passaram a ter status de unidades de planejamento. Posteriormente, coube ao Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Meio Ambiente a formalização dos estudos necessários para caracterização dos 27 Territórios de Identidade no Estado, conforme figura 01. Na formação desses territórios foram considerados aspectos conceituais da geografia, do espaço e da sociedade, os aspectos naturais (ambientais) e econômicos.

**Figura 01:** Mapa da Bahia, Territorializado.



BAHIA (2011)

Wilkinson (2008) cita que um território se configura em uma combinação única de natureza e cultura cujo valor pode ser expresso em produtos e serviços especiais. Assim, os territórios passam a ser caracterizados pela sua produção cultural e econômica e pelas dinâmicas de poder, dominação e participação social que neles se engendram (SILVA, 2015). Segundo Santos (1996), o território termina por ser a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o "mundo" necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos.

O Território de Identidade Sertão do São Francisco (TISSF), compreende uma área de 61.616,5 km<sup>2</sup>, equivalente a 10,9% do território do Estado da Bahia e engloba os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá, estando na porção do extremo norte do Estado da Bahia, conforme a figura 02. Compreende áreas sob influência predominante de clima árido e semiárido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 700 mm (BAHIA/SEPLAN, 2018).

Além da agricultura irrigada, o TISSF detém os maiores rebanhos caprinos e ovinos no Brasil, são aproximadamente 3,1 milhões de cabeças, conforme citado na página 1 e esta condição porque moldou-se para isso segundo as concepções de mundo. O desafio dessa cadeia produtiva é continuar e manter a liderança.

Santos (1996) diz que num dado momento, o "Mundo" escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. Logo, o Território aprendeu a se reinventar e por enquanto a manter os seus rebanhos, ainda que com críticas da relação deste para com o bioma caatinga e questões como por exemplo o superpastejo.

Em uma perspectiva maior de mercado o TISSF e a sua abundância de características agroambientais e antropológicas, exercem um propenso espaço ao marketing e publicidade. Dallabrida et al (2016) denominam de *branding*<sup>1</sup> de Território, ou seja, a criação, o fortalecimento e a divulgação da identidade ou imagem, pois é oriunda de qualidades únicas e diferenciais que o tornam singular perante outros. De forma que a caprino-ovinocultura está inserido nesse conjunto de elementos territoriais.

---

<sup>1</sup> Termo oriundo da língua inglesa utilizado para descrever todas as ações relacionadas à criação e gestão de marcas.



## 1.2 O MUNICÍPIO DE UAUÁ – BA

Uauá significa o vaga-lume, em tupi-guarani. A cultura popular diz que o município ganhou esse nome devido aos vaga-lumes existentes no local, às margens do Rio Vaza-Barris, mas não há confirmação. Está localizado na região Nordeste da Bahia, situado no Bioma Caatinga, com uma área de 3.060,116 km<sup>2</sup> e distante a 420 km da Capital da Bahia.

Figura 3: Mapa ilustrado de Uauá – BA



Fonte: Robson Rodrigues, designer gráfico.

O município passou por vários momentos históricos como a passagem de Virgulino Ferreira da Silva (o Lampião – rei do cangaço), da Coluna Prestes e foi

palco da primeira batalha da Guerra de Canudos. Foi na Fazenda Bendegó, que caiu o meteorito que leva o seu nome e que D. Pedro II fez transportar para o Museu Nacional no Rio de Janeiro em 1888. Esta história está ilustrada em um mapa temático apresentado na figura 03<sup>2</sup>.

Uauá é rico em manifestações culturais e entre as festas típicas do Nordeste, o "São João" de Uauá é um dos mais tradicionais da Bahia, com intensa participação popular, predominando o verdadeiro forró "pé-de-serra", preservando-se as raízes culturais. Também é um celeiro de talentos artísticos da cultura local e territorial. São músicos, poetas, cordelistas, escritores, que além de compor um repertório musical próprio também louvam e enaltecem o lugar e sua gente.

Anualmente, no mês de agosto, acontece a tradicional exposição de caprinos e ovinos, evento iniciado em 1972, que reúne empresários, criadores, pecuaristas e turistas. Desde o ano 2008 acontece o Festival do Umbu, promovido pela Coopercuc e celebra a relação das famílias de agricultores familiares com as questões da agrobiodiversidade do bioma caatinga e em especial que se relacionam com atividades do extrativismo do fruto do umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) entre outras ações da dinâmica agroambiental local.

Finalmente para celebrar parte da história do Sertão de Canudos, foi criada em 2015 a Caminhada dos Umbuzeiros, que recria o trecho percorrido pelos Conselheiristas entre os municípios de Uauá a Canudos, que culminou no primeiro fogo (ou primeiro combate da guerra de Canudos).

Foi em Uauá que no início da década de 80 foram iniciadas a regularização das primeiras áreas comunitárias das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, que segundo a SEPLAN (2018), é modelo de produção e gestão de recursos naturais e que é uma importante fonte de estabilidade social e de preservação da história e cultura comunitária na região do TISSF.

É uma cidade típica do interior do Nordeste, onde a sua população, carente de recursos, tem sua economia baseada nos poucos empregos de carteira assinada, no serviço público municipal, na aposentadoria rural e na agricultura de sequeiro e pecuária semiextensiva (caprino-ovinocultura).

Segundo o IBGE (2020), a população estimada em 2019 era de 24.240 habitantes, com uma densidade demográfica de 8,00 hab./km<sup>2</sup>, sendo que cerca de

---

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.flickr.com/photos/fotosmatuto/6881760073>



40% residem na sede do município. Em relação a trabalho e rendimento, considerando referência ao ano 2018, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2.1 salários mínimos, tendo 1.738 pessoas ocupadas e estas em relação à população total representavam cerca de 7,1%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, seriam 53.8% da população nessas condições.

O município dispõe de 04 estabelecimentos de ensino médio, sendo que 01 é o Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão do São Francisco II – Antonio Conselheiro (CETEP), com 04 cursos profissionalizantes, inclusive de técnico em agronegócio. A taxa de escolarização entre os jovens de 06 a 14 anos é de 97,3% (IBGE, 2020). Esse último dado é importante uma vez que possibilita o acesso ao ensino, inclusive técnico para a população jovem e poderá refletir nos resultados positivos em resposta ao trabalho de técnicos e extensionistas rurais.

Com o objetivo de organizar os caprino-ovinocultores, foi fundada em 1984 a AUCCO – Associação Uauaense de Criadores de Caprinos e Ovinos, e no ano 2014 Foi criada a COOPERBODE, a qual tinha o objetivo de organizar a comercialização de caprinos e ovinos e seus derivados. Esta cooperativa foi liquidada em 2020. O município conta com a COOPERCUC – Cooperativa da agricultura familiar Canudos – Uauá - Curaçá, que beneficia frutas nativas como o umbu, maracujá do mato e outras, cuja produção já é exportada para outros estados e alguns países, consistindo numa experiência exitosa de convivência com o semiárido.

É característica da agricultura familiar do município a organização por meio da forte presença das Associações Comunitárias e Agropastoris, distribuídas em todo o seu território e organizadas em duas Centrais de Associações. A União das Associações de Uauá, a mais antiga, está em fase de reestruturação e a CACHIU (Central das Associações Comunitárias e Integradas do município de Uauá) atualmente possui 40 Associações filiadas e ativas.

A organização associativa (associativismo) é o modelo de instituição mais presente e atuante na realidade rural do município e congrega muitos associados e nem todos apresentam necessariamente o perfil de agricultor familiar ou são agricultores familiares que desenvolvem outras atividades, assunto típico do tema da pluriatividade da agricultura familiar.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 A CAPRINO-OVINOCULTURA

A domesticação dos caprinos tem cerca de 9.500 anos e os ovinos tem cerca de 9.000, já outro ruminante conhecido na pecuária, os bovinos tem cerca de 8.400 anos (MAZOYER / ROUDART apud A. GAUTINER, 2001). Caprinos e ovinos foram os primeiros ruminantes a serem criados pelo homem para fornecer carne, leite e lã, especialmente nas regiões áridas e de topografia irregular (COSTA, 2011).

Referências a rebanhos (caprinos e ovinos) são citados na Bíblia Sagrada (Cristã), quando aparece a primeira citação sobre o que viria a ser o lavrador, Caim e o pastor, Abel (Gênesis 4, 1 – 7) e em outros momentos como Provérbios (27, 23-27), Êxodo (2, 9) e Lucas (15, 1 – 7). A expressão “bode expiatório”, para alguns, é atribuída ao Livro de Levítico, capítulo 16, aqui destacando os versículos de 7 a 10 e 20 a 22:

<sup>7</sup>Depois pegará os dois **bodes** e os apresentará ao Senhor, à entrada da Tenda do Encontro. <sup>8</sup>E lançará sortes quanto aos dois bodes: uma para o Senhor e a outra para Azazel.<sup>9</sup>Arão trará o bode cuja sorte caiu para o Senhor e o sacrificará como oferta pelo pecado.<sup>10</sup>Mas o bode sobre o qual caiu a sorte para Azazel será apresentado vivo ao Senhor para fazer propiciação e será enviado para Azazel no deserto.

<sup>20</sup>Quando Arão terminar de fazer propiciação pelo Lugar Santíssimo, pela Tenda do Encontro e pelo altar, trará para a frente o bode vivo. <sup>21</sup>Então colocará as duas mãos sobre a cabeça do bode vivo e confessará todas as iniquidades e rebeliões dos israelitas, todos os seus pecados, e os porá sobre a cabeça do bode. Em seguida, enviará o bode para o deserto aos cuidados de um homem designado para isso. <sup>22</sup>O bode levará consigo todas as iniquidades deles para um lugar solitário. E o homem soltará o bode no deserto”.

Segundo Costa (2011), na teologia cristã é interpretado como uma visão do sacrifício de Cristo evocando para si todos os pecados da humanidade. Mas, outras religiões e povos, também fizeram uso da presença desse animal, sendo citado em várias formas e situações, chegando a ser cultuado por vários povos antigos, como os gregos (sátiros), os romanos (faunos) e ainda em festivais religiosos na Índia, no Tibet, na África e como animal de montaria do deus Odin (da cultura nórdica).



Embora a humanidade tenha se desenvolvido por meio da ciência e tecnologia, há algo que esta não pode ficar sem praticar que é o ato da alimentação. Logo, os animais selvagens de caça passaram a domésticos e não tardou até que surgissem as regras para os animais que poderiam ou não ser consumidos como alimento, se fazendo lei. Segundo Soler (2018), a classificação de animais autorizados e proibidos originou de dois capítulos bíblicos (Lev 11 e Dt 14), que um dos animais puros seriam aqueles com casco fendido e que ruminassem.

Os caprinos juntamente com os ovinos são os pequenos ruminantes que mais são explorados economicamente em todos os continentes e foi trazida para a América Latina pelos colonizadores e se adaptaram bem as especificidades regionais (climática, social e econômica) muito distintas, tendo relação direta com as espécies, raças e sistemas de criação (VARGAS et al, 2014).

O sertanejo, ou caatingueiro ou criador, ou simplesmente o ator social que vive em meio ao local onde se têm a tradição de criar estes animais, desenvolve desde muito cedo uma relação com a atividade. Segundo Vargas et al (2014), os caprinos também desempenham importantíssimo papel social e cultural nas regiões onde são criados, uma vez que muitas famílias os utilizam para sua subsistência, com destaque para os animais de raças nativas, os mestiços e/ou os sem raça definida e no aspecto cultural relacionado a culinária local de cada país.

Os rebanhos adentraram o semiárido, segundo Guimarães Filho (2006), há pelo menos 470 anos, logo corroborando com Vargas et al (2014). Nessa perspectiva de tempo de ocupação temos as comunidades tradicionais de fundos de pastos. Por exemplo a Comunidade da Fazenda Bebedouro, em Monte Santo<sup>3</sup> e que segundo relato para fins de regularização fundiária, foi descrito da forma abaixo:

Segundo informações de moradores mais velhos da comunidade os Senhores José Olímpio Peixinho Filho e José Antônio de Souza, a comunidade de Bebedouro foi fundada desde 1769, tendo como descobridor da região o Senhor Alexandre, de origem de uma comunidade vizinha chamada de Ipoeira, e era um grande criador de gado (CDA-CAFFP/TC 03/2018).

Na obra, Os Sertões, que retratava a Guerra de Canudos (1894-1897), já fazia menção aos caprinos, citando que os rebanhos de cabras, eram os únicos animais afeitos àquele clima e àquele solo (CUNHA, 1984).

---

<sup>3</sup> Uauá foi emancipado de Monte Santo pela lei estadual nº1866 de 09 de julho de 1926

### **2.1.1 Panorama e conjuntura de mercado da caprino-ovinocultura**

Conforme informações da FAO e da OCDE, a população mundial atualmente está em cerca 7 bilhões de pessoas, sendo que para o ano de 2050 a previsão é de 9 bilhões de pessoas, logo a produção agrícola mundial precisará crescer globalmente em torno de 70%, e quase 100% nos países em desenvolvimento (SOARES, 2019). Conseqüentemente mais água, mais fibra e mais energia serão empregados nessa dinâmica.

Segundo Magalhães et al (2018), em relação ao comércio internacional para produtos caprinos e ovinos, do Brasil se exportou entre o período de janeiro a setembro de 2018, o total de US\$ 21.252.665 e as importações pautadas prioritariamente na compra de carnes e carcaças, alcançou o montante de US\$ 31.842.634, logo valendo-se da produção de outros países para suprir a demanda e afirma que essa diferença deve ser encarada como uma sinalização positiva para o setor produtivo pois há demanda para ser atendida.

Considerando novos padrões de consumo e que impactam no mercado e na economia é que Soares (2019) diz que é necessário olhar o consumidor como o padrão final, pois este é quem compra o produto e se o produto não estiver de forma adequada e não atender os requisitos do consumidor então a respectiva cadeia produtiva deve se adequar. Esses requisitos podem ser intrínsecos (do produto em si) ou extrínsecos (associado ao componente social, ambiental, econômico, etc.).

Ainda que o consumidor de produtos da caprino-ovinocultura não se torna mais exigente ou a renda não lhe permite isso, a comercialização entre os períodos de 2006 a 2017 obteve desempenho positivo, e de acordo a Magalhães et al (2018), a comercialização de caprinos, aumentou em 65,8% e a de ovinos cresceu 47,5% para o período.

Segundo Magalhães et al (2018), os dados gerais do IBGE (2017) apontam para uma redução de 2,8% no rebanho ovino em relação ao Censo Agropecuário de 2006, enquanto que o rebanho caprino cresceu 16,1%. Sendo pertinente que a difusão e o consumo de carne ovina crescem no Brasil e a região nordeste é a mais beneficiada pois tem maior base de produção. Por outro lado, a região Sudeste demonstra sinal de retração nos mercados ovino e caprino, ocorrendo o mesmo para

caprinos na região Sul e para a ovinocultura na região Centro-Oeste (MAGALHÃES ET AL, 2018).

A maior concentração de rebanhos no Brasil está na região Nordeste, sendo o total de 93,9% para caprinos e 66,7% para os ovinos, seguido da Região Sul, respectivamente 2,1% e 21,2%. O Estado da Bahia destacava-se com os maiores rebanhos nacional, sendo 3.231.248 cabeças de caprinos e 4.179.667 cabeças de ovinos, respectivamente 22,1% e 30,2% dos efetivos do País (HOLANDA FILHO, 2019).

#### 2.1.1.1 A comercialização.

A comercialização tradicionalmente (nas pequenas e médias cidades do Nordeste) ocorre em feiras livres e açougues municipais, além de casas de carne. Os elementos gerais da comercialização em Uauá se dão principalmente em torno da carne retalhada de bode e carneiro, como exposto na figura 4, que ocorre principalmente no espaço do açougue municipal na feira livre nos dias de segundas-feiras. Também comercializa - se os miúdos (vísceras) e o “espinhaço”, bem como o leite e derivados, o couro e esterco, esse último ocorre geralmente na própria fazenda.

**Figura 4** – Açougue municipal / mantas de bode e carneiro



**Fonte:** Neide Rigo (2014)

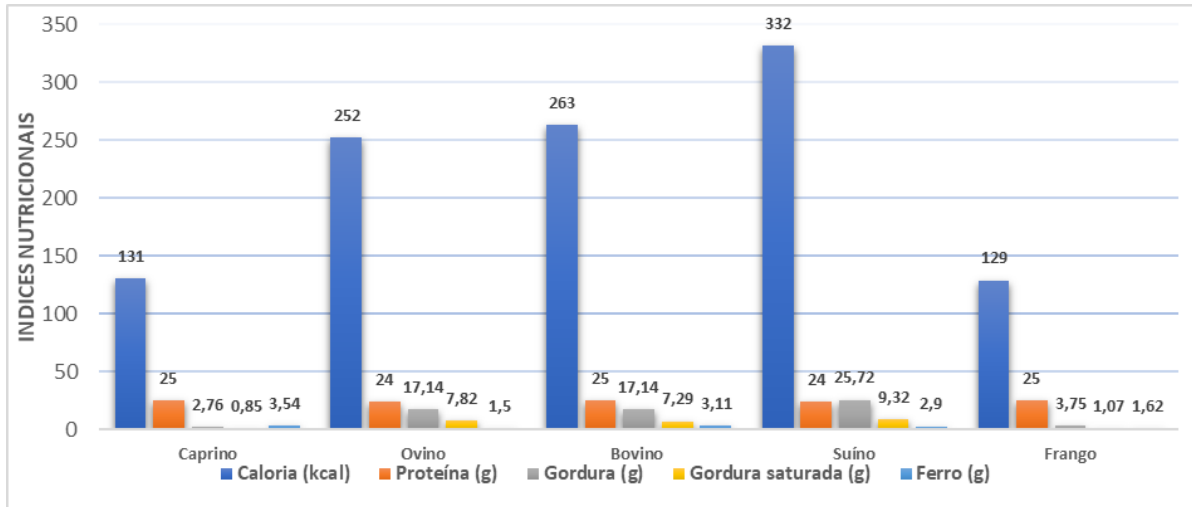
O local de comercialização é uma outra questão de relevante importância econômica e cultural uma vez que as feiras livres são formas de manifestação do mercado local e estão presentes em praticamente todas as cidades do Nordeste do Brasil. As feiras são ocasiões vitais para o movimento não só de bens, mas de laços de toda a natureza, como a cognitiva, a afetiva, a social e a cultural (ALMEIDA, 2009).

Ainda que a cultura da feira livre seja simbolicamente importante na consolidação de seu povo, há de ser considerado que é preciso avançar sobre os aspectos da segurança alimentar e nutricional com maior diversificação de alimentos, sem perder o foco sobretudo na relevante questão sanitária, pois a exposição e venda de carcaças de animais abatidos (caprinos e ovinos, dentre outros) é tema recorrente inclusive tratado por instituições como o Ministério Público, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os órgãos estaduais de vigilância sanitária, no caso da Bahia a ADAB, cabendo ao município também fazer à sua parte legal.

Também se percebe o aumento da presença dos produtos da caprino-ovinocultura em mercados promissores, de nicho, como boutiques de produtos regionais, produtos exóticos, produtos de agricultura familiar, produtos probióticos, nutracêuticos, baixos teores de gordura, vestuário com matéria prima natural, entre outros (LUCENA ET AL, 2018).

O consumo de carne no Brasil sofre influência de fatores sociais, culturais e econômicos, logo por conta disso as estimativas de consumo *per capita* de carne ovina não alcança 500g/pessoa/ano, enquanto que a carne bovina, frango e suína, apresenta um consumo médio per capita de 35, 44 e 15 kg/pessoa/ano, respectivamente (LUCENA ET AL, 2018).

No consumo da carne caprina e ovina, é destaque a qualidade nutricional que é atribuída as mesmas em comparação as carnes bovinas, suínas e de frango. Na figura 5 é possível destacar que a carne caprina apresenta baixo nível calórico (131 Kcal), ficando atrás da carne de frango (129 Kcal) e com os índices de proteínas equivalentes a frango, suíno e bovino (25 g/kg). Em relação a gordura a carne caprina apresenta o menor índice (2,76 g/kg), seguido do frango (3,75 g/kg) e mais saudável nesse ponto de vista do que a carne ovina (17,14 g/kg), bovina (17,14 g/kg) e suína (25,72 g/kg).

**Figura 5** – Relação dos componentes de diferentes tipos de carnes.

Fonte: IBPCT (1997)

A gordura saturada, que é bastante observada pelos consumidores é menor na carne caprina (0,85 g/kg), seguido do frango (1,07 g/kg), do bovino (7,29 g/kg), do ovino (7,82 g/kg) e do suíno (9,32 g/kg). O ferro se apresenta em maior concentração na carne caprina (3,54 g/kg), seguido da carne bovina (3,11 g/kg), suína (2,9 g/kg), frango (1,62 g/kg) e ovina (1,5 g/kg). Assim, considerando os dados segundo IBPCT (1997), a carne caprina apresenta condições nutricionais melhores do que as demais e a carne ovina em relação a carne suína apresenta menores índices de gordura (total) e saturada.

Cabe salientar que para ser comercializada uma boa carcaça e conseqüentemente uma boa carne e derivados, há de se observar o sistema de manejo a que o animal foi submetido, pois de nada valerá investimento em marketing ou IG se este preceito de qualidade não for implementado. Para Costa et al (2019), a qualidade da carne é resultado do que aconteceu com o animal durante toda a sua vida, ou seja, os fatores de produção exercem influências sobre os animais, com isto o produto final, logo a carne pode ser afetada tendo qualidade inferior.

O leite de cabra é um outro produto comercializável e que no caso da Região Nordeste é bem provável que não tenha atingido o seu potencial mercadológico. Pode ser servido para o consumo *in natura* e pode ser utilizado na produção de queijos finos e que poderão ter a sua IG ou Marca Coletiva. O leite caprino além de

servir como fonte alimentar pode substituir o leite de origem bovino por motivo de alergias, tornando-se um alimento diferenciado no mercado. Segundo Lucena et al (2018), outros nichos de mercado para esse tipo de alimento são para os adultos com problemas de absorção, pessoas com gastrite e idosos com osteoporose, além do mercado de lácteos funcionais, chamados de probióticos.

O couro e as peles dos animais são artigos bastante utilizados pela indústria, apesar disso segundo Ximenes e Cunha (2012):

O setor coureiro de caprinos e de ovinos tem sofrido os efeitos de uma conjunção de fatores que resultaram na desvalorização do preço das peles na Região, mesmo considerando suas qualidades industriais, quando outrora era valorizada e representava importante adicional na remuneração do produtor.

A qualidade de pele produzida na região Nordeste é afetada por problemas sanitários, problemas de natureza física (por exemplo, as cercas de arame farpado) além do problema da retirada do couro, assim ocorre um déficit de peles de boa qualidade, mas que deve ser encarada como uma oportunidade de negócios (LUCENA ET AL, 2018). É comum a venda de couros e peles de caprinos e ovinos nas feiras livres da região, como podemos ver na figura 06.

**Figura 06** – Venda de couro em feira livre



**Fonte:** Autor (2019)

No Território de Identidade do Sertão do São Francisco, em seus projetos de irrigação, um item em especial não pode faltar na nutrição das plantas e melhoria das condições de incremento de matéria orgânica nos solos. É o esterco. Este item até então utilizado pelos criadores basicamente para fertilizar os “cercados das palmas”, há alguns anos vem sendo regularmente comprado pelos donos de plantações irrigadas como fonte de mineralização de solos.

No Brasil em termos de mercado e comercialização, há um grande potencial para os produtos da caprino-ovinocultura, seja pela possibilidade de incremento no consumo anual de carne em torno de 10% e também no consumo de leite na ordem de 5,9 milhões de litros e ainda há um déficit em peles estimados em mais de 4 milhões de unidades anuais (GUIMARÃES FILHO, 2010).

### 2.1.2 A Importância socioeconômica da caprino-ovinocultura em Uauá

A economia do município é, essencialmente, baseada na pequena agricultura de sequeiro, nos serviços e na caprino-ovinocultura que assume parcela importante no desenvolvimento socioeconômico local e com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 ratifica-se as condições que permitem a manutenção da atividade da caprino-ovinocultura como geradora de renda e trabalho. Os dados na tabela 1 confirmam essa afirmação.

**Tabela 1** – Indicadores agrários e agrícolas em Uauá - BA (I)

INDICADORES	UN	2006	2017
<b>*ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS</b>	Ha	98.705	94.496
<b>**Condição legal do produtor</b>			
<b>CONDOMÍNIO, CONSÓRCIO OU UNIÃO DE PESSOAS</b>	Ha	1.697	16.657
<b>PRODUTOR INDIVIDUAL</b>	Ha	96.631	77.839
<b>**Condição do produto em relação as terras</b>			
<b>PROPRIETÁRIO(A) INCLUSIVE OS(AS) COPROPRIETÁRIOS(AS) DE TERRAS TITULADAS COLETIVAMENTE</b>	Ha	98.447	93.801
<b>PARCEIRO(A)</b>	Ha	236	230

Fonte: IBGE (2020)

A partir de uma perspectiva histórica e buscando uma visão global com base nos dados comparados entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2020), nota-se que indicadores como área dos estabelecimentos agropecuários; quantitativo de produtor individual e proprietário/coproprietários de áreas coletivas (Fundos de Pastos), ocorreram reduções no número total de hectares, conforme descrito na tabela 01, assim como em outros indicadores.

Os indicadores relativos às áreas dos estabelecimentos agropecuários, no quesito de utilização das terras, apresentados na tabela 02, destacam os itens principais, sendo as Lavouras, as Pastagens, as Matas e Florestas e os Sistemas Agroflorestais, tendo subitens contidos para cada situação e que sugeriam dados que carecem de maior atenção por considerar os impactos que podemos verificar.

**Tabela 02** – Indicadores agrários e agrícolas em Uauá – BA (II)

INDICADORES	UN	2006	2017
<b>**Utilização das terras</b>			
<b>***LAVOURAS</b>	Ha	<b>12.106</b>	<b>4.356</b>
áreas plantadas com forrageira de corte	Ha	5.681	-
permanentes	Ha	748	305
temporárias	Ha	5677	3.951
<b>***PASTAGENS</b>	Ha	<b>60.713</b>	<b>37.370</b>
Naturais	Ha	52.461	21.756
Plantadas degradadas (pouco produtivas)	Ha	765	12.160
Plantadas em boa condição	Ha	7.487	3.454
<b>***MATAS E FLORESTAS</b>	Ha	<b>9.552</b>	<b>24.297</b>
Naturais destinadas a APP ou RL	Ha	2.187	11.996
Naturais (exceto aquelas destinadas a APP e em Sistemas Agroflorestais)	Ha	7.256	12.301
Florestas plantadas com essências florestais	Ha	109	-
<b>***SISTEMAS AGROFLORESTAIS</b>	Ha	<b>10.598</b>	<b>24.422</b>
Área cultivada com espécies florestais também usada para lavoura e pastoreio por animais.		10.598	24422
<b>***Área irrigada</b>	Ha	-	273

Fonte: IBGE (2020)



No primeiro item referente a lavouras já é possível verificar uma redução significativa de quase 64%, sendo que no subitem de forrageiras de corte foi suprimido, ou seja, em 2017 não foi identificado. No item pastagem é que ocorreu, em valores totais, uma redução robusta, na ordem de 48%. Essa redução das pastagens é refletida sobretudo nas pastagens naturais, com redução de aproximada de 41% e um aumento estrondoso no subitem de áreas plantadas degradadas ou em más condições, que foi de 765 hectares em 2006 para 12.160 hectares em 2017, ou seja, um aumento de quase 1.600%.

Especula-se aqui, que a redução de pastagens possa ter sido o reflexo da migração de parte dessas áreas para o item matas e florestas, uma vez que ocorreu aumento significativo, e também cabe lembrar o esforço dos governos estadual e federal com o apoio do municipal e dos parceiros na execução do CAR/CEFIR (Cadastro Ambiental Rural / Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais). Já o item de sistemas agroflorestais, ocorreu um aumento de 230,43%. Esse último dado é importante pois sugere uma relação mais sustentável com o bioma naquele local.

No censo agro de 2006 não foi registrado nenhum hectare de área irrigada, o que mudou no último censo, onde foi identificado o total de 273 hectares. Essa tecnologia da irrigação, que é tão necessária na produção de forragens para o rebanho e a manutenção de outros sistemas agroalimentares também é motivo de atenção, pois uma vez que não seja praticada com técnicas adequada e acompanhamento especializado, pode gerar problemas como a salinização dos solos.

Segundo dados do projeto Bioma Caatinga (2012), dentre os 05 municípios participantes do projeto, liderado pelo SEBRAE, em relação ao sistema de manejo dos animais, o município de Uauá apresenta a menor área total de exploração por sistema extensivo (42,7%) e seguida da maior área explorada pelo sistema semi-intensivo (56,7%) e a terceira posição com o sistema intensivo (0,6%).

Em relação aos dados sócios-econômicos, os resultados observados na tabela 03 refletem organização associativa das comunidades tradicionais de fundos de pastos. Entre 2006 e 2017 houve um aumento no total de unidades produtivas, assim como no total de pessoas na condição de proprietários ou coproprietários de terras tituladas coletivamente. Portanto, uma redução no tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários e um aumento no número de produtores com seus

rebanhos para pastar nas áreas coletivas dos fundos de pasto e assim favorece a um superpastejo em glebas localizadas e que pode ser danoso para o meio ambiente local.

**Tabela 03** – Indicadores econômicos e sociais em Uauá - BA

INDICADORES	UN	2006	2017
<b>*NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS</b>	Un. Prod.	<b>2.944</b>	<b>3.215</b>
<b>**Condição do produtor em relação as terras</b>			
<b>PROPRIETÁRIO(A) INCLUSIVE OS(AS) COPROPRIETÁRIOS(AS) DE TERRAS TITULADAS COLETIVAMENTE</b>	Pessoas	2.896	3.177
<b>**Assistência técnica</b>			
<b>RECEBE</b>	Estabel.		635
<b>NÃO RECEBE</b>	Estabel.		2.580
<b>**Financiamentos/empréstimos</b>			
<b>OBTEVE</b>	Estabel.	-	334
<b>NÃO OBTEVE</b>	Estabel.	-	2.881
<b>**Com pessoal ocupado</b>			
<b>COM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR</b>	Estabel.	-	3.215
<b>SEM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR</b>	Estabel.	-	379
<b>**Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários</b>			
<b>COM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR</b>	Pessoas	<sup>1</sup> 8546	6.350
<b>SEM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR</b>	Pessoas		592

<sup>1</sup> - Referente ao total masculino e feminino até 31/12/2006

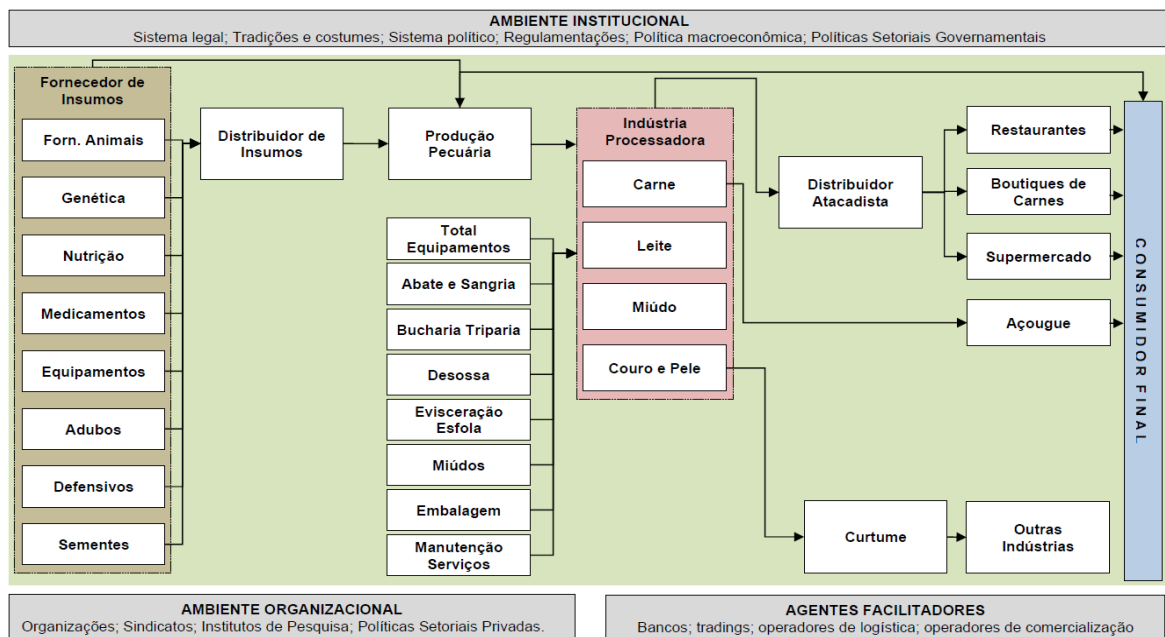
**Fonte:** IBGE (2020)

Apesar do reflexo positivo de aumento de estabelecimentos, aqui considerando como uma possível inclusão em processos de regularização fundiária, está situação não refletiu substancialmente na obtenção de serviços da estatal de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Este serviço não registrado no censo agropecuário de 2006, apontou o total de apenas 635 estabelecimentos contemplados do total de 3.215 e isso refletiu diretamente no acesso ao crédito rural, apenas 334 estabelecimentos foram contemplados (10,38%), sendo que, uma parte foi do Pronaf B (agroamigo), que é a menor linha de crédito em valores financeiros reais.

Os fatores ambientais, culturais e econômicos levaram a consolidar a caprino-ovinocultura como uma estratégia largamente utilizada no município. Na medida em que a produção de caprinos e ovinos compõe uma alternativa econômica, contribui na melhoria da geração de renda para a sociedade do semiárido (SEBRAE, 2018).

Cabe aqui compreender, antes de entrar nos dados dos censos agropecuários relativos ao rebanho, o que significa a cadeia produtiva da atividade da caprino-ovinocultura. Na figura 07 apresentamos em termos gerais e formais quais são os setores ou stakeholders envolvidos no processo produtivo. Essa realidade pode ser alterada de acordo ao local onde é desenvolvida a atividade e dos interesses postos em função do mercado. Logo, cada setor (quadro) destacado, envolve pessoas e investimentos.

**Figura 07** – cadeia produtiva – rede formal da caprino-ovinocultura



Fonte: Lima Júnior (2011)

Os dados do censo agropecuário (2006 e 2017), conforme a tabela 04 apontam uma redução no número total de animais em 15,69% (35.755 cabeças). O rebanho caprino foi reduzido em 8,37% (10.373 cabeças) e o mesmo ocorreu com o rebanho ovino, reduzido em 24,41% (25.382 cabeças). Cabe reiterar que entre os anos da realização dos dois Censos, entre os anos de 2012 a 2018 a estiagem foi mais acentuada e seus efeitos foram mais impactantes.

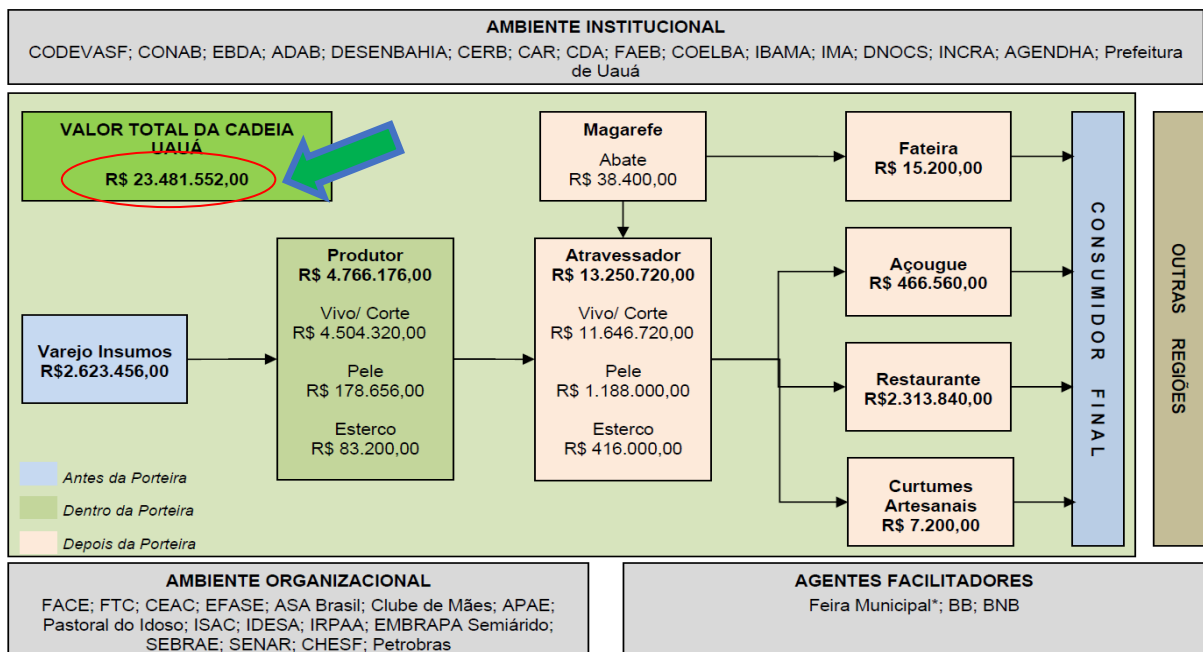
Tabela 04 – Indicadores de produção

INDICADORES	UN	2006	2017
<b>*PECUÁRIA (REBANHO TOTAL)</b>	CAB	227.806	192.051
<b>**Caprinos</b>			
<b>EFETIVO DO REBANHO</b>	Cabeça	123.860	113.487
<b>NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS</b>	Un. Prod.	2.286	2.591
<b>**Ovinos</b>			
<b>EFETIVO DO REBANHO</b>	Cabeça	103.946	78.564
<b>NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS</b>	Un. Prod.	2.279	2.484

Fonte: IBGE (2020)

Com dados de quase uma década, figura 08, já era possível verificar a importância socioeconômica da atividade em Uauá. A pesquisa de mercado realizado pelo projeto Bioma Caatinga, apontava para aproximadamente 23,4 milhões de reais. A desorganização da atividade produtiva é evidenciada quando verificado que pouco mais de 50% desse valor total ficava com o atravessador, e este não pode ser motivo de crítica moral ou ética, uma vez que os agentes governamentais pouco ou nada fizeram para regular ou monitorar o mercado.

Figura 08 - Cadeia produtiva em Uauá – BA



Fonte: Lima Júnior (2011) - a partir de dados primários

Os agricultores familiares que são os criadores desses rebanhos, conforme a figura 09, ficaram com o valor total aproximado de 4,7 milhões de reais, ou 20,29% da renda, em valores brutos. Já na ponta da cadeia produtiva, o que alguns chamam de “depois da porteira”, aparece um dado interessante que é a presença das “fateiras”. Segundo Lima Júnior (2011), foram identificados um grupo de 40 mulheres, que também de forma individualizada processavam as vísceras dos animais e assim complementavam suas rendas e o total desse grupo foi de apenas quinze mil e duzentos reais.

Uma IG ou até uma Marca Coletiva, só tem sentido se os atores principais e as suas comunidades tradicionais forem os maiores beneficiários, inclusive com condições financeiras para ajuda na manutenção e recuperação do bioma que sustenta esse rebanho.

Apesar das associações, de alguns projetos governamentais, a exemplo do Programa Cabra Forte que tinha acontecido alguns poucos anos antes daquele período, a valorização dos atributos do bode e do carneiro de Uauá, que tanto se fala e comenta, como o sabor da carne por exemplo, não representou a maior parte dos lucros para os principais atores envolvidos, tão pouco o Município ou o Governo do Estado receberam tributos ou impostos vindos dessa atividade produtiva.

No período que compreendeu os censos agro (2006 e 2017), verifica-se aumento da quantidade de unidades produtivas e essa situação pode ter sido e até deve ser encarada como uma estratégia dos criadores e/ou aumento das ações de regularização fundiária ou outra não verificada. Todavia, entre os anos de 2012 a 2017 a região nordeste sofreu com um dos mais severos períodos de estiagem e agravou-se bastante devido a região ainda carecer de infraestrutura, tecnologia e políticas públicas de convivência com o semiárido.

A estiagem é um fenômeno natural daquele bioma e antes mesmo do ano de 2012 o município sofria os seus efeitos, é tanto que segundo Souza e Santos (2019), o programa Garantia Safra, que é uma espécie de seguro agrícola, foi acessado ininterruptamente entre 2009 a 2019. Saltando de 654 cadastros aprovados em 2009 para 3.230 em 2019. Esse acesso possibilitou um importante alento para os agricultores familiares/criadores de caprinos e ovinos e a economia local.

## 2.2 IDENTIDADE E CULTURA: O SÍMBOLO

Segundo Dallabrida et al (2016) a construção da identidade tem um caráter simbólico, a qual se utiliza dos fatores culturais locais relevantes e que irão prevalecer sobre outras fontes de significado já existentes.

Segundo Silva (2007), vivemos em uma sociedade baseada em trocas simbólicas e a função simbólica pode ser comentada como o poder de buscar para um objeto a sua representação e para sua representação, um signo.

Convivemos com diversos símbolos, e atualmente estes se expandem com o advento da informática, da internet e das redes sociais, assim Silva (2007) afirma que em uma sociedade como a nossa, baseada no comportamento simbólico, entender como se dá, qual a origem e desenvolvimento do pensamento simbólico pode ser de grande valia.

O símbolo não pode ser abordado apenas como uma marca ou logotipo, mas como algo que transcende a imagem visual, pois adquire uma forma no campo da subjetividade, seja nas ideias, na identidade, e materializa-se quando assume os sentidos, sobretudo através das artes.

A história está repleta de símbolos, carregados do patrimônio cultural na sua formação, e assim, vão sendo usados por governos, por religiões, clubes de futebol, empresas e tantos outros empreendimentos públicos ou privados, particulares ou coletivos. Um dos agentes responsáveis por essa consolidação dos símbolos é o próprio Estado. George Balandier (1982) apresenta a perspectiva da criação de símbolos e da manipulação destes como meio de consolidar poder político, tradição. Ele diz que:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. (...) Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial(...) logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança.

Como exemplos mais comuns de símbolos, é possível citar os símbolos nacionais, os principais símbolos são a bandeira (ótico), o hino, o Brasão e o Selo (Lei 5700 de 1.º de setembro de 1971). No Território do Sertão do São Francisco, existem diversos símbolos, mas hoje podemos destacar, como por exemplo, o próprio Rio São Francisco. Em Uauá, também existem seus símbolos, que estão cravados em sua bandeira municipal.

Também o ato da alimentação pode ser considerado simbólico, segundo Maciel (2005) a alimentação humana está impregnada pela cultura, logo é possível pensar os sistemas alimentares como sistemas simbólicos em que códigos sociais estão presentes atuando no estabelecimento de relações dos homens entre si e com a natureza.

No campo da agropecuária e da gastronomia no Brasil e no mundo, existem diversos exemplos de produtos de singularidade cultural e que carregam na sua denominação, o registro do local de origem, como por exemplo o “Champagne” e os vinhos “Bordeaux” e “Madeira”, os queijos “Camenbert” e “Roquefort” (leite de ovelha), os presuntos crus da Itália e Espanha, o “Café” colombiano, a “Tequila” do México e a cachaça do Brasil. Logo são produtos que transcenderam as suas fronteiras territoriais, mas ainda assim carregam um legado cultural e são demandados pelo mercado.

A criação de símbolos e posteriormente de patrimônio cultural, por vezes ocorre de cima para baixo, ou seja, por decisão dos representantes do setor público. Moraes (2011) afirma que há exemplos tanto no Brasil quanto no exterior de “criação” de pratos típicos com finalidade abertamente turística, por meio de decretos, eleições e outras iniciativas. Criam-se símbolos instantâneos.

Para Canclini (1994), quando ocorre a utilização dos bens simbólicos que uma vez são convertidos em patrimônio cultural e estes são influenciados pela iniciativa privada, esta utiliza deste patrimônio e simbolismo para manobrar o consumo por meio de máquinas culturais (por exemplo hoje as tecnologias digitais) e a cultura a domicílio, logo podendo interferir nas decisões das pessoas a partir da manipulação destes símbolos e por vezes o Estado continua se dedicando às práticas culturais que perdem influencia, na contramão da era digital por exemplo.

### **2.2.1 Caprino-ovinocultura, o (a) capital e o poder simbólico.**

Atualmente uma das questões que remetem ao contexto da abordagem da legitimidade sobre o município de Uauá, ser ou não a capital do bode (e do carneiro), vem muito do fato de que essa correlação é feita a partir do número de animais presentes e “contados” no município. Esta questão de maneira geral, parece, não incomodar àqueles que ali residem e desenvolvem suas atividades de criatório de animais, por outro lado um certo eufemismo vindo de alguns atores sociais e agentes externos a realidade local.

Para essa questão de ser ou não ser a capital do bode, sugere-se aqui e a partir de uma reflexão baseada na obra de Bourdieu, uma abordagem tomando por norteador as concepções para os termos capital simbólico e poder simbólico. Então, segundo Bourdieu (1986):

O capital simbólico não é outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando conhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe, as relações de força tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estrutura do espaço social.

Vejamos que o fator econômico está previsto, e é legítimo pois precisa-se denotar importância do ponto de vista financeiro, aqui falando da sua importância do valor monetário, mas também entra nesse rol o capital cultural e nesse caso, o município de Uauá não é apenas conhecido por sua relação com a caprino-ovinocultura, mas reconhecido pela contribuição que vem dando de forma secular a essa atividade produtiva.

Para além do reconhecimento dos agentes e atores locais e regionais, já houve e há a legalização e o reconhecimento simbólico da importância desse espaço social para a prática da caprino-ovinocultura, de forma legitimada pelo próprio Estado. Para Bourdieu (1986):

A legalização do capital simbólico confere a uma perspectiva um valor absoluto, universal, livrando-a assim da relatividade que é inerente, por definição, a qualquer ponto de vista, como visão tomada a partir de um ponto particular do espaço social.



Uma vez que identificados os espaços sociais, *habitus* e capital simbólico (capital econômico, capital social e capital cultural), não poderia faltar uma menção a questão do poder. O poder simbólico. Esse é importante pois torna-se mais um elemento daquela sociedade uauaense, e até porque não dizer da sociedade nativa do Território de Identidade do Sertão do São Francisco, aqui legitimada e representada principalmente nas comunidades tradicionais de fundos de pastos. Segundo Bourdieu (1986), o poder simbólico está baseado em duas condições:

Primeiramente, como toda forma de discurso performativo, o poder simbólico deve estar fundado na posse de um capital simbólico [...]. Em segundo lugar, a eficácia simbólica depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade...

Assim, mesmo que o criatório de caprinos e ovinos no município de Uauá, não detenha em números atuais os maiores rebanhos, e isso é importante sobre o aspecto da conservação ambiental, mas o que não se pode negar é o seu valor simbólico para essa cadeia produtiva e conseqüentemente para o cenário nacional.

### **2.2.2 o bode e os símbolos de Uauá**

O nome Uauá, por si já é simbólico e significa o vagalume em dialeto indígena<sup>4</sup>, logo há diversas referências locais ao inseto coleóptero. Também se celebra a presença do vaqueiro, do umbuzeiro e da própria caatinga como elementos que compõem aquele espaço, contudo o destaque ainda é o caprino, o bode. Pode ser considerado que o bode e o carneiro (caprinos e ovinos) para o Território do Sertão do São Francisco como um dos seus elementos simbólicos.

As bandeiras com seus Brasões são de forma direta, o cartão de visita e apresentação, seja de uma Nação ou Estado ou município. Observa-se na figura 09, a bandeira de Uauá os símbolos presentes são uma pedra (rocha), representando a riqueza mineral, o sisal que representa a agricultura de sequeiro e o caprino (bode ou cabra, sem distinção de gênero) que representa a pecuária e vocação do município, além de uma faixa com a citação “Paz e Trabalho”.

---

<sup>4</sup> Uauá. Topônimo, que é uma alteração do vocábulo tupi-guarani “uá-uá” que significa “pirilampo”. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/uaua.pdf>

Figura 09: Bandeira de Uauá



Fonte: PMU (2020).

E assim esses animais encerram uma simbologia toda especial para a população da cidade, porque representa a caprino-ovinocultura, principal atividade econômica no município e que deu a está o título de Capital do Bode (RAMOS e MENEZES, 2010). Diferente da afirmação de Morais (2011) sobre a criação institucional de símbolos, o “bode de Uauá” ainda não recebeu uma menção por meio de Legislação ou Decreto governamental.

Tal qual o exemplo anterior, os elementos da culinária podem adquirir status de símbolo, como acontece com o pão de queijo de Minas Gerais ou o café da Colômbia. O entendimento da comida como prática cultural e como patrimônio, como bem cultural intangível passa, portanto, pela sua percepção como signo, como emblema (MORAIS, 2011).

Dessa forma, o prato típico de carne de bode, torna-se referência e identificação de um local. Segundo Morais (2011), na medida em que esta cozinha se refere ao passado e aos antepassados, insere-se na dinâmica histórica e cultural. Na medida em que, para identificar, passa por cima de diferenças internas, torna-se um espaço de disputa material e simbólica.

As instituições da sociedade civil também se apropriam legitimamente do poder dos símbolos, como por exemplo a Associação Uauaense de Criadores de Caprinos e Ovinos, a qual utiliza na sua logomarca o bode, o carneiro e o couro, evidenciando a atividade produtiva principal e o mandacaru (*Cereus jamacaru*) como elemento do bioma caatinga, e assim também utiliza a COOPERCUC no rótulo da cerveja de Umbu, onde destaca-se a representação de um Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*).

Existem diversas outras expressões que configuram identidade e uma vez que se identificam culturalmente com o símbolo maior do município, buscam a materialização deste símbolo em marcas comerciais, cívicas e festivas. Em Uauá, a referência ao bode está no nome de bairro, em apelido de pessoas, em nome de restaurantes, em poemas, cordéis e músicas, em blocos de carnaval, em nomes de blogs e sites (mostrando assim a sua relação com a modernidade, laços de afeição e manifestações virtuais via redes sociais).

### **2.2.3 A caprino-ovino (cultura): identidade e patrimônio**

Na formação das comunidades, os indivíduos ou atores locais são expostos a experiências cotidianas, que somadas a rotina de hábitos e ações, passam no decorrer dos anos a assumir formato próprio, material e/ou imaterial. A formação da identidade cultural está sujeita a natureza nas suas múltiplas manifestações. Conforme Bertagnolli (2015), o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto de saberes e fazeres, que remete a identidade desse povo. Assim, a identidade cultural, se manifesta no manejo dos animais, nas expressões artísticas, na culinária, do jeito de falar e de vestir. Logo, entende-se por cultura todas as ações por meio das quais os povos expressam suas “formas de criar, fazer e viver” (CF 1988, art.216).

Em Uauá já foram vivenciados outros ciclos econômicos como a exploração de gado bovino e a cultura do sisal, contudo o caprino-ovinocultura obteve melhor desempenho e recentemente a coleta e comercialização do fruto do Umbuzeiro e seus derivados, fortalecendo a narrativa dos sistemas agroalimentares baseados na convivência com o semiárido a partir de elementos da sociobiodiversidade local.

A construção da identidade cultural não é uma estrada perfeitamente pavimentada e sim uma trilha de caminhos tortuosos que talvez mais pareça um labirinto. As identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. Elas são resultadas sempre transitórias e fugazes de processos de identificação (SANTOS, 1994). Logo, “As sociedades são resultados de processos (mitológicos e históricos) de (con)textualização e de (des/re)contextualização de identidades culturais, ao longo do tempo” (BERTAGNOLLI, 2015).

No caso específico da comunidade de Uauá – BA, emancipado há 94 anos, já experimentou diversas vertentes do cotidiano duro dos pequenos municípios do interior da Bahia, do sertão e do Bioma Caatinga. Foi Fazenda e Distrito, sujeito anualmente as estiagens, experimentou a ameaça da violência dos cangaceiros, do coronelismo e do Estado, foi palco da primeira batalha da Guerra de Canudos, vislumbrou e foi beneficiado quando identificou na caprinocultura-ovinocultura uma forma econômica de se manter naquele rincão e mais recentemente através do beneficiamento do umbu.

Todas essas experiências contribuíram para a formação do jeito de ser daquela comunidade uauaense. Assim, à formação de identidades, que compõem a cultura de um determinado grupo de pessoas, pois baseia – se em elementos discursivos fornecidos pela história, geografia, biologia, memória coletiva, por instituições, relações de poder, interesses relatos e mitos, entre outros aspectos que compõem a cultura (LIMA, BRAND e MARINHO, 2008).

A identidade cultural torna cada comunidade única e ao mesmo tempo complexa, uma vez que também faz parte de um conjunto de manifestações distintas entre culturas diferentes. Quando se intenciona por exemplo uma indicação geográfica de um produto agroalimentar, considera-se que a diferenciação dos produtos se dá a partir da incorporação aos mesmos de uma identidade territorial e cultural ligada estreitamente ao ambiente geográfico onde são produzidos (GUIMARÃES FILHO, 2011).

A culinária a partir da “carne caprina”, a qual basta-se “retalhar e salgar”, e naquela local dispensa outros temperos, uma vez que os sabores e odores são característicos da caatinga que serve de pasto para os animais, faz com que a identidade cultural seja biologicamente perceptível ao paladar. Logo, configura-se de certa forma na história da alimentação local e segundo Moraes (2011) o alimento será tomado como prática cultural. Assim, a culinária local tem a carne do bode (e do carneiro) como referência. Ramos e Menezes (2010) afirmam que a carne de bode servida assada, frita e cozida, é o prato típico da culinária Uauaense.

Apesar de não ter sido explorado por esse trabalho, de forma que se abre uma perspectiva para essa possibilidade, a percepção de outros elementos materiais e imateriais próprios do local, como as manifestações populares, pertencente ao seu patrimônio cultural, e que Brayner (2007) diz que patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares.

Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. Brayner (2007) diz que o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. Segundo Bertagnolli (2015), o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) considera dois tipos de patrimônios, o

material e o Imaterial. O material é composto pelos bens tangíveis. O Imaterial se compõe pelos bens intangíveis.

A renovação contínua que marca o caráter do Patrimônio Cultural Imaterial, acontece quando este é vivo e presente na vida das pessoas. Nesse sentido, este representa um conjunto de saberes herdados que, mesmo transformados ao longo de gerações, se definem enquanto referências culturais (ou de identidade) (CARVALHO, 2014).

Trazendo para a realidade da caprino-ovinocultura, desenvolvida em Uauá, existe uma série de práticas “zootécnicas” (forma de criar os animais), que é um patrimônio cultural intangível, onde a transmissão de conhecimentos populares se dá ao longo das gerações, caracterizando como uma situação bastante relevante é que no manejo do rebanho, não se faz distinção de gênero e não existe a divisão das atividades em função deste. Contudo, ainda se observa que as mulheres mesmo que sejam eficazes e eficientes no manejo dos animais, acabam com a maioria dos afazeres domésticos.

O manejo do rebanho pode ser caracterizado como patrimônio imaterial, pois é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2020).

### 2.3 OS FUNDOS DE PASTOS

A atividade da caprino-ovinocultura no semiárido nordestino tem algumas características que lhes são bastante peculiares sobretudo na questão do sistema produtivo. Por exemplo, uma das formas de criação que ocorre no Estado da Bahia se dá por meio da utilização das terras de forma comunitária, logo o uso de áreas em comum passou a ser conhecida como “fundos de pastos”. Há algumas similaridades em outros Estados, como os faxinais no estado do Paraná.

Para Souza e Santos (2019), a agricultura familiar do município de Uauá, representada fortemente pelas comunidades tradicionais de fundos de pastos são

caracterizados pela organização de grupos familiares, distribuídos em fazendas e pequenos povoados, ligados também por laços de compadrio e reciprocidade.

O que seria o conhecimento tradicional? Há de comentar que primordialmente não pode ser tratado como um termo sumariamente no singular, ou seja, como uma categoria definida apenas em oposição ao conhecimento científico (CUNHA, 2009). Esse olhar do ponto de vista da complexidade, é importante pois não é incomum que agentes públicos, mesmo os da extensão rural, confundam ou considerem por exemplo que comunidade tradicional de fundo e fecho de pasto seja um “tipo” de assentado da reforma agrária<sup>5</sup>.

Segundo Cunha (2009), os instrumentos internacionais presumem que conhecimento tradicional seja coletivo e “holístico”, permitindo várias interpretações e também tratam (apesar das contestações) como um *Thesaurus*, isto é, “um conjunto completo e fechado de lendas e sabedorias transmitidas desde tempos imemoriais e detidas por populações humanas, um conjunto de saberes preservados (mas não enriquecidos) pelas gerações atuais”.

As origens da criação destas áreas comunais podem ser encontradas em Prado Jr (2012), quando este descreve sobre a pecuária e o progresso do povoamento do Nordeste, por volta do século XVII, em especial a ocupação que avançava do litoral as margens do Rio São Francisco. A partir dali se estabelecia também uma nova rota de comércio envolvendo os povoamentos da região da Chapada Diamantina, de onde provinham o minério. Segundo Prado Jr (2012), em meados no século XVIII o sertão do Nordeste alcançou o apogeu do seu desenvolvimento, o gado nele produzido (mesmo de carne pouca e de má qualidade) é quem abastece do litoral da Bahia ao Maranhão.

A ocupação das terras do semiárido primeiro pelo gado e depois pela caprino e ovino, criou povoamentos, vilas, fazendas e estâncias, que ao longo dos tempos se viram em um caos econômico, em parte pelo aumento dos criatórios na região sul do Brasil e também pelos efeitos das estiagens. Nestas localidades se constituía as figuras dos vaqueiros, com suas famílias e os administradores das fazendas (quando não eram os próprios vaqueiros), os mestiços, os nativos ou descendentes (indígenas), escravos, libertos ou descendentes, ali moldava-se o sertanejo caatingueiro.

---

<sup>5</sup> Observação do autor em diversas situações de trabalho com os colaboradores do INCRA (SR-05).

Os pequenos povoadamentos, ocupações e fazendas, nasciam nas grandes porções de terra, originárias das sesmarias, algumas de origem duvidosa e separadas por léguas de distâncias originavam vazios que “não eram de ninguém, mas que eram de todo mundo”.

A justiça para as questões agrárias até hoje é considerada por movimentos do campo e da reforma agrária como falha e submissa ao capital econômico. Tal situação é prática antiga e segundo Pinho (2007), os herdeiros dos “donatários” de sesmarias se beneficiaram de o fato da legislação portuguesa ignorar a existência de posseiros e sempre reconhecer, em caso de conflitos, o direito dos donatários, embora ele não as tivesse recebido. Logo, essa imensidão de terras ermas facilitou ocupações e espoliações e cimentou a injustiça social no campo.

Após o avanço das cercas de arame farpado, sobre terras comuns e incentivada pelo crédito agrícola na década de 70 e no ano de 1981 no município de Oliveira dos Brejinhos (BA), ser implementada a Lei dos 4 fios de arame, reprimindo o criatório de pequenos animais, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a Comissão pastoral da Terra (CPT), se mobilizam e iniciam a luta pelo bode solto e pelos fundos de pastos (BIANCHINI, 2018). Em 1982 a comunidade de São Bento em Uauá, reivindica a titularidade de sua área coletiva, uma vez que secularmente aquela população já ocupava e trabalhava naquela terra. No 1985, o Estado da Bahia inicia o projeto de regularização fundiária, logo reconhecendo os fundos de pastos como áreas de uso coletivo.

Segundo Garcez (1987), o Fundo de Pasto corresponde a figura jurídica do “Compascuo”, que são propriedades coletivas, ocupadas, de modo geral, por uma comunidade de origem familiar comum, onde se realiza como atividade predominante, um pastoreio comunitário intensivo de gado de pequeno porte e precariamente uma agricultura de subsistência”. Sabourin et al (1999) destaca que a criação extensiva de pequenos ruminantes se encontra, geralmente, associada ao fundo de pasto. E se considerado que esse espaço é em essência simples mais ao mesmo tempo complexo, pois reúne vários extratos de trabalho e manejo.

“O fundo de pasto é uma extensão diferenciada de vegetação natural, dividida em zonas de usos diversificados: reservas forrageiras ou fundiárias, áreas de percursos para os animais e áreas protegidas” (SABOURIN ET AL, 1999). Alcântara e Germani (2009), afirmam que na realidade o fundo de pasto é um conceito em



movimento, dado as características históricas e dos interesses envolvidos e a partir de vários olhares, desde o local aos institucionais (Governamentais ou representativos), dizem:

Desta forma, pode-se entender o Fundo de Pasto como uma experiência de apropriação de território típico do semiárido baiano caracterizado pelo criatório de animais em terras de uso comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência nas áreas individuais e praticam o extrativismo vegetal nas áreas de refrigério e de uso comum. São pastores, lavradores e extrativistas. São comunidades tradicionais, regulamentados internamente pelo direito consuetudinário, ligados por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio) formando pequenas comunidades espalhadas pelo semiárido baiano.

Bianchini (2018) em seu trabalho sobre o umbu (*Spondias tuberosa*) como produto da sociobiodiversidade nos territórios fundo de pasto, apresenta representações georreferenciadas e ilustradas, mesclando os diversos extratos apresentados por Sabourin et al (1999) e Alcântara e Germani (2009), reforçando as figuras dos pastores, lavradores e extrativistas, aqui acrescentando aqueles que apenas são moradores e exercem seu trabalho fora daquele espaço ou apenas buscam refúgio ou descanso de uma vida urbana.

Nesse contexto da ocupação fundiária do Nordeste não pode ter suprimido o fato da manutenção de latifúndios que também praticavam uma pecuária extensiva. E essa relação de Comunidades Tradicionais de Fundos de Pastos e Latifúndios por vezes a regra foi e ainda é a violência. Bacelar (2002) afirma que a forma como a pecuária foi realizada agravou a questão fundiária no Nordeste, além de provocar outros efeitos importantes como a redução da produção de alimentos e a intensificação da emigração rural.

Apesar das intenções de regularização fundiária dessas comunidades nos anos de 1980, atualmente por força da Constituição Baiana no artigo 178 em seu parágrafo único, determina que a regularização dos territórios dessas Comunidades seja mediante a celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, entre o Estado e Associação Comunitária formada por todos os reais posseiros, vedando a estes a alienabilidade/venda e penhorabilidade (CEB, 1989. p. 134).

A Lei 12.910/2013 é que trata da regularização fundiária dos territórios das Comunidades e Povos Tradicionais e Remanescentes de Quilombos, Fundos e Fechos de Pastos, e no seu artigo 2º autoriza a concessão de direito real de uso das terras públicas, rurais e devolutas de domínio do Estado, tradicionalmente ocupadas de forma coletiva pelas Comunidades de Fundos e Fechos de Pastos, com o objetivo de garantir a reprodução física, social e cultural das famílias beneficiárias e que ali tem seu jeito e seus costumes de viver, conforme critérios de auto definição, se identificam as seguintes características:

I - uso comunitário da terra, podendo estar aliado ao uso individual para subsistência; II - produção animal, produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo ou comercialização, ou extrativismo de baixo impacto; III - cultura própria, parentesco, compadrio ou solidariedade comunitária associada à preservação de tradições e práticas sociais; IV - uso adequado dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, segundo práticas tradicionais; V - localização nos biomas caatinga e cerrado, bem como nas transições caatinga/ cerrado (ESTADO DA BAHIA, 2013. p. 1).

A precariedade no processo de regularização fundiária das Comunidades de Fundo de Pastos gera uma fragilidade jurídica para essas comunidades, uma vez que limitam e por que não dizer que se interrompe uma história que é contada e celebrada por sua gente e que tem seu jeito de viver no sertão.

Estas Comunidades de Fundos de Pastos apresentam para esta pesquisa os elementos próprios e endógenos de uma IG, inclusive com Denominação de Origem, pois traz a luz, da legislação, o reconhecimento do saber fazer, próprio da cultura humana e ainda os elementos únicos da caatinga do semiárido brasileiro, único no mundo. A colocação de Garcez (1987) reafirma essa condição:

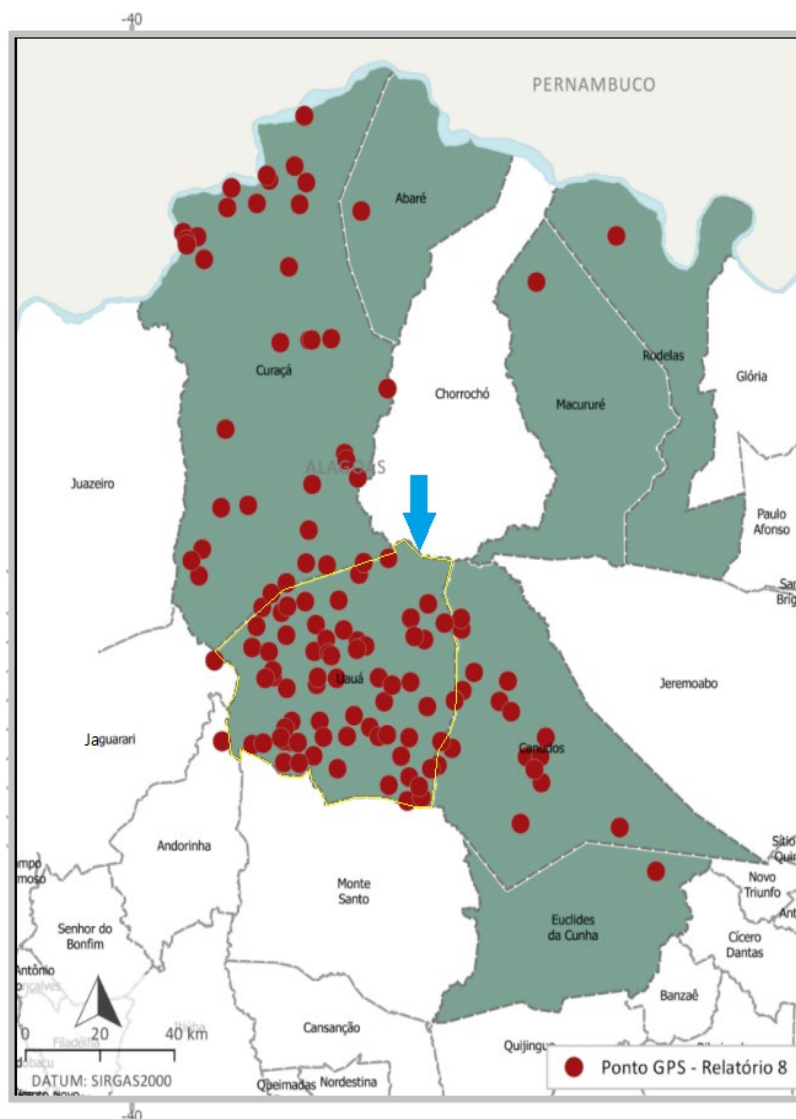
Essa modalidade de posse e uso de terra denominada Fundo de Pasto é uma prática antiga, observada em vários municípios sertanejos, com ênfase na região Nordeste do Estado (BA), notadamente naqueles municípios mais ao norte, onde se configura a formação climática da caatinga semiárida, cujas inclemências, por si mesmas, definem e limitam as atividades agro produtivas ali desenvolvidas.

Passados séculos após o início da colonização a região semiárida, com destaque ao bioma caatinga, sofreu algum tipo de intervenção, geralmente

institucional-governamental com intuito de “modernizar” seu sistema produtivo, como por exemplo, os perímetros irrigados. Todavia, quando ocorre, a modernização é restrita, seletiva, o que ajuda a manter um padrão predominantemente tradicional e conservador, inclusive em relação a estrutura fundiária (BACELAR, 2002).

Em 2020 foi apresentado um relatório técnico que apontou o total de 966 comunidades tradicionais de fundos e fechos de pastos no Estado da Bahia, distribuídas em 14 Territórios de Identidade. Somente no Território de Identidade do Sertão do São Francisco são 366 áreas, representando 37,88% do total. Em Uauá são 81 comunidades de fundos de pastos, que representa 8,38% do total do estado e 22,13% do TISSF (GERMANI E OLIVEIRA, 2020).

**Figura 10** – Mapeamento das Associações em Uauá



**Fonte:** Germani e Oliveira (2020)

Cada ponto identificado na figura 10 identifica uma Associação Comunitária. Sendo que em Uauá, apenas 17 comunidades possuem o título de domínio, entregues entre os anos 80 e início dos anos 2000 e 32 contratos de concessão e direito real de uso. As demais comunidades encontram-se em fases diversas (requerida, reconhecida, emissão de certidão de área e conflito) junto ao Governo do Estado da Bahia. Para efeitos de trabalho de campo, os mapeamentos das comunidades foram realizados em um Gleba denominada CUC (Curaçá – Uauá – Canudos) e abrangeu os três municípios citados e mais Abaré, Euclides da Cunha, Macururé e Rodelas.

### **2.3.1 Caprino-ovinocultura e o desafio da sustentabilidade**

O termo desenvolvimento sustentável ou apenas sustentabilidade, bastante difundido na sociedade e não somente entre movimentos ambientalistas ou partidos de esquerda e intelectuais ou acadêmicos, mas está no discurso de grandes corporações, podendo ser verificado nos sites das empresas. Mas o que é desenvolvimento sustentável? Esse termo ficou bastante difundido a partir do Relatório Brundtland (1987), titulado por Nosso Futuro Comum, que em resumo dizia: “processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (FGV, 1991).

Para Leff (2006), o discurso do desenvolvimento sustentável procura estabelecer um terreno comum para política de consenso, capaz de integrar os diferentes interesses, países, povos e classes sociais que plasmam o campo conflitivo da apropriação da natureza. Nessa perspectiva, abordar a questão de um bioma “complexo e frágil” como a caatinga e a sua relação com a manutenção de um rebanho de animais, mesmo que manejado racionalmente, talvez não seja em essência o modelo de desenvolvimento apropriado.

O discurso do desenvolvimento sustentável promove o crescimento econômico negando as condições ecológicas e termodinâmicas que estabelecem os limites e possibilidades de uma economia sustentável (LEFF, 2006). Tal situação estimulou duas vertentes epistemológicas como sugerido por Sachs (2008). A primeira vertente é dos pós-modernos que sugerem que esse modelo funciona como

uma armadilha ideológica, contribuindo para as assimetrias socioeconômicas e políticas. A segunda, dos fundamentalistas de mercado, onde desenvolvimento é um conceito redundante, logo dependente da economia e do efeito cascata provocado por ela.

Essa perspectiva de tratar o desenvolvimento sustentável traz diversos questionamentos para a realidade do bioma caatinga. E possivelmente as discussões sobre os tipos econômicos adequados para esse bioma só serão respondidas uma vez que este, seja mais conhecido, pesquisado e respeitado em sua essência econômica-ecológica. De maneira que tratar esse tema a partir da sua compreensão ecológica é sobretudo ético e racional, como destacado na seguinte afirmação:

A sustentabilidade do desenvolvimento é um problema complexo, porque a sua essência está imbricada em tecido de problemas inseparáveis, exigindo uma reforma epistemológica da própria noção de desenvolvimento (MORIN, 2010).

A caatinga ocupa uma área de cerca de 844.453 quilômetros quadrados, o equivalente a 11% do território nacional. Engloba os estados Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais, conforme figura 13. Abriga 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas (BRASIL, 2020). É um bioma de cenário complexo.

Cerca de 27 milhões de pessoas vivem na região, a maioria carente e dependente dos recursos do bioma para sobreviver (BRASIL, 2020). Diante de tão rica diversidade, mas com uma fragilidade latente torna-se vital encontrar e aplicar uma forma adequada de manejo desses rebanhos.

A caprino-ovinocultura é uma prática secular no Nordeste do Brasil. Os animais que chegaram com os colonizadores e outros que vieram nos séculos seguintes, passaram por períodos de adaptação ao clima, ao relevo, ao pastejo e o resultado foi então um animal adaptado as exigências ecológicas locais, criando os animais soltos, extensivamente. Foi a solução encontrada na época para a sobrevivência destes.

Todavia, essas práticas agrícolas (criações extensivas) teriam consequências. Prado Jr. (2012), no início do século passado, chama atenção para o modelo

predatório estabelecido, citando que o mal era mais profundo e estava no próprio sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não poderia ser reposta. Essa observação e preocupação com a relação do ser humano, as suas práticas produtivas e o meio ambiente, são ditadas além do modelo do sistema produtivo, por exemplo o modelo industrial, mas também por força do modo de vida e do tipo de consumo e consumidor.

Todavia a questão pecuária está intimamente relacionada com o desbravamento e povoamento do semiárido. Inicialmente pelo gado, impulsionado pelos ciclos da cana e do minério. Para Furtado (1974), o custo, em termos de depredação do mundo físico caso seja generalizado levará há um inexorável colapso, inclusive colocando em perigo a sobrevivência da espécie humana. Apenas o desmatamento no bioma caatinga já chega a 46% da área, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (2020).

O desafio de produzir o alimento ou outro produto, de forma que a técnica possibilite um ganho de eficiência e eficácia é fato decisivo para a competição em um mundo capitalista e globalizado. É um desafio. Paula (2014), analisando a obra de Celso Furtado, cita que não conseguimos realizar a difusão das técnicas e da produtividade em níveis próximos ao dos países desenvolvidos, carregando ainda extensas desigualdades de renda.

Siqueira Filho (2015), afirma que o agravante em investir nos caprinos e, ovinos, é que sua criação é extensiva, e são ainda mais generalistas e danosos à regeneração natural de muitas espécies da caatinga e que um estudo mostrou que esses animais consomem todas as partes das plantas e esse hábitat vem declinando, por exemplo, as populações de umbuzeiros (*Spondias tuberosa*).

Corroborando com a observação anterior, Araújo Filho (2006) cita que a produção de peso vivo (caprinos, ovinos e até bovinos) por hectare é muito baixa, impactando negativamente a geração de renda. Nessas condições, mesmo em uma caatinga arbórea se precisaria de áreas cada vez maiores, o que não é a realidade para a grande maioria dos agricultores familiares, criadores do semiárido. Logo a relação entre o tamanho da propriedade rural (hectares) e o quantidade de animais do rebanho (cabeças) deve ser considerada como um fator chave e importante.

Aos caprinos e ovinos, pelo seu hábito de pastejo e a forma como os animais são criados e manejados, tem-se atribuído fortemente como um dos algozes do

bioma caatinga. Para Fabricante et al (2015), em cerca de um ano, esses animais eliminam parte significativa das ervas e provocam alta mortalidade nos arbustos e árvores do bioma pois têm a habilidade de trepar nas plantas com as patas dianteiras, o que acaba quebrando os galhos e caules, causando danos e até provocando a morte.

Uma pesquisa foi realizada no CRAD/UNIVASF em uma área de 30 mil metros quadrados, divididas em três glebas iguais. A primeira com caprinos e ovinos, a segunda com emas e uma terceira sem animais o estudo, naquelas condições, verificou-se que as glebas com caprinos existiam 296 espécies de indivíduos (plantas) e 06 espécies de ervas, enquanto que na gleba com as emas a ocorrência para o número de indivíduos eram de 2649 sendo 8,4 vezes superior à anterior e 32 espécies de ervas, logo 5,3 e é superior em relação ao dado anterior. Chegando à conclusão que as glebas com a ema, espécie nativa tem o hábito alimentar menos voraz que o dos caprinos (FABRICANTE ET AL, 2015)

No trabalho anteriormente citado, apresentou a mortalidade de plantas na caatinga se considerado as estiagens prolongadas e mais severas a cada ano. Na relação entre as 03 glebas, sendo uma apenas de caatinga e sem animais, outra com emas e outra com caprinos, observou-se que a mortalidade foi respectivamente 5%, 8,7% e 16,6%, logo onde há caprinos a mortalidade de plantas é maior.

Por outro lado, a crítica ao trabalho acima é que estas condições não representam uma serie de tipos de caatinga que existem, em regimes pluviométricos que variam e da mesma forma o sistema de manejo. Pergunta-se qual seriam os resultados se tratados em campo em regime de Fundo de Pasto, em comunidades diferentes e que adotam manejos de rebanho diferentes.

Na realidade as observações sobre a relação entre o pastejo de animais (ruminantes) e a caatinga já eram observadas a muito anos. Segundo Araújo Filho (2006) foi por volta de 1860 que havia recomendações para se ressemeiar e arborizar os pastos nativos e melhorar a sua produtividade.

A mitigação dos impactos ambientais advindos de uma criação de caprinos e ovinos parte da premissa de conhecer o tipo de caatinga em qual aquela propriedade rural que desenvolve a atividade está inserida. O próprio Fabricante et al (2015) sugere medidas simples, como por exemplo a inibição da soltura dos animais em locais de proteção ambiental e também métodos de manejo da caatinga

como o rebaixamento, o raleamento e o enriquecimento. Em Uauá já existem algumas experiências de recaatingamento, no entanto é uma ação que necessita de um olhar e uma prática mais contundente e abrangente. São ações fundamentadas em educação ambiental e mudança de paradigma e cabe ao conjunto da sociedade esta iniciativa e não apenas aos criadores de animais.

Um sistema de manejo sustentável adequado, deve ser aplicado conforme o tipo de caatinga, pois podemos encontrar até oito tipos diferente, e isso se deve entre outros fatores ao tipo de solo e a precipitação, conforme quadro 01:

**Quadro 01** – tipos de caatingas.

<b>Tipo</b>	<b>Características</b>
Caatinga arbórea	própria das áreas de solos férteis e limites superiores da pluviosidade do bioma
Caatinga arborescente	com substrato arbustivo aberto
Caatinga arborescente arbustiva fechada	também chamada de Carrasco
Caatinga arborescente arbustiva aberta	com substrato de cactáceas e bromeliáceas
Caatinga arbustiva densa	também chamada de scrub caducifólio
Caatinga arbustiva aberta	típica dos solos rasos com afloramentos rochosos
Caatinga assavanada	formada pelo Seridó e Tabuleiros sertanejos
Caatinga assavanada	com afloramentos rochosos

**Fonte:** Araújo Filho (2016).

Conhecer o tipo de vegetação é um pré-requisito para se trabalhar uma criação de caprinos e ovinos de forma racional. Estes animais estão domesticados a quase 10 mil anos, tem toda uma cultura, estrutura de produção, beneficiamento e consumo envolvidas. São animais de origem ibérica e asiática, que se adaptaram em todas as regiões do mundo, de maneira que uma Indicação Geográfica (IG) de caprinos e ovinos e seus derivados podem surgir de diferentes biomas, de diferentes caatingas, como por exemplo o bode e o cabrito de Uauá, o cordeiro de Tauá, a Manta de Petrolina, o cabrito de Sertânia.

Uma IG está intrinsecamente vinculada ao saber fazer, mas também ao bioma, e assim adquirir o conjunto de características que lhe são peculiares e que transmitem a sensação de Terroir<sup>6</sup>, logo sem a caatinga de Uauá, conservada, a Indicação Geográfica (IG) do caprino talvez não se justifique.

<sup>6</sup> Expressão francesa para porção ou conjunto de terras exploradas por associações de produtores.



## 2.4 PROPRIEDADE INTELECTUAL: A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

A engenhosidade do ser humano ao longo de sua existência possibilitou-lhe a proteção contra as intempéries da natureza e do ataque de animais selvagens, e destes obtendo o alimento e o vestuário. Criou-se a arte como a conhecemos, a escrita e nos dias atuais os códigos binários fazem o que até poucas décadas eram ideários ou até devaneios de ficção.

Essa capacidade cognitiva da criação e da manutenção desta por meio e pela cultura e assim apropriando-se de direitos para fins econômicos desse saber e potencial criativo é denominada de propriedade intelectual (PI). Para Vieira e Buainain (2012), a PI vem assumindo um papel de extrema importância nas sociedades contemporâneas, cujo desenvolvimento está associado ao progresso tecnológico e à capacidade criadora e empreendedora dos indivíduos e empresas (instituições).

Em linhas gerais há de ser redundante que PI é na essência uma questão de “propriedade”, seja ela um bem tangível ou intangível, logo para Gimenez (2016) a propriedade é um direito fundamental do ser humano seja ela um bem corpóreo ou intelectual e a CF/88 no artigo 5º garante o direito à propriedade nas suas mais diversas formas (BRASIL, 1999).

Todavia a PI em termos mundiais alcançou importância sobretudo econômica, de forma que a sua regulação se dá por meio de acordos e tratados internacionais e legislações nacional. Em âmbito internacional a World Intellectual Property Organization (WIPO), também conhecida por Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é a responsável pela gestão desta relação institucional.

O conceito de PI é de tal forma diverso e interdisciplinar que durante a convenção que instituiu a WIPO ou OMPI, assinado em Estocolmo em 14 de julho de 1967 foi preferido conceitua-la por meio de uma lista exaustiva de direitos relativos a ela, descrita no Artigo 2, § viii:

às obras literárias, artísticas e científicas; às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão; às invenções em todos os domínios da atividade humana; às descobertas científicas; os desenhos e modelos industriais; às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais; à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico.

Os acordos e tratados internacionais são os instrumentos no campo das relações internacionais (de comércio exterior) com grande grau de importância e quando considerado a questão das Indicações Geográficas (IG) tem sido discutido desde o século XIX. Segundo Pereira, Lourenzani e Watanabe (2018), as discussões sobre esse tema vêm se tornando mais importante a medida que o comércio é feito no mundo globalizado e estes trazem como exemplos de acordos importantes regulados pela WIPO e OMC (Organização Mundial do Comércio) a Convenção de Paris, o acordo de Madri, o acordo de Lisboa e o acordo ADIPIC/TRIPS.

No Brasil a atribuição de regulação e gestão da PI compete ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) tendo entre as legislações que tratam do assunto o destaque para a lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. No quadro 02 são apresentados exemplos do que pode ser protegido por lei.

**Quadro 02:** Exemplos de itens protegidos

Direito de Autor	Obras intelectuais e artísticas / Programas de Computador
Direito Conexos	Interpretações
Marcas	Marca de Serviço
Patentes	Invenções e Modelos de Utilidade
Indicações Geográficas	Produtos agroalimentares, serviços ou artesanato
Desenho Industrial	Embalagem
Proteção de Novas Variedades de Plantas	Planta geneticamente modificada
Topografia de Circuito Integrado	Desenho de Circuito Integrado

**Fonte:** WIPO/INPI (2019)

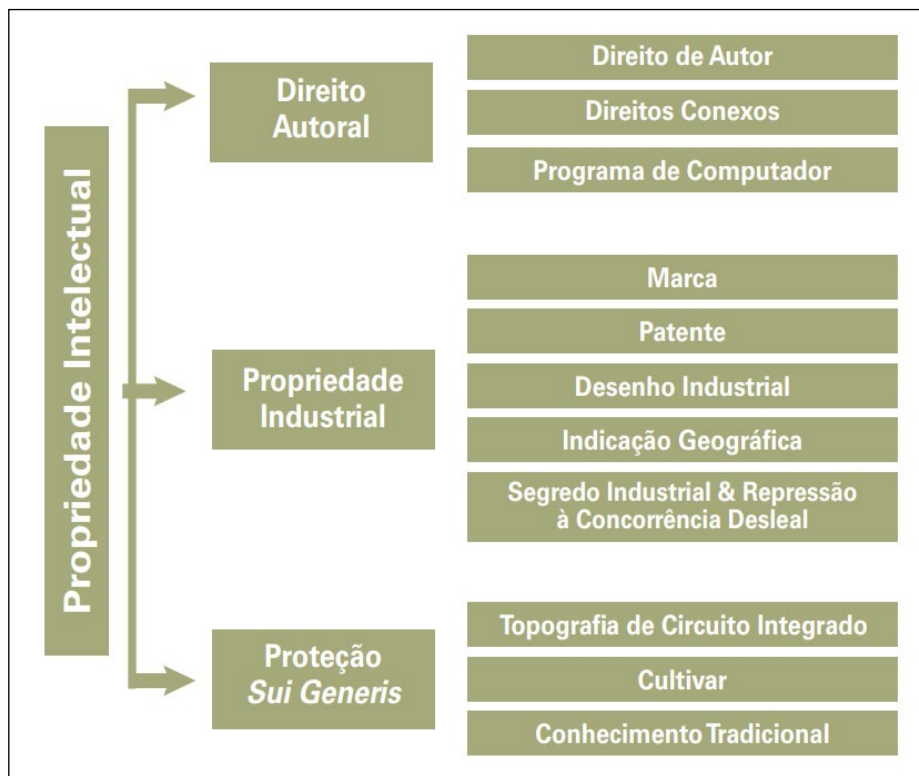
Para Vieira e Buainain (2012), o objetivo da PI é promover o progresso científico e tecnológico das artes aplicadas e isso é dado mediante a concessão de monopólio temporal do direito de exploração econômica da propriedade e essa afirmação é corroborada de certa forma quando a WIPO/INPI (2019) sugere que existem 4 dimensões da PI, sendo:

- i) Dimensão temporal: Os direitos são concedidos por prazos estipulados legalmente e o titular pode explorar economicamente com exclusividade durante esse período;
- ii) Escopo do direito: Cada objeto protegido apresenta delimitação de proteção definido por lei;

- iii) Segurança jurídica: Evita que terceiros possam explorar indevidamente sem prévia autorização do titular; e
- iv) Territorialidade: é preciso registro no país de origem e nos países onde pretende explorar economicamente.

Segundo a WIPO/INPI (2019), o processo de criação de um objeto, uma ideia de negócio, de um software, bem tangível ou intangível decorre da capacidade inventiva ou criadora do intelecto humano de seus criadores. Logo, há diferenças no item produzido de forma que é possível uma classificação conforme figura 11. Nessa classificação é possível identificar por exemplo que uma Indicação Geográfica está ligada diretamente à grupo de propriedade Industrial e que por sua vez é uma Propriedade Intelectual. Todo esse chaveamento serve para organizar a ação inventiva, de modo a melhor classificar e garantir dos direitos inerentes ao produto ou ideia.

**Figura 11** – modalidades de direito de Propriedade Intelectual (PI)



Fonte: INPI (2010)

### 2.4.1 As IG's - Acordos internacionais e conflitos de interesses

Os acordos e tratados internacionais são de fundamental importância para o estabelecimento de regramentos jurídicos em âmbito do comércio internacional na questão da PI e conseqüentemente das IG. Historicamente destacam-se três acordos internacionais que regulamentam direta ou indiretamente as indicações geográficas, dispostos no quadro 03.

**Quadro 03** – Acordos internacionais de PI

Acordo	Descrição
<b>Convenção da União de Paris (CUP):</b>	Primeiro acordo multilateral que regulamentou a matéria, a convenção da União de Paris, administrada pela OMPI, entrou em vigor em 1883, sendo ratificada pelo Brasil somente em 1975. O texto original da Convenção sofreu algumas modificações por meio de várias revisões. Entre estas, estão a revisão de Bruxelas, de 1900; a de Washington, de 1911; a de Haia, de 1925; a de Londres, de 1934; a de Lisboa, de 1958; e, por fim, a de Estocolmo, sendo esta última ratificada em 1992.
<b>Acordo de Madri</b>	Surgiu em 1891, também sob os auspícios da OMPI. Tal acordo sofreu algumas reformas nos anos subsequentes: Washington, em 02/06/1911; Haia, em 06/11/1925; Londres, em 02/06/1934; e Lisboa, em 31/10/1958.
<b>Acordo de Lisboa</b>	Firmado em 1958, relativo à proteção das denominações de origem, que entrou em vigor somente em 1966. Faz-se pertinente a análise deste Acordo porque, além de ampliar a proteção do acordo de Madri, instituiu um registro internacional de denominações de origem, constituindo uma importante inovação na proteção internacional das indicações geográficas.

**Fonte:** LOCATELLI (2008)

Todos esses Acordos e suas alterações possibilitaram a construção de uma robusta estrutura legal e doutrinária para a forma como hoje conhecemos os temas relacionados a PI e IG. Contudo, outro Acordo ganhou notoriedade e importância para a questão aqui comentada e foi nas negociações da Rodada do Uruguai (1986-1994) que o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), foro multilateral constituído desde a 2ª Guerra Mundial deu lugar a Organização Mundial do Comércio (OMC),

no Acordo de Marrackesh, o qual gerou um anexo chamado de *Trade-related Aspects of Intellectual Property Rights* (Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), conhecido pela sigla TRIPS (WIPO/INPI, 2019).

Segundo Locatelli (2008), o TRIPS ao entrar em vigor, impôs novos parâmetros internacionais de proteção jurídica a propriedade intelectual. De forma que ocorreu efeito imediato no Brasil, como por exemplo a alteração da legislação da propriedade Industrial (Lei 9279/96), a qual contempla a questão das Indicações Geográficas.

Sob a perspectiva dos interesses relativos a questão da propriedade em si, é crível que a sua própria definição a partir do desenvolvimento sustentável citada no Relatório Brutland (1987) possa ainda causar certa dualidade de interesses dos organismos internacionais, como cita Cunha (2009):

Nesse embate entre a ONU e a OMC em várias frentes, não há dúvida de que a "propriedade" levou a melhor sobre o "domínio público". Tanto assim que a expressão "direitos de propriedade intelectual" tornou-se corriqueira - como se não pudesse haver direitos intelectuais sem haver a propriedade.

Tratar ou não tratar o conhecimento tradicional à luz da "cultura"<sup>7</sup> da propriedade, submetido aos acordos e convenções, baseados em legislações e num sistema de contratos implicitamente capitalistas, também é motivo de discussões antropológicas, pois alguns grupos defendem que o conhecimento tradicional seja colocado em domínio público, acessível a todos, mas o grupo social que originou o conhecimento ou o deteve, mantém a possibilidade de receber pagamento por valor comercial. Por outro lado, em algumas sociedades tradicionais, ocorre a noção de direitos privados sobre o conhecimento (CUNHA, 2009).

Indicação Geográfica (IG), uma vez que é uma propriedade intelectual, a partir de um conhecimento tradicional, com reconhecimento deste saber de domínio público, e apesar de toda a sua base legal, robusta, já conhecida. Pode sofrer críticas durante um possível processo de busca por sua regulamentação legal, e isso é completamente legítimo.

---

<sup>7</sup> Considerando as propostas legais alternativas e bem-intencionadas (CUNHA, 2009).

## 2.4.2 A Indicação Geográfica (IG) na história

O sentimento de pertencimento, a sensação de *Terroir*, o prazer na degustação, o aguçar dos sentidos diante de um produto único e que somente pode ser produzido e processado em certas regiões, sob certas condições de solo, de clima e de fatores humanos que conseqüentemente acabam ganhando significado. Os primeiros registros de indicação de vinhos com nomes das suas regiões de origem, datam de 3 mil anos a.C. Na Grécia, os vinhos de Coríntio, Ícaro, Rhodes e Falerne (Império Romano) datam do século 4 a.C. (WIPO/INPI, 2019). A IG pode ser considerada uma espécie de registro da história mundial.

Segundo Cerdan et al (2013), durante a Idade Média, apareceram as marcas corporativas, utilizadas para distinguir os produtos fabricados por um grêmio de uma cidade, de um grêmio de outra cidade. A capacidade de organização daquelas pessoas em função de um tipo de ofício (trabalho) e tipo de produto com o objetivo e condições para produção preestabelecidas já eram praticadas. Ainda segundo Cerdan et al (2013) esses grêmios ou corporações possuíam Estatutos e Ordenações que detalhavam todos os aspectos e operações da produção, fixando as normas que seus associados deviam cumprir para fabricar os produtos.

As IG ao longo da história foram adquirindo maior valor e possivelmente dava ao seu possuidor (produtor, comerciante e consumidor) um *status quo* e rendimentos, logo se tornaria inevitável os artigos similares e imitações que são chamados popularmente de piratas (falsificados). Tal situação levou o Marques de Pombal a instituir no final dos anos 1.700 a IG “*Porto*” (vinho), a qual tinha a finalidade de coibir a utilização indevida por ingleses, sendo a primeira reconhecida oficialmente no mundo (WIPO/INPI, 2019).

A primeira IG do Brasil foi do Vale dos Vinhedos, na região das Serras Gaúchas no Rio Grande do Sul. O processo de reconhecimento foi iniciado em 1997 a luz da Lei 9.279/96 e deferido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em 22 de novembro de 2002, tendo a APROVALE como a Associação dos Produtores como representante (LOCATELLI, 2008)

A IG da manga e da uva do Vale do São Francisco, ocorreu no ano de 2009, por meio de IP (Indicação de Procedência). Contou com o apoio de várias instituições, como a EMBRAPA, SEBRAE, CODEVASF, FAEPE e envolveu 12

Associações e Cooperativas de produtores de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) (SÁ E LIMA, 2018). Essa foi a primeira IG brasileira relacionada a frutas e também a primeira localizada na região Nordeste do Brasil (BRUCH, VITROLLES, LOCATELLI, 2014)

Atualmente no INPI constam em planilha de acompanhamento de pedidos/registros de Indicação Geográfica o total de 141 pedidos. Gerando a Indicação de Procedência de 55 pedidos, sendo todos nacionais e a Denominação de Origem de 20 pedidos, sendo que 11 são nacionais e 09 são estrangeiros. As indicações são de diversas naturezas, como queijos, vinhos, frutas, doces, artesanato e outros.

### **2.4.3 Conceito de Indicação Geográfica**

Os produtos reconhecidos como IG possuem características próprias e intrínsecas a sua natureza, origem e originalidade, fato possibilitado pelo território, pelo saber fazer e pelas condições do meio ambiente natural ou da cultura. Para Rocha e Conceição (2019) e Capanema et al (2013), a IG é uma forma de proteção aos bens materiais e imateriais, sendo uma especialidade de Direito, no campo da Propriedade Intelectual (PI) e tem o INPI como instituição qualificada para a análise dos ritos burocráticos de análise e registro.

Segundo Bruch et al (2017) com a crescente valorização dos intangíveis ativos vinculados a territórios, a IG pode ser considerada como ferramenta de promoção do desenvolvimento territorial, pois permitem a diferenciação de produtos. E com uma ideia parecida Dias et al (2015) acrescentam que essa ferramenta serve para a proteção e serviços com base em aspectos como a notoriedade, o saber fazer, o meio geográfico e os fatores socioambientais, e esse pensamento é corroborado no trabalho de Sá e Lima (2018).

As IG são definidas no TRIPs como aquelas que identificam um produto como originário do território de um Estado membro, ou região, ou localidade naquele território (LOCATELLI, 2008). Todavia as IG, em seu conceito mais amplo, são sinais distintivos do comércio que identificam produtos ou serviços em razão de sua origem geográfica. Por exemplo a IG *Champagne* e IG *Cognac*, são provenientes das

regiões francesas de *Champagne* e *Cognac*, também para os queijos *Roquefort* da França, para o couro acabado do *Vale dos Sinos* no Brasil e *Sheffield*, no Reino Unido (WIPO/INPI, 2019).

Uma vez que as IG são consideradas como sinais distintivos é correto afirmar que no art. 5º, inciso XXIX da Constituição Federal de 1988, é garantido a sua proteção, sendo descrita da seguinte forma:

A Lei assegurará aos autores dos inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País (BRASIL/CF, 1988).

No Brasil, o conceito de IG é apresentado de forma diferente, pois considera duas formas de IG, sendo a Indicação de procedência e a Denominação de Origem e são dispostas na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, do art. 176 a 182. Tem-se a seguinte definição para as duas condições, sendo:

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Existe outra peculiaridade na Lei 9.279/96, que segundo Gurgel (2005) que é a previsão de serviços para indicação de procedência e Denominação de Origem, que não encontra guarida no âmbito internacional.

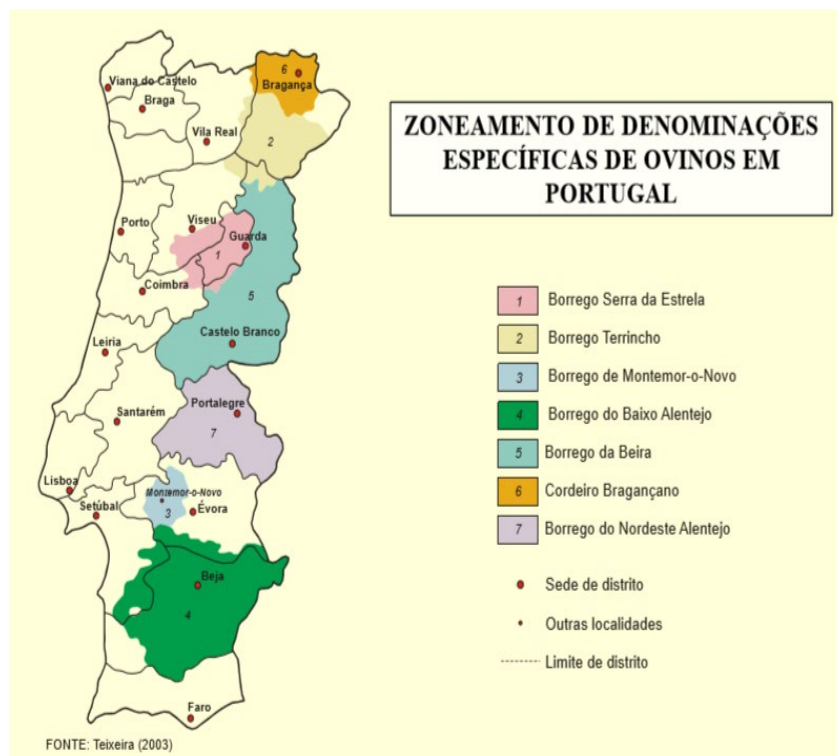


#### 2.4.4 IG e a caprino-ovinocultura

Um estudo sobre IG remete naturalmente às suas origens, nesse caso na União Europeia (UE) e a partir desta conhecer, analisar e compreender quais os dados e indicadores que justificam a importância deste tema, seja para a UE, para o Brasil ou para o mundo. De forma concreta, a União Europeia (França, Itália e Espanha, juntas têm mais de cinco mil registros de produtos - 4.200 para vinhos e destilados e 812 para outros produtos). A França possui 466 IG para vinhos e destilados e 127 IG para outros produtos, representando um valor acima de 19 bilhões de euros em comércio (16 bilhões para vinhos e destilados e 3 bilhões para outros produtos) apoiando 138 mil propriedades agrícolas (CERDAN ET AL, 2014).

A IG de caprinos e ovinos com o objetivo de viabilizar a comercialização de carne, couro (peles), leite e seus derivados já é uma realidade em vários países, principalmente na Europa. A relação entre as IG, o território e as raças de animais e produtos são tão implícitos que chega a funcionar quase que como um sobrenome configurando uma identidade local e é possível verificar essa relação na figura 12.

**Figura 12:** Zoneamento de ovinos em Portugal



**Fonte:** Guimarães F. e Silva (2014)

Em Portugal os exemplos são o borrego e o queijo “Serra da Estrela”; na Espanha os cordeiros Termasco de Aragon e Manchego; os queijos Roquefort (leite de ovelha) e Chambichou de Poitou (leite de cabra) na França e na Grécia os queijos Feta (leite de ovelha) (GUIMARÃES FILHO E SILVA, 2014). No Brasil apesar do potencial promissor da atividade da caprino-ovinocultura, as IG desta atividade ainda não se consolidaram como uma realidade e por isso essa limitação também passa a ser uma oportunidade.

O mapeamento dos territórios com potencial produtivo da caprino-ovinocultura brasileira, ocorreu por meio de um projeto liderado pelo Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, chamado de Rota do Cordeiro, iniciado em 2014. O objetivo geral da Rota do Cordeiro é de promover o desenvolvimento territorial e regional por meio do fortalecimento dos APL (Arranjos Produtivos Locais) associados a caprino-ovinocultura (BRASIL, 2017).

Em 2017 foram realizadas oficinas técnicas, gerando o documento Bases para o plano e Uauá está inserido no Sertão Norte Baiano (BA), Sertão do São Francisco Pernambucano (PE), Baixo Parnaíba (MA), Rio das Contas (BA), Serra da Capivara (PI), Chapada do Jacaré (BA), Bacia do Jacuípe (BA), Itaparica (PE), Vale do Mucuri (MG), Teófilo Otoni (MG), Alto Camaquã (RS), Fronteira Oeste – Pampa Gaúcho (RS) e Polo Integrado Paraíba – Pernambuco. A figura 15 mostra a distribuição dos polos de APL, com predominância na região Nordeste, onde Uauá encontra-se identificado no Sertão Norte Baiano.

A Rota do Cordeiro (figura 13), poderá vir a ser um grande incentivo as Indicações Geográficas (IG), possibilitando que o criador e o comerciante sejam de fato inserido nesse comercio qualificado, deixando de ser o que hoje é, um mercado de nicho, mas com grande potencial de crescimento. Segundo Teixeira (2017), que pese embora as incertezas resultantes das crises vividas, a nível mundial, são notórias o crescimento da produção de todos os tipos de carnes.

Apesar das regiões destacadas serem as maiores produtoras e com potencial de IG, foi apresentado por então um Senador da República, atualmente Governador de Estado da região Centro-Oeste, um Projeto de Lei do Senado Nº 524/2015, que buscava estabelecer os parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil. Esse PL foi enviado ao Congresso Nacional, passando a ser o PL n.º 6.899, de 2017, que obteve o parecer favorável pela



O potencial da IG de caprinos e ovinos no Brasil, em especial na região semiárida, é uma condição única, uma vez que estando inserido no bioma caatinga, conferi particularidades ao produto (carne e derivados) que são únicas e não podem ser copiadas. Em um trabalho sobre confiança e agregação de valor em carnes com IG, Brandão et al (2012), afirmam que a indicação de origem geográfica poderia ser considerada como um atributo diferenciador, pois, dependendo do contexto em que se enquadra, apresenta qualidades que não são comuns a todos os produtos.

Segundo Guimarães Filho e Silva (2014) o que deve ajudar muito no processo de obtenção do reconhecimento de Indicação de Procedência. Nessa situação a “Região” acaba se beneficiando de uma história local, mas em uma perspectiva de trabalhar especificamente com o cabrito de Uauá, esse selo pode vir a se tornar uma denominação de origem, sendo uma das propostas mais viáveis (GUIMARÃES FILHO E SILVA 2014).

#### **2.4.5 IG e a qualidade agroalimentar**

As Indicações Geográficas (IG) são fortemente associadas à valores culturais, a história e tradição do local de origem do produto, também dos costumes e do saber fazer. Essas características são fatores particulares e endógenos que conferem aos produtos, sobretudo os agroalimentares, um signo importante tanto no contexto imaterial quanto material, que é a qualidade. Segundo Niederle (2013), as Indicações Geográficas constituem um dos mais sofisticados e complexos dispositivos de qualificação encontrados nos mercados alimentares.

Uma vez que o produto agroalimentar está inserido no mercado, seja ele de cadeia curta ou de *commodities* (buscando aqui exemplos extremos), esse mercado terá a sua disposição um alimento que independente da sua origem, seja por meio de IG ou apenas um manufaturado, deverá ser de confiança comprovada, logo o seu consumo não implicará em risco para o consumidor.

Compreender os *trades* e seus esquemas burocráticos é parte importante no jogo dos negócios, pois segundo Wilkinson (2011), os mercados não vêm do mercado, eles são o resultado das mãos visíveis de atores e movimentos sociais econômicos que participam da formatação das instituições que regulam as trocas econômicas, dentre as quais encontram-se os padrões de qualidade.

A possibilidade de uma IG, seja por meio de DO ou de IP, ou ainda como uma Marca Coletiva (MC), implicam que padrões de qualidade, indicadores de qualidade e instrumentos de gestão da qualidade deverão ser fomentados, implementados, avaliados e monitorados.

Segundo Niederle (2013), qualidade é um conjunto de atributos físico-químicos, organolépticos e sensoriais que passaram a distinguir os alimentos com base em índices de gordura, graduação alcoólica, coloração, acidez, adstringência, aroma, etc. Para Eymard - Duvernay (2009), essas características são grandezas naturais passíveis de quantificação. Deming (1993), afirma que qualidade é tudo aquilo que melhora o produto do ponto de vista do cliente.

Para se alcançar os fatores anteriormente citados, as instituições que fazem gestão de Propriedade Intelectual (PI), como as próprias entidades que são responsáveis legais pelas IG, fazem uso de um conjunto de leis, decretos, normas, convenções e regulamentos. Com destaque no caso das IG, é obrigatório o uso de um Regulamento de Uso ou Regulamento Técnico. Segundo Guimarães Filho e Silva (2014), esse Regulamento trata-se de uma espécie de “manual de obrigações” a serem cumpridas pelos produtores. E a construção desse manual ocorre por meio de um grupo de controle interno, da entidade que irá registrar a IG e será apresentado ao INPI como elemento para composição do processo de registro.

O caderno de Regulamento de Uso ou Regulamento Técnico, necessariamente se comunica e estabelece os padrões de qualidade a serem atendidos e nos últimos anos essa questão vem sendo bastante discutida. Talvez pelo fato da globalização e da velocidade das informações possibilitadas pela internet e suas redes sociais, logo o acesso a todos os elos da cadeia produtiva, inclusive os consumidores.

No caso da caprino-ovinocultura, com IG, os elementos que comporão o Caderno de Regulamento de Uso ou Regulamento Técnico, objetivamente tenderão a orientar para aqueles criadores que participarão do processo de IG naquele território e para os consumidores que buscam os elementos intrínsecos àquele produto em particular, seja carne ou leite e derivados ou até o couro (pele) deverá (esse caderno) ser construído pelo conjunto de produtores, organizados em um conselho regulador e segundo Niederle (2013) deverá ser capaz de responder a duas questões:

1) quais qualidades constituirão os fundamentos da diferenciação do produto sob o signo de IG? 2) como esse produto encontrará um espaço específico no mercado que lhe permitirá obter diferenciais de valor em virtude dos seus atributos qualitativos diferenciais?

Logo, como sugestão para um caderno de Regulamento de Uso ou Regulamento Técnico, adaptado a atividade da caprino-ovinocultura (no vale do São Francisco ou em Uauá), Guimarães Filho e Silva (2014) apresentam os itens que podem constar nesse documento, conforme o quadro 03:

**Quadro 04:** Itens para Regulamento de Técnico de Uso

1. Histórico do produto	16. Etiquetagem das carcaças
2. Clima	17. Desossa e maturação da carne
3. Flora	18. Características do produto
4. Delimitação de área de produção	19. Etiquetagem dos cortes
5. Raças autorizadas	20. Normas de rotulagem
6. Alimentação autorizada	21. Conselho regulador
7. Rastreabilidade	22. Registros
8. Carência de permanência dos animais na região	23. Controles de produção
9. Característica dos animais	24. Direitos e obrigações
10. Obtenção de matéria prima	25. Infrações
11. Transporte dos animais	26. Penalidades para infrações
12. Chegada ao abatedouro	27. Princípios da IP/DO
13. Auditoria dos animais da IG	
14. Abate dos animais	
15. Avaliação dos requisitos técnicos da IG	

**Fonte:** Guimarães Filho e Silva (2014)

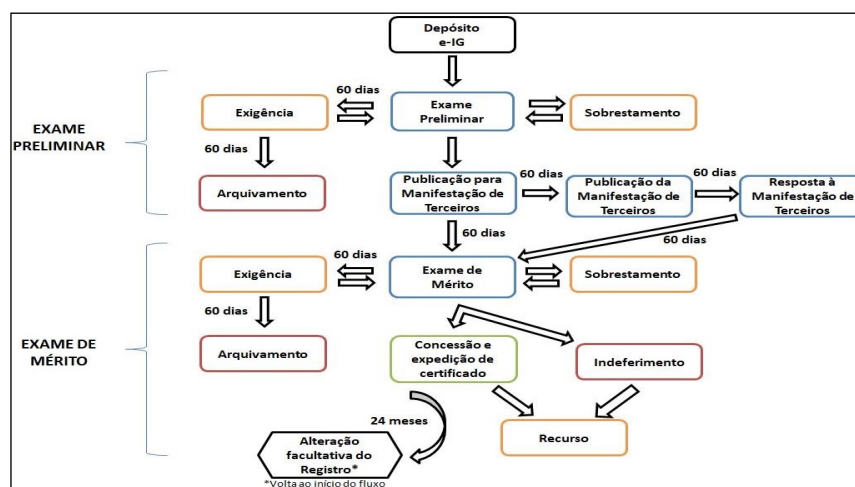
A qualidade da carne é resultado do que aconteceu com o animal durante toda a sua vida, ou seja, os fatores de produção exercem influências sobre os animais, com isto o produto final (COSTA et al, 2019). A qualidade funciona como um sinônimo para Indicação Geográfica e isso vai além do gosto ou do paladar de cada pessoa, o que deve estar implícito é que aquele produto segue padrões de produção adequados ao consumo e aos valores da sociedade atual.

## 2.4.6 O processo de certificação da IG

Em regra, todo processo que envolve política pública ou concessão de registros, títulos ou certificados, necessitam de autorizações ou deferimentos dos órgãos públicos correlatos que cuidam das respectivas pastas. Assim, o registro de indicações geográficas tem como parâmetro legal a Lei 9.279/96 e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é o Órgão do Governo Federal, atualmente vinculado ao Ministério da Economia, que tem responsabilidade de realizar a gestão dos pedidos de registro, os registros e outras questões correlatas.

Para a obtenção do registro de IG, seja IP ou DO, o requerente, seja pessoa física ou jurídica, poderá encontrar um guia básico de orientação que consta na página do INPI, disponível em <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/guia-basico-de-indicacao-geografica>. Segundo o INPI (2019), de forma geral para a obtenção (ou não) do registro, o usuário interessado tem 5 passos. O 1º passo é o conhecimento dos procedimentos do cadastro (e conhecimento do Guia do Usuário). O 2º passo é a preparação da documentação. O 3º passo, trata-se da realização do pagamento da GRU. O 4º passo é Peticionamento eletrônico. E o 5º passo é o acompanhamento do processo. A figura 14 apresenta um esquema resumido do que viria a ser o fluxograma do processo<sup>8</sup> de análise do pedido de certificação de IG, que já em 2011 mostrava-se burocrático.

**Figura 14:** Fluxograma de registro de IG no INPI.



Fonte: INPI (2020).

<sup>8</sup> Deve ser considerado que a discricionariedade do agente público um elemento que talvez mais atrapalhe do que ajude se caso estas etapas sejam burladas, aceleradas, suprimidas ou negligenciadas.

## 2.5 A MARCA COLETIVA, A MARCA DE CERTIFICAÇÃO E O SELO ARTE

A IG torna o local como signo de referência de produto ou serviço, tomando a reputação e o saber imbuído no processo criativo que permeia à atividade produtiva em questão, no entanto a Propriedade Intelectual, no Brasil por meio da Lei 9.279/96 nos incisos II e III, do artigo 123, traz a luz dois tipos de marcas, a coletiva e a de certificação. Para que fique claro que, segundo Barbosa (2013, p.271):

As marcas e as IG's por muito tempo se confundiram ao longo da história humana, e na verdade, esta mistura continua acontecendo atualmente. Exemplo disto é que muitos países, tais como Noruega, Suécia, Holanda e Estados Unidos optam por proteger as suas indicações de origem como Marcas Coletivas ou até mesmo como Marcas de Certificação.

As marcas coletivas e de certificação podem representar tanto uma inovação de produto, como uma forma de apropriação do bem intangível, como uma inovação de marketing (PORTO, 2010). Logo, a natureza da obtenção de uma dessas marcas em substituição a escolha por uma IG também deve ser considerada como uma ferramenta ou instrumento que poderá agregar valores e a proteção do produto ou serviço em questão, no caso aqui a caprino-ovinocultura.

As marcas coletivas estão previstas no artigo 123, III da LPI, onde cita que é aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade. E A marca de certificação está art. 123, II da LPI, onde consta que é aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada.

As marcas, de produto ou serviço, coletivas e de certificação, assim como as IG's, são signos distintivos e são usados, assim, como importante estratégia de publicidade e atração de clientela (SOUZA, GOES e LOCATELLI,2017). No caso de produtos agroalimentares e que envolvem conhecimentos/saberes tradicionais e localizados, é certo afirma que também contribuem para a manutenção do conhecimento e do patrimônio cultural material e/ou imaterial contido no processo.



A opção por marca coletiva em detrimento de uma IG, deve se uma escolha debatida e discutida coletivamente, uma vez que o sucesso depende da adesão dos interessados e no conhecimento dos detalhes que caracterizam cada caso. Deve ficar claro que:

Uma **marca coletiva** é uma marca cuja utilização só é autorizada aos membros de uma coletividade. Tal coletividade pode ser uma associação ou cooperativa de fabricantes, produtores ou comerciantes. A marca coletiva é possuída pela associação que concede o direito de utilizá-la exclusivamente aos seus membros. A associação pode ser nacional ou estrangeira. Normalmente, a utilização da marca coletiva é regida por regulamentos que devem ser submetidos ao instituto de propriedade industrial juntamente com o pedido de registro. A questão de saber se uma indicação geográfica é registável depende inteiramente do direito nacional aplicável (WIPI/INPI, 2019, p.28).

Enquanto que em algumas situações os interessados em viabilizar seus produtos ou serviços tem a opção de buscas por meio de parcerias uma espécie de garantia ou segurança de que a legitimidade da utilização da marca será materializada e implementada. Também pode-se buscar esse nível de parceria para aumentar a segurança do consumidor, dando maior credibilidade para o item adquirido. Assim:

As **marcas de certificação** (e as marcas de garantia) não são possuídas por uma coletividade, tal como uma associação de produtores, mas por uma autoridade de certificação. Essa autoridade pode ser um conselho local ou uma associação que não está implicada na produção ou no comércio dos produtos em questão. Isto tem uma grande importância porque é o titular da marca de certificação que deve garantir que os produtos que têm a marca de certificação possuem as qualidades certificadas. Uma marca de certificação pode ser utilizada para certificar, *inter alia*, a origem dos produtos ou dos serviços. O pedido de registro de uma marca de certificação deve ser acompanhado pelas regras que regem a utilização da marca de certificação. No que diz respeito à registrabilidade das indicações geográficas como marcas de certificação e marcas de garantia, são aplicáveis os mesmos princípios que no caso do registro das marcas coletivas (WIPI/INPI, 2019, p.28).

Acertar o tipo de “registro/reconhecimento” de um produto ou serviço deve ser analisado com qualidade técnica precisa, ainda mais quando se trata de apresentar um produto novo, aqui no caso fazendo menção a caprino-ovinocultura. De acordo a Barbosa e Regalado (2015), a certificação trata-se de um processo custoso. Para Porto (2010), a obtenção do registro de uma marca coletiva é mais simples do que a

obtenção do registro de uma marca, uma vez que para isso basta ter um regulamento de utilização da marca coletiva enquanto que a marca de certificação deve comprovar que possui capacidade técnica de atestar e fiscalizar. No quadro 05, consta um resumo das características nesses dois casos de marcas e a IG.

**Quadro 05** – Características dos tipos de marcas

Características	*Marca Coletiva	*Marca de Certificação	**IG
<b>Função</b>	identificar a entidade coletiva titular da marca	atestar conformidade quanto a critérios técnicos	Proteger o nome geográfico
<b>Titularidade</b>	entidade coletiva representativa	terceiro, distinto da relação a ser certificada	Produtores e prestadores de serviços locais que sigam o regulamento de uso
<b>Controle</b>	especificado pelos próprios produtores ou por quem estes determinarem	feito pela titular da marca: a certificadora	<i>Comitê gestor ou Conselho Gesto</i>
<b>Associação</b>	obrigatoriedade de ser membro ou associado ao titular	não é necessário ser membro ou associado ao titular	<i>não é necessário ser membro ou associado ao titular, mas deve estar no território geográfico</i>
<b>Documentação particular</b>	regulamento de utilização	documentação específica	Regulamento de uso
<b>Direito de uso</b>	membros ou associados ao titular	certificados autorizados	Residentes na região geográfica demarcada
<b>Vigência</b>	10 anos, passível de renovação	10 anos, passível de renovação	Indefinida, independente de renovação.
<b>Extensão de proteção</b>	5 anos após a extinção	5 anos após a extinção	

**Fonte:** \*Barbosa (2013) e Babosa e Regalado (2015)

Conhecer as diferenças que implicam em cada uma das possibilidades de adequação do registro junto ao INPI, no caso aqui a carne caprina e ovina ou o queijo de cabras ou outro qualquer outro derivado desta cadeia produtiva, vai possibilitar que o grupo organizado disponha de elementos para uma melhor decisão, pois todas essas categorias implicam em investimento. Tempo e dinheiro, capital intelectual e social dos agricultores familiares, de outros membros da cadeia produtiva e das suas organizações representativas.

Outra opção recente foi pautada pelos produtores artesanais a muito tempo e foi regulamentado pelo Decreto nº 9.918, de 18 de julho de 2019 - o SELO ARTE, vai permitir que produtos como queijos, embutidos, pescados e mel possam ser comercializados em qualquer parte do território nacional e é pautado fortemente por boas práticas agropecuárias e sanitárias e espera-se que diminua a burocracia.

### 3. JUSTIFICATIVA

O tema da caprino-ovinocultura, especialmente no Nordeste Brasileiro apresenta relevância e importância ímpar no cenário regional, territorial e local. Primeiro por ser a atividade produtiva que melhor se adaptou a realidade da caatinga e segundo por possibilitar ao caatingueiro, o criador, sempre uma possibilidade de reiniciar o sonho de produzir, uma vez que a inclemência das estiagens coloca limites nestes sonhos.

Essa relação dos pastores com seus rebanhos foi registrada por Euclides da Cunha, Na Obra clássica, Os Sertões, onde narra o deslocamento dos camponeses ocorrido durante a marcha da tropa militar da 1ª Expedição que culminou no combate em Uauá – BA. Cita-se: “Os raros moradores, ou por evitá-la, ou aterrados pelas novas alarmantes, haviam abalado para o norte tangendo por diante os rebanhos de cabras, únicos animais afeitos àquele clima e àquele solo” (CUNHA, 1984).

Os projetos de irrigação não estão disponíveis para todos os agricultores familiares, tão pouco há presença do Rio São Francisco em todos os municípios do Território de Identidade do Sertão do São Francisco, logo a atividade econômica que predomina é a caprino-ovinocultura, que ajudou a consolidar a figura sociocultural do caatingueiro, criador de bode e carneiro, muitas vezes associado a figura do vaqueiro, as tradições locais e a culinária local.

A Indicação Geográfica pode ser trabalhada como mais uma estratégia de valorização do produto local, conseqüentemente da cultura e das tradições. Valorizando a organização dos agricultores familiares e criadores, protegendo a legitimidade do produto local, agregando renda, preço diferenciado e criando, talvez, uma visibilidade dos atores envolvidos numa perspectiva diferenciada por meio de uma economia mais solidária e ecológica.

A importância de uma estratégia para a caprino-ovinocultura, baseada em Indicação Geográfica, ou outra, como por exemplo marca coletiva, pode servir de exemplo para outras cadeias produtivas distribuídas no Nordeste brasileiro, algumas já praticadas no município de Uauá. Por exemplo a cadeia produtiva do Umbu, já desenvolvida com excelência pela Coopercuc. Outros produtos tipicamente nordestinos, como o Licuri no Território do Piemonte Norte do Itapicuru, a carne de

sol de Itororó – BA, o dendê de Valença – BA, o Sisal de Araci e Santaluz – BA. Queijos, méis, outros.

A tabela 05, que apresenta os dados do efetivo rebanho de caprinos e ovinos no Brasil e sua distribuição nas grandes regiões, onde a quantidade expressiva está Região Nordeste, com ênfase para os Estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará.

**Tabela 05 - Efetivo dos rebanhos / Estados NE**

<b>Ano - 2018</b>		
<b>Variável - Efetivo dos rebanhos (Cabeças)</b>		
<b>Brasil, Grande Região e UF</b>	<b>Caprino</b>	<b>Ovino</b>
<b>Brasil</b>	10.696.664	18.948.934
<b>Nordeste</b>	<b>10.047.575</b>	<b>12.634.412</b>
Maranhão	359.757	292.217
<b>Piauí</b>	<b>1.835.550</b>	<b>1.635.678</b>
<b>Ceará</b>	<b>1.097.351</b>	<b>2.318.568</b>
Rio Grande do Norte	439.429	794.126
Paraíba	649.136	610.214
<b>Pernambuco</b>	<b>2.346.845</b>	<b>2.350.121</b>
Alagoas	6.7422	296.261
Sergipe	20.837	157.560
<b>Bahia</b>	<b>3.231.248</b>	<b>4.179.667</b>

**Fonte:** IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal (2020)

Nessa perspectiva, a atividade da caprino-ovinocultura, desenvolvida secularmente no Território de Identidade do Sertão do São Francisco, no município de Uauá, apresentam aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais propícios para uma estratégia de reconhecimento, assim como o cordeiro de Tauá (CE), a manta de bode de Petrolina (PE) ou os cordeiros da região do Alto Camaquã (RS).

Segundo Ceretta et al (2016), o patrimônio (cultural imaterial) é parte da vida das populações devendo ser dinamizado para ser parte da estratégia de desenvolvimento da região. Assim, a incorporação de uma identidade territorial e

cultural ligada estreitamente ao ambiente geográfico onde são produzidos parece ser o instrumento efetivamente capaz de agregar valor aos produtos da agricultura familiar do semiárido (GUIMARÃES E SILVA, 2014).

Sob o viés do desenvolvimento cabe encaixar no contexto a figura do extensionista rural, sobretudo aqueles que estão envolvidos em regiões com produtos tipicamente reconhecidos, mas que não dispõe de elementos norteadores que trabalhem um olhar para o potencial produtivo a partir da identidade cultural e suas relações inclusive no campo da subjetividade, do imaterial. Por exemplo, agregar geração de renda a uma comunidade rural a partir da implementação do turismo rural.

Uauá é um município com 81 comunidades tradicionais de fundos de pastos, organizadas em Associações, com um bioma caatinga que inspira cuidados. As políticas públicas são acessadas e na sua efetivação, sobretudo para as políticas rurais, há necessidade da presença do extensionista rural, dessa forma, compreender as estratégias de desenvolvimento rural é importante. Para Ceretta et al (2016), o papel do extensionista rural é fundamental para a identificação de novas oportunidades de utilização do patrimônio para o propósito de renda, bem-estar e melhorias diversas.

O que se propõe em uma visão estratégica de médio e longo prazo é contribuir para a implementação da discussão de um projeto de desenvolvimento que ao invés de tentar mudar um jeito de ser e de viver, deve se adaptar e contribuir significativamente com a realidade local sem que seja preciso interferir no modo de vida dessas famílias.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a Indicação Geográfica (IG) como estratégia desenvolvimento da caprino-ovinocultura em Uauá- BA.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

4.2.1. Descrever a caprino-ovinocultura a partir da perspectiva histórica e mercadológica e os impactos dessa atividade produtiva para o município de Uauá;

4.2.2. Identificar elementos simbólicos formadores da identidade cultural do município de Uauá;

4.2.3. Descrever elementos simbólicos formadores da identidade cultural do município de Uauá;

4.2.4. Analisar as origens histórica, fundiária e política que possibilitaram a materialização das comunidades tradicionais de fundos de pastos e a relação socioambiental com o bioma caatinga e a criação de animais;

4.2.5. Apresentar o conceito de Indicação Geográfica;

4.2.6. Verificar a aplicabilidade do conceito de Indicação Geográfica para a caprino ovinocultura do município de Uauá (BA).

## 5.MATERIAL E MÉTODOS

### 5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A caprino-ovinocultura, como atividade zootécnica, dispõe de uma série de publicações técnica-científicas e tantos outros manuais que mostram como manejar os animais, como realizar o controle de parasitas e clinicar enfermidades. O nível tecnológico envolvido nessa cadeia produtiva é de tal forma qualificado que existe inclusive um centro da Embrapa que trata de caprinos e ovinos, localizado em Sobral (CE), além da unidade de Petrolina - PE (Embrapa Semiárido). Também são citadas outras instituições que tratam desta atividade produtiva.

Apesar da importância em conhecer práticas agrícolas e zootécnicas, índices de desempenho e tantas outras obras e publicações, o que se buscou de diferente aqui nesse estudo foi uma tentativa de evidenciar uma temática transversal, que é a cultura, por meio da perspectiva da interdisciplinaridade proposta pelo mestrado em extensão rural da Univasf.

Com base em Gil (2002), esta pesquisa apresenta a seguinte classificação:

- a) **Quanto a finalidade:** trata-se de pesquisa aplicada, pois está voltada à aquisição de conhecimento com vistas à aplicação numa situação específica. Nesse caso relacionar a atividade da caprino-ovinocultura com a questão cultural e a Propriedade Intelectual (por meio de uma possível Indicação Geográfica);
- b) **Quanto ao propósito:** apresenta duas vertentes. A primeira é o formato exploratório, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. Utilizando revisão bibliográfica exaustiva, a aplicação de questionário com questões fechadas e semiabertas. Priorizando representantes de instituições representativas da cadeia produtiva em questão e individualmente as pessoas diretamente ligada há algum elo da cadeia produtiva. A segunda é o formato descritivo, pois tem por objetivo a descrição das características da população (criadores e criatório) e do

fenômeno (cultura local). Aspectos culturais ligados a subjetividade e imaterialidade são endógenos a esse formato. Por exemplo, saber a opinião do pesquisado/entrevistado, se Uauá é a capital do bode.

No caráter exploratório verificasse com riqueza significativa de detalhes o sentimento e a percepção do grupo escolhido sobre o assunto pesquisado. Não se trata de aprofundar uma análise estatística, tão pouco não a será desconsiderada a partir dos dados secundários obtidos, mas buscará priorizar o pensamento do grupo.

- c) **Quanto ao método** (natureza dos dados): A pesquisa ocorreu em formato qualitativa e quantitativa, sendo tratados de formas colaborativas (interconectados). Destaca-se um maior caráter qualitativo, todavia, se serviu de muitos dados quantitativos, tornando uma pesquisa de maior qualidade e com maior cientificidade possível.

O ambiente de pesquisa utilizado para a coleta inicial e principal de dados foram dois. O primeiro por meio de pesquisa bibliográfica, realizada com base em material publicado e disponível na internet, sites especializados, biblioteca da universidade e acervo técnico do pesquisador, entre outros. Também foi utilizado material histórico, como fotografias, imagens disponíveis na internet, mapas temáticos e publicações em revistas especializadas. O segundo meio foi a pesquisa documental, que se valeu de todos documentos elaborados com fins diversos. Por exemplo, os boletins técnicos da Embrapa, compilações de estatísticas, compilações de legislações, relatórios do SEBRAE, OMPI/INPI, Ministério da Integração Nacional, CEDETER, entre outros.

Os grupos identificados como sujeito de pesquisa, inicialmente são 03 grupos (prioritários), considerando os setores de antes da fazenda (fornecedores de insumos), na fazenda (produtores, criadores, pessoal envolvido na produção) e pós fazenda (mercado final e consumidores) e 02 grupos de stakeholders, sendo um governamental/institucional e outro institucional/terceiro setor.



## 5.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DO ESTUDO

O Município de Uauá, localizado na região Nordeste da Bahia, está situado no Bioma Caatinga, com uma área de 3.074,786 km<sup>2</sup>, segundo o IBGE (2016), distante 420 km da Capital da Bahia. Localizado nas coordenadas, 9° 50' 31" S, 39° 28' 55" W, Junto com outros nove municípios compõe o Território de Identidade do Sertão do São Francisco, tendo Juazeiro a cidade Polo. A economia do município é, essencialmente, baseada na pequena agricultura de subsistência, nos serviços e na caprino-ovinocultura que assume parcela importante no PIB no município, onde aproximadamente 27% do PIB é oriundo da atividade (LIMA JÚNIOR, 2011).

O município de Uauá (figura 15) é conhecido no Estado da Bahia, em especial no Território de Identidade do Sertão do São Francisco, como sendo um local onde a cultura sertaneja-caatingueira é valorizada. Além da forte presença das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pastos. É conhecida como a capital do bode. Também é onde está a sede da Coopercuc (Cooperativa dos agricultores familiares dos municípios de Uauá, Curaçá e Canudos), que é reconhecida nacionalmente pelo trabalho que faz em relação a produção agroecológica e da sociobiodiversidade da caatinga. Além de ser um município citado por Euclides da Cunha na obra Os Sertões, dentre outros aspectos culturais que formam aquele local.

Uauá – BA, é uma típica cidade do interior nordestino, carregada de elementos simbólicos, “vítima” de uma política fundiária desatenta as reais necessidades da sua população rural entre outras desatenções do estado. É nesse emaranhado de uma narrativa já conhecida, cheio de tantos outros elementos que não estarão esmiuçados nessa pesquisa, mas assim poderiam, como por exemplo, a culinária local; as doceiras e seus doces; os músicos, artistas e poetas; os festejos e festas de padroeiros a perder a conta e a política, com a sua vitalidade febril.

Hoje, apesar dos infortúnios das pequenas cidades do interior do nordeste brasileiro, segue como lugar alegre de povo hospitaleiro e orgulhoso de sua história. É também onde nasce de forma intermitente o Rio Vaza Barris e que segue no sentido leste para o encontro do mar, no estado de Sergipe.

### 5.3 LEVANTAMENTO DE DADOS

O conteúdo pesquisado está baseado em documentos e publicações de acesso público, onde as publicações são agregadas, logo sem a possibilidade de identificação individual e também está calcada fortemente em textos científicos e dados censitários disponibilizados, por exemplo, pelo IBGE. Essa premissa está de acordo ao art.1º da Resolução 510/2016, conforme termos da Lei nº 12.527/2011 de forma que esta etapa está distribuída em três momentos.

No primeiro momento foi realizada uma busca exaustiva de informações que apontassem a referência para a atividade da caprino-ovinocultura, como levantamento histórico, levantamento relacionado a cultura, citações em publicações internacionais e também em livro religioso, valorizando sobretudo o reconhecimento histórico.

No segundo momento, intencionalmente, buscou-se as referências principais ou algumas destas, de acordo com o item pesquisado. Por exemplo, para a questão da Propriedade Intelectual e Indicação Geográfica, foram citados Liliana Locatelli, Paulo Niederle, Clovis Guimarães Filho e Adriana Carvalho Pinto Vieira, entre outros. Para o tema da caprino-ovinocultura destaca-se os trabalhos do MSc. Clóvis Guimarães Filho, Prof. João Ambrósio de Araújo Filho e o Prof. Alfredo Jorge Costa Teixeira, dentre outros. Para a questão de Comunidades Tradicionais de Fundos de Pastos, o destaque é para a Dr.<sup>a</sup> Angelina Garcez e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Germani, entre outros.

No terceiro momento o trabalho buscou apresentar os elementos de identidade local e seus símbolos. A questão da atividade da caprino-ovinocultura e a relação com a cultura do município de Uauá e o meio ambiente a partir de uma análise sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

Foi inserido na pesquisa, os elementos de trabalhos recentes de alunos egressos do mestrado de extensão rural. Tal objetivo ocorreu pela riqueza de informações e natureza das fontes, pois dois desses trabalhos foram realizados no município de Uauá, em Comunidades de Fundos de Pastos. Também foram inseridos alguns dos artigos trabalhados pelas disciplinas do mestrado de biodiversidade e conservação da caatinga, desenvolvimento sustentável, caprinos e ovinos no semiárido, sociologia rural, história da agricultura, agricultura familiar e políticas públicas, além de ser considerado outros elementos de outras disciplinas.

Como meio de coleta de dados, foi utilizado um questionário online (tipo *Survey*<sup>9</sup>). Em um trabalho realizado com o objetivo de estudar a elaboração, a validação e a aplicação de questionário eletrônico, Moyses e Moori (2007) verificaram que as etapas de elaboração e validação de um questionário seguem a lógica comum e o resultado é previsível, todavia consideraram como fato de inovação e verificação dos dados, a utilização da internet. Uma definição mais comum, recorre-se a Parasuraman (1991) onde cita que um questionário é um conjunto de questões, elaboradas para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos de um projeto de pesquisa. Este autor complementa dizendo que nem todos os projetos de pesquisa utilizam esse tipo de instrumento de coleta de dados, ainda assim é uma ferramenta importante na pesquisa científica, sobretudo em ciências sociais.

Outro trabalho científico realizado com objetivo descrever o uso de questionário *online* e sua divulgação virtual como estratégia de coleta de dados na Alemanha, sugeriu que esse modo de coleta de dados seja utilizado para pesquisas futuras, podendo envolver diversos países, por conta da rapidez, economia, bom aproveitamento de respostas e por permitir ultrapassar a barreira do idioma falado (FALEIROS, 2016).

Gil (2008), define questionário como um “conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.” E a utilização de um questionário eletrônico, possibilita um baixo custo financeiro e assim torna-se além de econômico, rápido (GIL, 2008). Atualmente a diversidade de opções (plataformas) virtuais que podem ser utilizadas e potencializadas para uso na coleta de dados é potencializado por meio das redes sociais, dos e-mails e dos smartphones.

A estrutura do formulário de coleta de dados para essa pesquisa, inicialmente foi montada em documento do Microsoft Word, tipo questionário semiestruturado composto por questões fechadas; únicas, múltiplas e escalares; e abertas, do tipo *outro* ou *comente*. Em seguida foi transcrito e ajustado para o Google Forms (formulários), onde foram hospedadas as perguntas e as respostas que dispunha de uma estrutura de 11 seções com o total de 138 questões. Esse

---

<sup>9</sup> Refere-se a um tipo particular de pesquisa social empírica (BABBIE, 1999/2004)

formulário foi disponibilizado por meio de aplicativo de rede social e por e-mail, após uma apresentação do objetivo da pesquisa e da disponibilização do Termo de Consentimento Livre e Espontâneo (TCLE) para os participantes.

Os participantes foram selecionados inicialmente pela identificação com algum segmento da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura e por sua atividade junto a sociedade. Os grupos foram relacionados aos setores produtivo, governamental/institucional, comercial e de consumo foram consultados

A distribuição dos grupos nas seções obedeceu um ordenamento com base na estrutura geral de como são denominadas comumente as cadeias produtivas, ou seja, em 03 grandes setores organizados antes da porteira, na fazenda e pós fazenda. Com a abordagem ocorrendo por meio de contato virtual, via rede social. E aqueles que inicialmente concordaram recebiam por rede social ou por e-mail um texto explicando a atividade, o TCLE e o link para acesso ao questionário. Na seção de anexo dessa pesquisa será inserida imagem com o roteiro de construção e aplicação do questionário online.

#### 5.4 ANÁLISE DE DADOS E PRODUTO

A análise dos dados foi realizada a partir das considerações feitas pelos autores citados como referência, interagindo com o conhecimento da realidade de campo e das práticas dos atores sociais envolvidos no processo de criação dos caprinos e ovinos e também outros elementos da cadeia produtiva e elementos do campo cultural. Uma vez que o município já é conhecido sobretudo pela sua atuação em relação a essa atividade produtiva, permitiu o aproveitamento de uma série de materiais disponíveis de fontes que tem a pesquisa científica na sua missão, como por exemplo a Embrapa e a Univasf, logo corroborando para a legitimação dos dados analisados.

O questionário elaborado no Google forms e aplicado por via on-line possibilitou uma vantagem real que foi a rapidez na tabulação dos dados, uma vez que dispõe da opção de gerar planilha tipo *Excel* e também pelo próprio sistema de respostas que gera uma serie de gráficos. A desvantagem é que há possibilidade de o entrevistado não ter a clareza em alguma pergunta ou demonstrar falta de empatia e interesse em responde-la, uma vez que a figura do pesquisador não está presente fisicamente.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A distribuição quantitativa do rebanho nacional de caprinos e ovinos, pode ser verificada na tabela 06, com base nos dados do IBGE (2020), a qual está disposta da seguinte ordem: Brasil; Grande Região; Estado da Bahia; Território de Identidade do Sertão do São Francisco -TISSF e municípios que o compõem esse Território.

**Tabela 06** - Efetivo dos rebanhos / tipo de rebanho

Ano - 2018							
Variável - Efetivo dos rebanhos (Cabeças)							
BR, GR, UF, TISSF, MUN	Caprino	%	Ovino	%	Rebanho <sup>10</sup> total	Caprino %	Ovino %
<b>Brasil</b>	10.696.664	100	18.948.934	100	29.645.598	36,08	63,92
<b>Nordeste</b>	10.047.575	93,93	12.634.412	66,68	22.681.987	41,61	37,14
<b>Bahia</b>	3.231.248	30,21	4.179.667	22,06	7.410.915	13,17	12,44
<b>TISSF</b>	1.631.681	<b>15,25</b>	1.548.097	<b>8,17</b>	3.179.778	7,83	3,98
<b>C. A. de Lourdes</b>	72.565	0,68	48.261	0,25	120.826	0,41	0,10
<b>Casa Nova</b>	510.194	4,77	442.512	2,34	952.706	2,55	1,08
<b>Curaçá</b>	243.430	2,28	178.625	0,94	422.055	1,31	0,40
<b>Juazeiro</b>	246.813	2,31	250.538	1,32	497.351	1,15	0,67
<b>Pilão Arcado</b>	92.215	0,86	86.415	0,46	178.630	0,45	0,22
<b>Remanso</b>	143.457	1,34	236.915	1,25	380.372	0,51	0,78
<b>Sento Sé</b>	107.762	1,01	105.169	0,56	212.931	0,51	0,27
<b>Sobradinho</b>	38.592	0,36	41.913	0,22	80.505	0,17	0,12
<b>Canudos</b>	61.325	0,57	23.810	0,13	85.135	0,41	0,04
<b>Uauá</b>	115.328	1,08	133.939	0,71	249.267	0,50	0,38

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal (2020)

A região Nordeste detém o maior rebanho caprino (93,93%) e ovino (66,68%), e o Estado da Bahia possui o maior efetivo, respectivamente 30,21% e 22,06%. Mesmo a grande estiagem ocorrida e sentida pelos criadores, no período de 2012 a 2016, não foi motivo para comprometer o aumento do plantel.

O TISSF detém 15,25% dos caprinos e 8,17% dos ovinos em relação ao total Nacional, com destaque para os municípios de Casa Nova (4,77% e 2,34%), Juazeiro (2,31% e 1,32%), Curaçá (2,28% e 0,94%), Remanso (1,34% e 1,25%) e Uauá (1,08% e 0,71%).

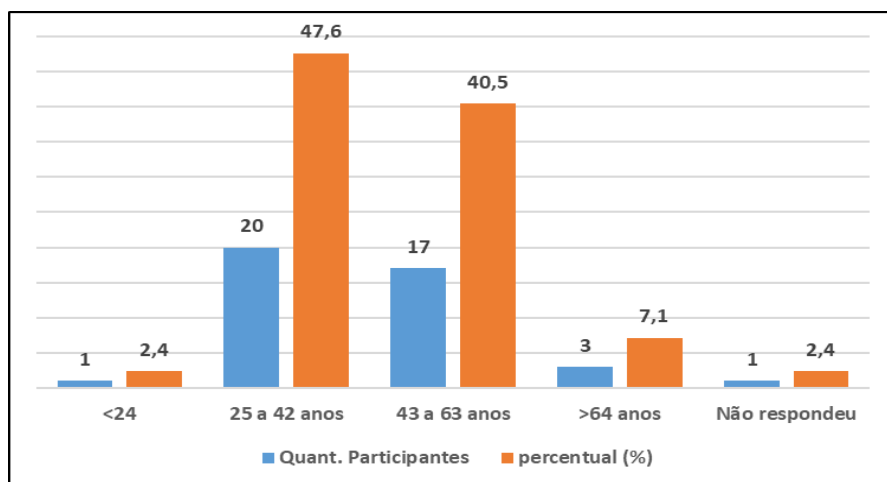
<sup>10</sup> Somatório de caprinos e ovinos.

Como a maioria dos municípios do Território de Identidade do Sertão do São Francisco, Uauá é carente de investimentos, contudo ocupa a 5ª posição geral em rebanho caprino e 5ª posição em rebanho ovino, e conseqüentemente está entre os maiores criadores do País. O município está situado em uma posição geográfica que não é margeado pelo Rio São Francisco, configurando uma realidade difícil, que impõe a necessidade de resistência e resiliência. Assim, um dito popular local, vez ou outra é repetido, que é: “em Uauá não é o homem que cria o bode, é o bode que cria o homem”.

A pesquisa foi aplicada entre os dias 23 de agosto e 12 de setembro de 2020, contou com 42 participantes, de origem local, mas também de outras regiões e foi buscado a participação de entrevistados que de alguma forma conhecem a realidade local e/ou a atividade da caprino-ovinocultura de Uauá.

Com relação ao perfil dos entrevistados, demonstrado na Figura 15, a idade dos participantes entre 25 e 42 anos de idade, com 20 participantes representou 47,6%, seguido da faixa etária de 43 a 63 anos com 17 participantes representando 40,5% da amostra. Logo, 37 dos 42 participantes estão na faixa que podemos considerar o início da vida de trabalho e o limite para o início de uma aposentadoria, se pensarmos do ponto de vista legal. E acima de 64 anos foram 3 participantes, o que representa 7,1% da amostra, o que demonstra a possibilidade de exercer algum vínculo com essa atividade dentro da sua cadeia produtiva.

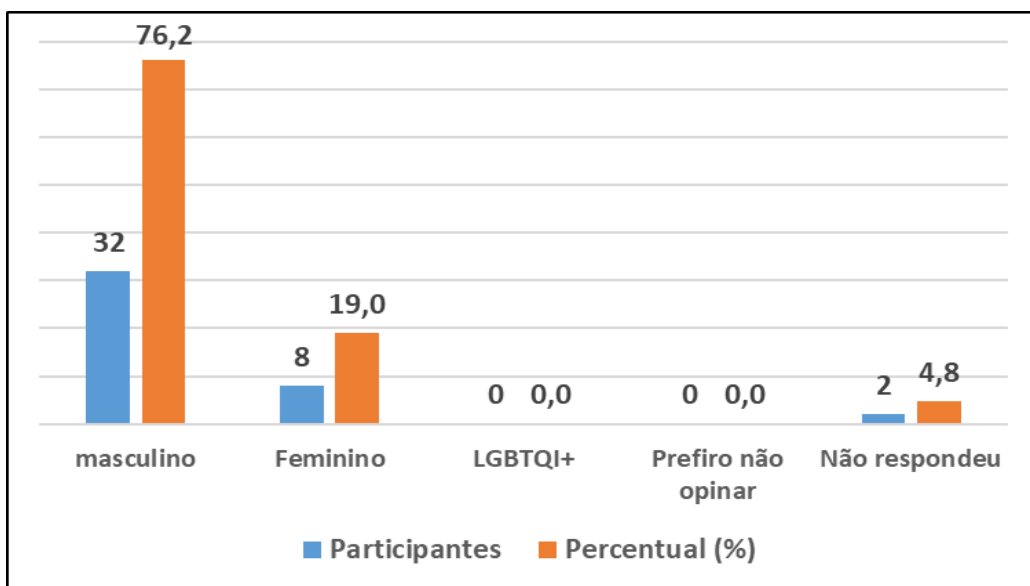
**Figura 15** – Perfil dos entrevistados\_Idade



Fonte: Autor (2020)

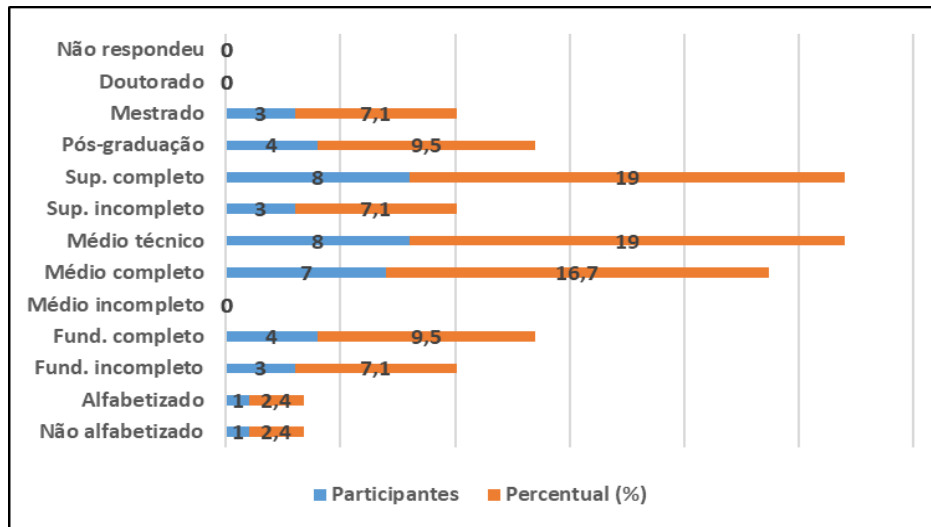
É uma atividade produtiva que gera renda e trabalho, ocupando indivíduos de diversas faixas etárias e sem distinção de gênero, distribuídos em diferentes setores da cadeia produtiva, desde o campo até a comercialização. Ainda assim, conforme figura 16, a amostra indicou a maioria de gênero masculino - 76,2% e 19% de feminino. Essa maioria reflete a masculinização dos postos de trabalho, constatando esse fenômeno durante o período de aplicação dos questionários.

**Figura 16** – Perfil dos Entrevistados\_Gênero



Fonte: Autor (2020)

Em relação a escolaridade (figura 17), o total de 41 participantes encontram-se variando do nível de *alfabetizado* até *mestrado* e apenas 1 participante não é *alfabetizado*. Quinze entrevistados têm até o ensino médio completo, onde do total geral, 19% (8 participantes) tem o ensino médio técnico. Em relação a formação com nível superior, do total geral são 15 participantes, chegando a 18 participantes se considerados os com nível superior incompleto. Desta amostra, 3 participantes possuem mestrado, o que representa 7,1% do total e 4 participantes possuem pós-graduação, representando 9,5% do total.

**Figura 17** – Perfil dos Entrevistados\_Escolaridade

Fonte: Autor (2020)

Na faixa de pessoas não alfabetizada até o ensino fundamental completo somam 21,4% na taxa de escolarização, tal fato se dá por conta da maioria dos entrevistados que compõem o grupo 2, serem formados por criadores de animais que tiveram acesso limitado aos serviços de educação, como por exemplo se comparado aos demais conjuntos de entrevistados, como aqueles do grupo 5, formado por técnicos e agentes governamentais, entre outros, totalizando uma melhor escolarização que é em torno de 16,6% dos entrevistados.

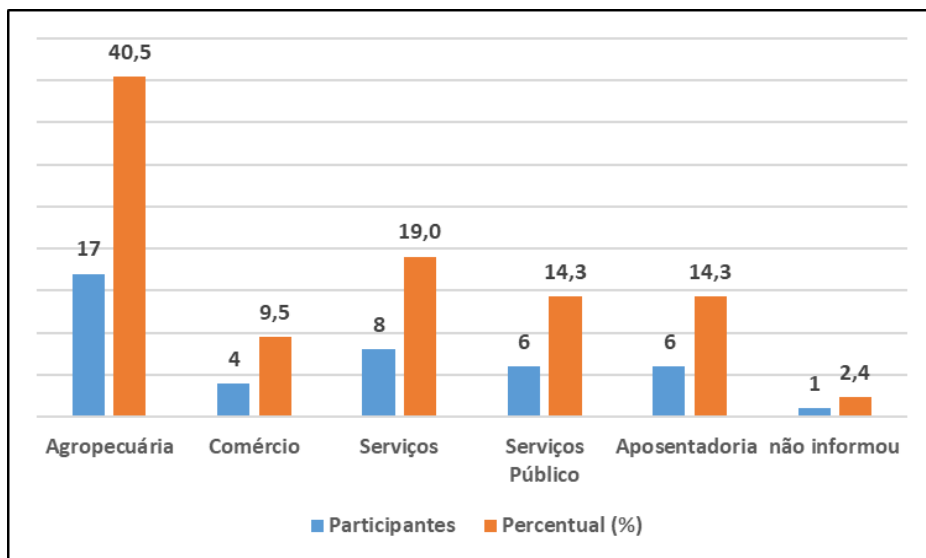
Na figura 18, verifica-se que a principal fonte de renda vem do setor agropecuário, com 40,5%, representada por dezessete participantes que declararam essa situação, sendo que todos são criadores de caprinos e ovinos. Para esse caso era esperado um percentual ainda maior, uma vez que 50% dos participantes são criadores, logo a parte maior da renda de parte dos participantes desse grupo de criadores vem de outras atividades, como por exemplo da aposentadoria com 14,3% ou ainda estando inserido no setor de serviços com 19% do total.

Essa constatação da renda agropecuária só reafirma que para as populações do campo, aqui em especial das comunidades de fundos de pastos, têm na agropecuária o seu sustento, podendo ser reafirmado em estudos recentes, como Fonseca (2019) identificou em um grupo de comunidades de fundos de pastos em Uauá que a renda oriunda da parte agrícola, principalmente da produção vegetal e animal chega a 79%. E Lopes (2018), analisando a sustentabilidade e o manejo da



caprino-ovinocultura na comunidade de Fundo de Pasto de Curral Novo em Juazeiro-BA, constatou que a renda proveniente da criação de pequenos ruminantes está presente na maioria das residências, sendo a principal fonte de renda do orçamento que é produzido na propriedade, naquele local.

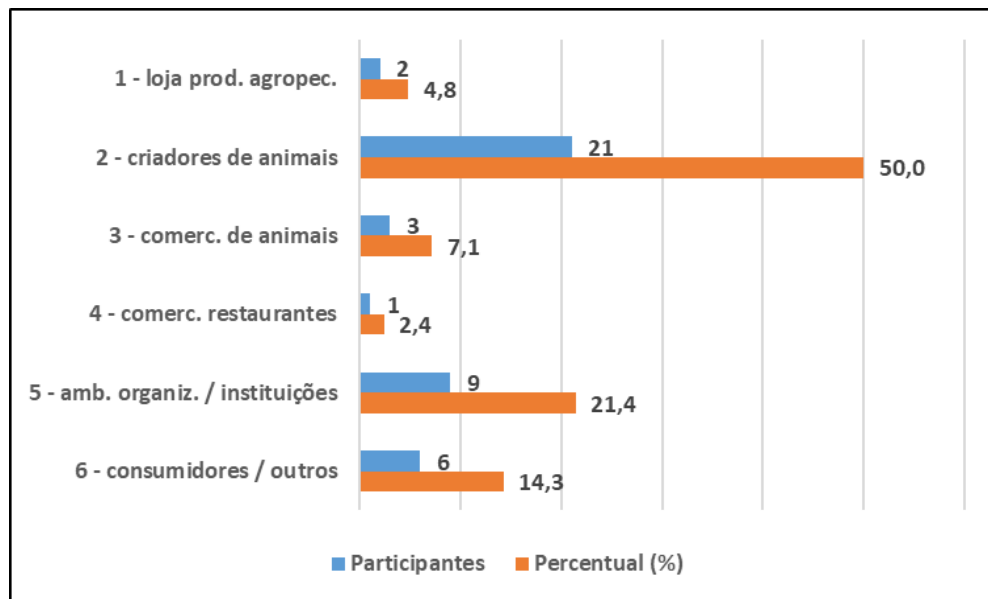
**Figura 18** – Perfil dos Entrevistados\_Renda



**Fonte:** Autor (2020)

Em relação a renda, um dado chama a atenção que é o fato de 28,6% serem originária do serviço público e de aposentadorias, esse fato se dá pelo motivo de alguns entrevistados ainda possuírem vínculos com o poder público e outros já serem aposentados, todavia alguns criadores utilizam a aposentaria na atividade rural e na caprino-ovinocultura.

Na figura 19, destaca-se a segmentação em grupos de interesse dos entrevistados, sendo 06 grupos por identificação com a atividade ou atuação na cadeia produtiva. No grupo 1, estão representante de loja de produtos agropecuários e similares; no grupo 2, estão os criadores de animais e correlatos; no grupo 3 estão os comerciantes de animais e correlatos; no grupo 4 os ramos de restaurantes e correlatos; no grupo 5 encontram-se os representantes do ambiente organizacional/instituições; e no grupo 6 estão consumidores e demais agentes públicos ou atores sociais.

**Figura 19** – Perfil dos entrevistados\_ Grupos de Interesse

Fonte: Autor (2020)

O grupo 2, formado pelos criadores de animais (agricultores familiares e pecuaristas) contou com 50% dos entrevistados seguido do grupo 5, formado por integrantes do governo federal, do governo do estado da Bahia, agentes financeiros, ONGs e outros técnicos e dirigentes de instituições e de ambiente organizacional, participou com 21,4% dos entrevistados e podem ser considerados como os stakeholders que acabam influenciando ou participando em algum nível de decisão na cadeia produtiva.

Ao analisar o grupo 2 (criadores de animais), na tabela 07, constatamos que enquanto a sua condição de agricultor familiar a maioria, 66,7% possuem Declaração de Aptidão do Produtor Rural (DAP) atualizada e se somados àqueles que precisam renovar as declarações, que são 23,8%, o total chega a 90,5%. Além disso a renda familiar mostrou-se maior na faixa que vai de (menor) >1 salário até 3 salários mínimos com o total somado de 60% dos entrevistados.

Ademais um dado bastante relevante é o do perfil familiar, no qual 42,9% dos participantes declararam que os trabalhos na atividade são compartilhados com todos na família, esse resultado corrobora com um trabalho de pesquisa em uma comunidade de fundo de pasto no município de Juazeiro, onde na comunidade em questão, de forma geral não há uma tendência a masculinização da população,

apresentando um equilíbrio quanto à presença de homens (50%) e mulheres (50%) (LOPES, 2018). Ou seja, homens e mulheres tendem a compartilhar as atividades.

**Tabela 07** – Indicadores do Grupo 2, parte 1.

Questão	Indicador	Frequência
<b>Enquadramento quanto Agricultor Familiar</b>	DAP atualizada	66,7%
	DAP vencida	23,8%
	Não é AF	9,5%
<b>Renda Familiar (salário mínimo)</b>	< 1	15%
	1 a 2	25%
	2 a 3	20%
	3 a 5	25%
	5 >	5%
	Não respondeu	10%
<b>Perfil familiar na atividade (mão de obra envolvida)</b>	Apenas os homens	28,6%
	Homens e Mulheres	28,6%
	Homem, mulheres e jovens <sup>11</sup>	42,9%
	Apenas as mulheres	-
	Mulheres e jovens	-
	Apenas os Jovens	-

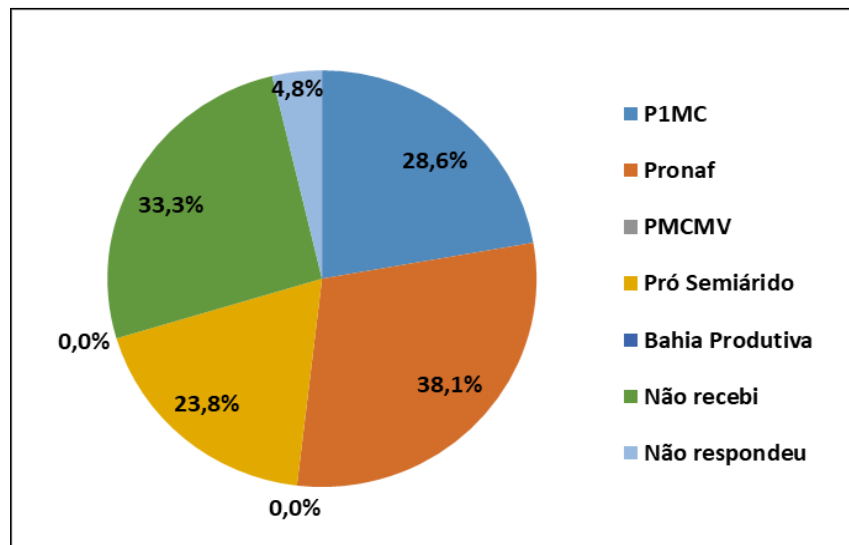
**Fonte:** Autor (2020)

Em relação ao acesso a políticas públicas estruturantes ou de fomento, o grupo 2, conforme figura 20, obteve maior acesso nos últimos 24 meses ao Pronaf. Destacando que há uma ação permanente de agente bancário que opera principalmente o microcrédito rural (agroamigo). Ainda assim, 33% declararam que não receberam tais projetos e 4,8% não responderam. É crível, que alguns dos beneficiários foram atendidos por mais de 1 ação governamental em detrimento de outros que não tiveram acesso a tais políticas públicas.

É importante que a identidade cultural seja apoiada com políticas públicas, que possibilitem o desenvolvimento, em bases econômicas, ambientais e sociais, de forma a garantir a integração de todos os atores envolvidos no processo e de diversos segmentos, como por exemplo o turismo.

<sup>11</sup> Filhos e filhas, estariam na condição de ajudantes / colaboradores, independente do gênero.

**Figura 20** – Acesso às políticas públicas estruturantes



Fonte: Autor (2020)

A questão fundiária foi verificada conforme tabela 08. A amostra refletiu que 76,2% dos entrevistados possuem a propriedade de seus imóveis e 14,3% possuem apenas a posse. Em relação a quantidade/proprietário, 85,7% dos proprietários possuem apenas 01 imóvel rural e representam o total de 41,4% do total de terras (áreas), enquanto que 9,5% dos entrevistados concentram o total de 51,1% do total das terras (área em hectares). Apesar do tamanho pequeno da amostra, essa é a realidade geral e comum, onde muitos tem pouca terra e poucos tem muita terra.

**Tabela 08** – Indicadores do Grupo 2, parte 2

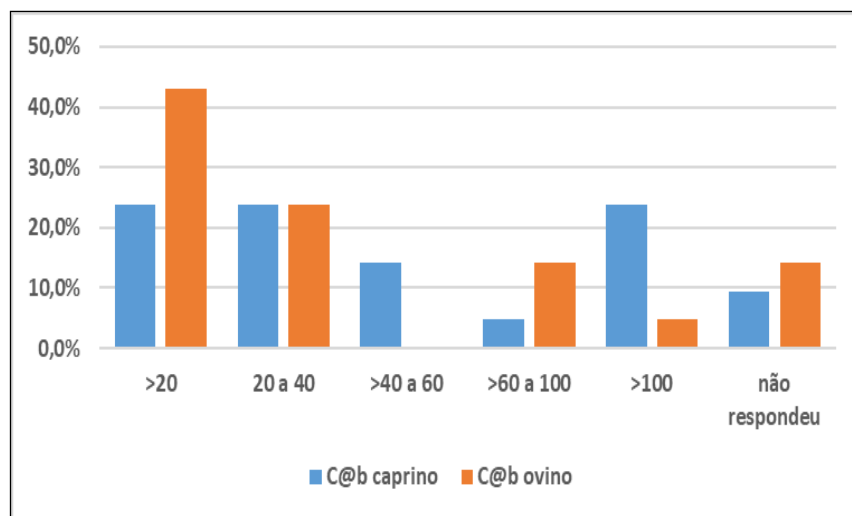
Questão	Indicador	Frequência
<b>Possui imóvel rural</b>	Sim, propriedade	76,2%
	Sim, ainda é posse	14,3%
	Não possuo	-
	Não respondeu	9,5%
<b>Quantos imóveis possui</b>	1	85,7%
	2	4,8%
	>2	4,8%
	Não respondeu	4,8%
<b>Concentração fundiária:</b>	Quant de áreas x área total (%)	-
	< 1 MF	85,7% / 41,4%
	>1 a 2 MF	4,8% / 7,5%
	> 2 a 3 MF	0,00% / 0,00%
	>3 a 4 MF	9,5% / 51,1%
<b>Utiliza a área de Fundo de Pasto</b>	Sim, sempre	52,4%
	Às vezes	14,3%
	Não	33,3%

Fonte: Autor (2020)

Em relação a utilização das áreas coletivas de fundos de pastos, a tabela 8 aponta que a maioria a utiliza sempre (52,4%) e outra parte utiliza em algum momento durante o ano (14,3%). Se considerado os dados e indicadores anteriores a esse ponto é possível associar que é nessa área de fundo de pasto, onde aquela faixa de criadores que tem apenas até 01 MF (Módulo Fiscal), sendo que muitos estão bem abaixo dessa realidade, utilizam como fonte estratégica para alimentação do seu rebanho, além de outras atividades coletivas ou individuais, como tirar lenha por exemplo.

Dois indicadores de rebanho considerados na pesquisa no grupo dos criadores referem-se primeiro ao comparativo de tamanho de rebanho, conforme figura 21, onde os ovinos são maioria nos rebanhos menores de até 20 cabeças (42,9%), por outro lado em rebanhos acima de 100 cabeças os caprinos foram preferidos.

**Figura 21** – Comparativo de rebanho

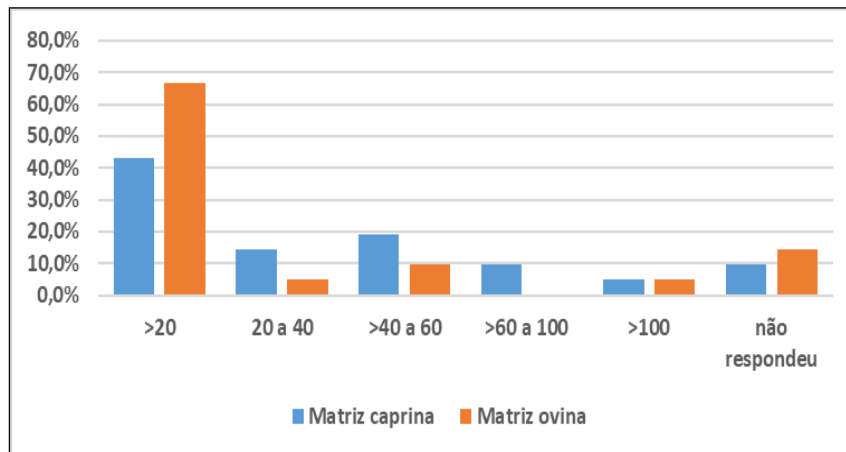


**Fonte:** Autor (2020)

O segundo comparativo, conforme a figura 22, é sobre o efetivo de matrizes, onde as matrizes caprinas (42,9%) quanto as matrizes ovinas (66,7%) concentram-se em maiores quantidades nos menores rebanhos. Esse dado é bastante relevante pois é a partir das matrizes que os criadores formam o seu plantel, logo a sua manutenção está diretamente relacionada com a capacidade do rebanho uma vez passado um período de estiagem tenha de refazer o plantel.

Em algumas situações, os criadores que detêm pequenos rebanhos não vendem todos os machos, que é o contrário dos grandes criadores que usam estes animais como uma poupança, só os vendem em certas de determinadas situações.

**Figura 22** – Comparativo de matrizes



**Fonte:** Autor (2020)

Além da manutenção das matrizes, um outro elemento que causa a preocupação nos criadores é relacionado a sanidade do rebanho, pois as enfermidades podem ser provocadas por parasitas, agentes externos, intoxicações alimentares, machucados e cortes provocados pela vegetação e por cercas de arame farpado, sem contar os predadores e na pesquisa junto aos entrevistados, procurou-se saber também quais seria as principais enfermidades que acometem o rebanho e os pastos. Mas, segundo os criadores, as enfermidades mais comuns no rebanho são verminoses, linfadenite caceosa, piolho, anemia e clostridiose.

Já em relação aos pastos naturais e plantados (cultivados), os problemas fitossanitários mais comuns são relacionados às cochonilhas (na palma forrageira (*Opuntia ficus indica*) e em outras cactáceas, como o mandacaru (*Cereus Jamacaru*). Também as lagartas, a cochonilha, a cigarrinha e alguns fungos não especificando exatamente o gênero. Esses problemas fitossanitários podem influenciar na qualidade e disponibilidade de reserva alimentar para os rebanhos.

Por sua vez, em relação a comercialização, a maioria dos entrevistados (42,9%) vende entre 10 a 20 animais/ano, sendo que 23,8% vende a partir de 15,00/kg de peso vivo e 28,6% preferem negociar quando o animal está com 6 meses de idade. Destaca-se, que animais com até os 10 meses de idade é venda

preferida de 61,9% dos criadores. Para negociar os animais vivos, 19% dos entrevistados preferem o animal com 30kg de peso vivo, com melhor oferta de mercado em junho e dezembro e menor demanda outubro, janeiro e fevereiro.

Lima Jr (2011, p. 144), que atuou no projeto Bioma Caatinga ou programa de inclusão produtiva da ovinocaprino cultura no semiárido da Bahia e que tinha a participação do SEBRAE e da Fundação Banco do Brasil, além de outros parceiros institucionais em alguns municípios dos TISSF, identificou a seguinte situação em Uauá, referente a comercialização de animais:

Foram identificados 300 atravessadores que comercializam internamente em Uauá, na feira do município. Esses 300 atravessadores vendem em média 30 animais mês cada, sendo 10 animais vendidos em pé com peso médio de 12kg e preço de venda de R\$ 8,00/kg, gerando um faturamento de cerca de R\$ 3,4 milhões ao ano.

O preço médio de venda por animal abatido, em quilos, para 66,6% dos pesquisados varia entre R\$ 14,00 a R\$ 16,00. Por sua vez, os destinos são diversos: desde vendas locais (mercados curtos), territoriais (Canudos, Juazeiro, Euclides da Cunha, Curaçá, Chorrochó, Monte Santo, distrito de Pilar), Regionais (Presidente Dutra, Irecê, Conceição do Coité, Araci), Estadual (Salvador e Feira de Santana) e interestadual (São Paulo, Sergipe, Rio de Janeiro). Para o autoconsumo - 66,7% dos entrevistados declararam utilizar até 10 animais por ano; já 23,8% consomem entre 10 a 20 animais por ano e 9,5% consomem entre 20 a 30 animais por ano.

Citando Lima Jr (2011), no projeto Bioma Caatinga, identificou que os 300 atravessadores negociavam em média 20 animais já abatidos ao peso médio de 10kg o animal, ao custo de R\$8,00/kg, gerando um faturamento de cerca de R\$ 5,7 milhões ao ano. Naquele momento a comercialização em Uauá estava em torno de R\$ 11,6 milhões ao ano, sendo um dos mais representativos do território do Bioma Caatinga.

Em Uauá, especificamente pela fama territorial e estadual do seu produto, passa uma impressão que a questão de qualidade é inerente a todo o seu produto exposto e comercializado, quando se está longe disso. Há uma premente necessidade de ser trabalhada essa questão a começar pela forma de abate dos animais, passando pelo processamento e condicionamento para a venda. Isso tudo é possível sem perder qualidade e mantendo as características próprias desse produto, como o sabor da carne por exemplo.

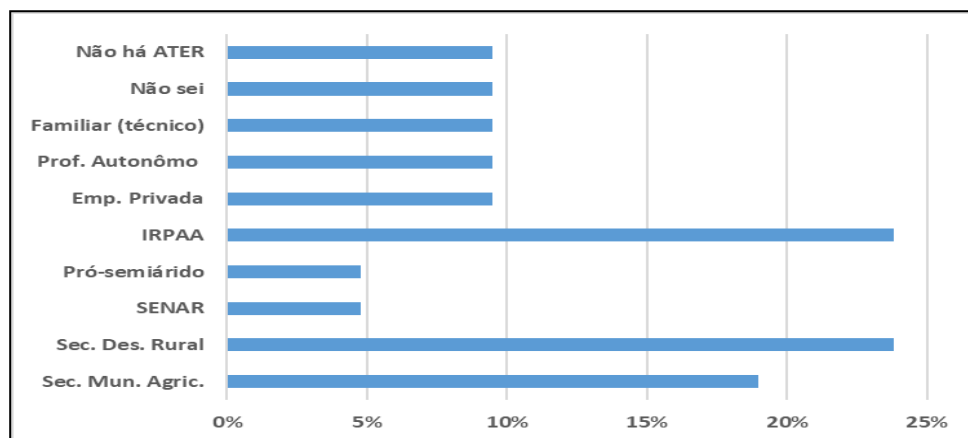
Referente ao destino da pele - 66,6% declararam comercializar as peles dos animais abatidos, tendo os intermediários na feira, na comunidade ou em espaço comercial na cidade, como os principais compradores. Quanto ao esterco, 61,9% não negociam, sendo que 85,7% utilizam na própria palma forrageira ou na horta doméstica (42,9%).

Considerando que os elementos até aqui tratados envolvem um certo nível de gestão, mesmo baseado em empirismo, os entrevistados foram questionados sobre esta situação e as ferramentas utilizadas. Por exemplo para o apoio na comercialização, 76,2% utilizam o aplicativo online por meio de “WhatsApp” por outro lado 52,4% não fazem nenhum controle da atividade (seja zootécnico ou contábil) e 90,5% da força de trabalho envolvida é a familiar.

Capacitação e serviço de assistência técnica e extensão rural, são considerados fundamentais. Todavia, 57,1% informaram que não receberam nenhum treinamento nos últimos 24 meses. Já os 42,9% que receberam serviços de ATER, conseguiram participar de treinamentos, como curso de associativismo, cooperativismo, produção de caprinos e ovinos, comercialização, agroecologia, políticas públicas, gestão da propriedade, meio ambiente, pastagens e forragens, meliponicultura e até irrigação.

Os serviços de ATER, conforme figura 23, destaca-se o IRPAA (23,8%) e a SDR (23,8%), seguido da secretaria de agricultura do município (19%). Já por meio de empresa privada, profissional autônomo e fornecida por membro familiar, representam 9,5% para cada situação.

**Figura 23 – Serviços de ATER**



Fonte: Autor (2020)



O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) só foi citado em apenas por 4,8%, logo há um espaço grande para esse tipo de serviço uma vez que o SENAR também é conhecido pela excelência em seus cursos de capacitação.

Ao analisar o acesso ao crédito rural, visualizando a tabela 09, foram considerados 03 elementos distintos, onde o entrevistado podia marcar mais de uma opção e assim foi verificado a frequência para cada caso. O primeiro elemento era sobre o tipo de financiamento acessado para a atividade da caprino-ovinocultura, no qual 37,5% marcaram ter acessado ao microcrédito por meio da linha de financiamento Agroamigo, operado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

O segundo elemento foi sobre qual o agente de crédito que possibilitou o acesso ao recurso financeiro. Assim, revelou-se que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) atendeu a 47,6% dos credenciados.

Por outro lado, outros 47,6% alegaram não ter acesso ao crédito nos últimos 24 meses de nenhum agente financeiro. E o terceiro elemento, refere-se a inadimplência, onde 80,9% declararam não ter problemas, por outro lado os 9,5% que apresentam inadimplência, mesmo para esse caso de uma amostra pequena, já é suficiente para limitar o acesso ao crédito no município.

**Tabela 09** – Indicadores do Grupo 2, parte 3

<b>Questão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Frequência</b>
<b>Tipo de financiamento rural você recebeu para a caprino-ovinocultura</b>	Investimento	4,2%
	Custeio	8,3%
	Inv. + Custeio	8,3%
	Agroamigo	37,5%
	Não preciso	8,3%
	Não me disponibilizaram	20,8%
	Com proposta em banco	4,2%
	Nunca tentei	4,2%
	Apenas um crédito rural	4,2%
<b>Qual agente financeiro</b>	BB	0,00%
	BNB	47,6%
	BB + BNB	4,8%
	Outro	0,00%
	Nenhum	47,6%
<b>Problemas com inadimplência</b>	Sim	9,5%
	Não	80,9%
	Não respondeu	9,5%

**Fonte:** Autor (2020)

Faz-se necessário os devidos investimentos em capacitação de técnicos e criadores, no acesso aos serviços de ATER (qualificados e permanentes), com apoio do crédito agrícola, das instituições públicas e privadas (envolvidas com o setor) e indispensavelmente da organização associativa e cooperativista destes criadores, afim de praticar uma atividade que produza mais ao mesmo tempo conserve o bioma caatinga, pois sem este elemento a IG não faz sentido.

Foram perguntadas questões relativas à pauta ambiental conforme tabela 10. É possível visualizar que 52,4% dos entrevistados utilizam sempre a área coletiva e se considerarmos que estas áreas são quase em regra uma gleba vizinha ou muito próxima a sua propriedade familiar, também é interessante conhecer quais as práticas ambientais e de saneamento que estes criadores/moradores tem com aquele espaço.

**Tabela 10** – Educação ambiental e fundo de pasto

<b>Questão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Frequência</b>
<b>Realiza alguma ação de recuperação ambiental, tipo plantio de árvores, compostagem, separação e reciclagem do lixo</b>	Sim, sempre	42,9%
	Sim, às vezes	28,6%
	Não, nunca	23,8%
	Não sei	4,8%
<b>importância do Fundo de Pasto da sua comunidade ou o que você utiliza</b>	Sem importância	0,00%
	Importante	14,3%
	Muito importante	76,2%
	Não sei	4,8%
	Não respondeu	4,8%
<b>Avalia da situação do Fundo de Pasto que seu rebanho pasteja</b>	Boa pastagem	20%
	Pastagem regular	32%
	Muito desmatada	12%
	Excesso de animais	20%
	Não utiliza FP	16%

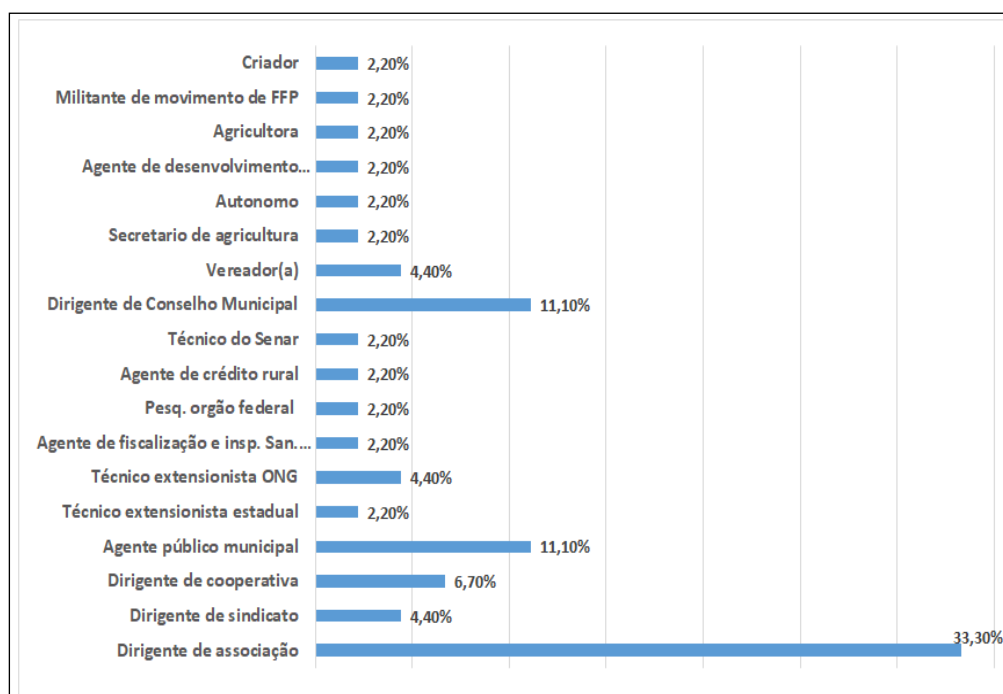
**Fonte:** Autor (2020)

Os dados da tabela 11, apontaram para algum nível de envolvimento com ações de educação ambiental. Observa-se que 42,9% dos entrevistados que sempre realizam alguma ação e 28,6% somente as vezes realizam alguma ação de caráter ambientalmente correto. Entretanto, 76,25% consideram as áreas de fundo de pastos como muito importante e 14,3% consideram importante. E a última questão desta tabela, aponta que 32% consideram a pastagem da caatinga em situação regular, mas que carece de cuidados para a sua conservação. Por sua vez, 12% consideram como muito desmatada e 20% consideram com excesso de animais.

A caprino-ovinocultura em Uauá precisa ter um maior cuidado com meio ambiente, para que possa ser de fato sustentável e sustentado, pois este bioma local é um dos elementos que legitima uma Indicação Geográfica (IG). Assim, intensifica o criatório de animais a partir do aumento do número de cabeças por hectare é de fato comprometer a capacidade regenerativa do bioma local e isso custará em pouco tempo um erro, que implicará de forma direta a estrutura socioeconômica e ambiental que se relaciona com essa atividade

Foi analisado o ambiente organizacional (grupo 5), representado por técnicos e dirigentes institucionais, entidades, agentes políticos e os criadores que responderam as questões do grupo 2, por entender que muitos acumulam ações em outras instâncias. Total de 42 participantes que poderiam marcar até 03 opções de respostas. A amostra, conforme na figura 24, contemplou diversas vertentes de representatividade, destacando os dirigentes de associações (33,30%), dirigentes de conselhos (11,10%) e agentes públicos municipais (11,10%).

**Figura 24** – Indicadores de representatividade do G5



Fonte: Autor (2020)

Na tabela 11 é possível constatar algumas das principais perguntas respondidas nas perspectivas dos entrevistados. Destacando-se a alta relevância para os aspectos socioeconômico (70%) e histórica (80%) e as duas quando

somadas à média relevância, ultrapassam os 90%. A terceira variável destacou-se a média relevância para impacto ambiental (43,3%) e neste último se somada ao grau de alto impacto ambiental (30%) chega-se a 73,3%. Isso mostra que a credibilidade com a atividade e seus elementos subjetivos e econômicos continuam com grande importância para o cenário local e regional.

**Tabela 11** – Indicadores do Grupo 5

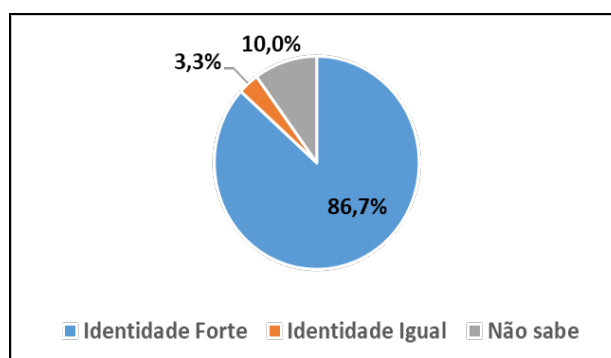
Relevância	Alta	Média	Baixa	Não sei
<b>Socioeconômica</b>	70%	23,3%	3,3%	3,3%
<b>Histórica</b>	80%	13,3%	3,3%	3,3%
<b>Impac. Ambiental</b>	30%	43,3%	16,7%	10%

**Fonte:** Autor (2020)

Foi possível constatar que, em relação a relevância da caprino-ovinocultura para a cultura do município de Uauá, (Figura 25) 86,7% consideram que há uma forte identidade com fatores naturais e humanos pois atribuem isso a forma diferente aos demais locais da região, enquanto 3,3% acreditam que não possui forte identidade, pois é igual em toda a região, sendo feitas as mesmas práticas de manejo e 10% não sabem.

O animal (caprino e ovino) pode ser todo aproveitado (carne, couro e vísceras) e ainda é celebrado culturalmente, através da culinária (gastronomia), nas canções, e pelos artistas populares. Logo, essa atividade que iniciou com a chegada dos portugueses ao Brasil, se torna indissociável das características próprias que formam o seu povo.

**Figura 25** – Indicadores de identidade do Grupo 5



**Fonte:** Autor (2020)

Considerando as respostas atribuídas para as questões anteriores, conforme a tabela 12 e a figura 24, os entrevistados foram convidados para se manifestar (comentando livremente), gerando as colocações elencadas no quadro 06.

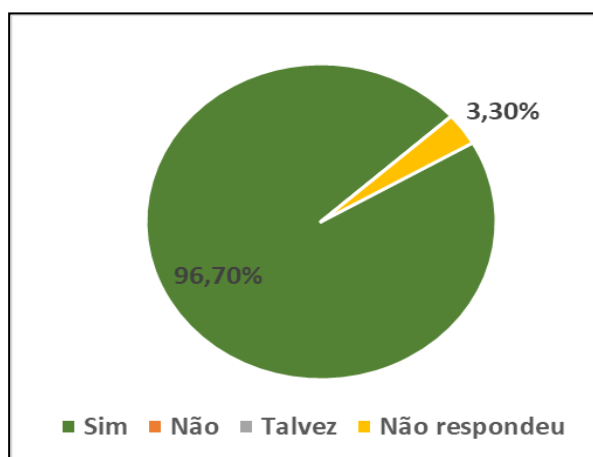
**Quadro 06 – Comentários do Grupo 5**

<b>COMENTÁRIO DO ENTREVISTADO</b>	
1.	“A criação da caprino-ovinocultura vem sendo ampliada nas últimas cinco décadas e está ligada a conservação da Caatinga através das áreas de solta "Fundos de Pasto", substituiu gradativamente a criação da bovinocultura e a cultura da farinha de mandioca, que causaram impacto ambiental e desmatamento”.
2.	“A caprino-ovinocultura é a principal fonte de renda de Uauá, mesmo com dificuldades pra produzir, ainda torna-se rentável”.
3.	“Basicamente a estrutura da cidade com seus primeiros habitando foi com a criação de bodes e ovelhas para as suas subsistência e permanência na terra. Sem a criação desses animais as famílias sofreram uma grande perda pois é a fonte principal de sua renda”.
4.	“O Bode é sinônimo de Uauá. Está em sua origem, sua cultura e sua história. O principal elo da economia do município”
5.	“A caprino-ovinocultura no município é o carro chefe da economia, falta mais incentivos e apoio e suporte aos produtores. Quanto ao meio ambiente o ser humano destrói mais! ”
6.	“A Caprino-ovinocultura está intimamente ligada à diversos aspectos da vida comunitária de Uauá, o qual não é município com base econômica agrícola ou industrial, mas sim pecuária. Nesta, a caprinocultura se destaca como principal fonte econômica das famílias da zona rural, as quais são grande parte”.
7.	“Impacto muito grande na degradação da caatinga nas áreas de fundo de pasto”.
8.	“Os produtores em Uauá ainda são muito desorganizados e a maioria não põe em prática as alternativas que os técnicos apresentam, a forma arcaica e errada como as pessoas criam aqui, gera uma desordem natural na Caatinga. E a falta de uma cooperativa para a venda do esterco também tem pesado bastante”.
9.	“O potencial histórico do caprinos e ovinos, Uauá recebeu o título de capital do bode, pelo sabor diferenciado da carne do bode, e o grande potencial da nossa caatinga”.
10.	“É comprovado que o melhor bode é encontrado em Uauá é dele que vem a maior fonte de renda do município”.
11.	“Os impactos ambientais, decorrentes da atividade, é evidente, porém essa atividade está cada vez reduzindo, por conta do avanço das cercas sobre as terras no Município”.
12.	“Reconhecimento do município no cenário nacional como a capital do bode, é com grande abertura de trazer a cultura, turismo e desenvolvimento dos derivados dos insumos através de cooperativas”.
13.	“Frigarigo (frigorifico) caprino e ovinos”

**Fonte:** Autor (2020)

Uma das verdades atribuídas a vegetação da caatinga em Uauá é que ela interfere no sabor característico do animal produzido naquela região, de forma que essa questão os 100% dos participantes concordaram. As questões que levam ao ensaio inicial de uma discussão sobre IG, 96,7 % consideram que o bode e o carneiro são animais simbólicos em Uauá e podem ser usados como uma marca que identifica o produto do município conforme figura 26.

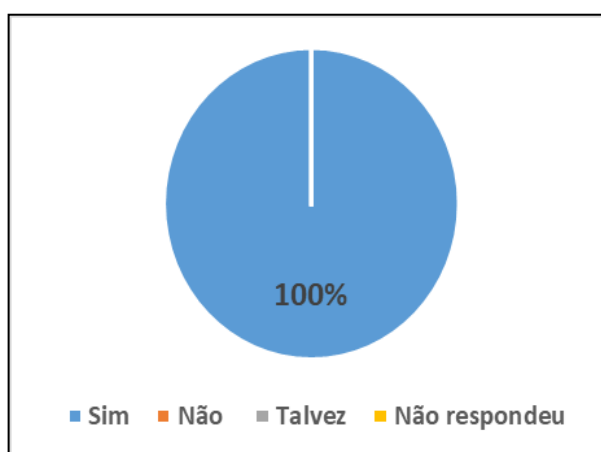
**Figura. 26** – Simbolismo do bode (e do carneiro)



**Fonte:** Autor (2020)

Para 100% dos entrevistados a cabra também é um animal simbólico em Uauá e pode ser usada uma marca que identifica os produtos lácteos (queijos, doces, iogurtes), logo de valor simbólico, conforme a Figura 27.

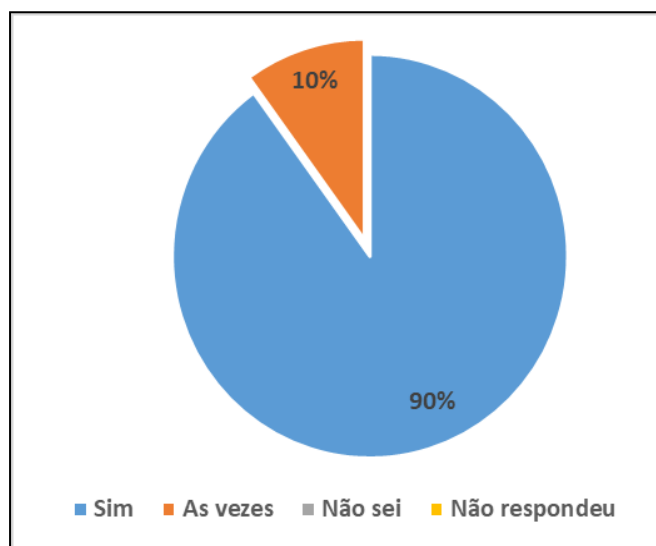
**Figura 27** – Simbolismo da cabra



**Fonte:** Autor (2020)

Essa forte simbologia então assume e possibilita um caráter de marca e conforme a figura 28 é que para 90% dos entrevistados a cultura e a história de Uauá contribuem para a maior comercialização dos produtos.

**Figura 28** – Cultura e história e Comercialização



**Fonte:** Autor (2020)

Os negociantes de animais, estão no terceiro setor da cadeia produtiva, ficou como grupo 3 da pesquisa. Esse elo é o responsável por intermediar a maior parte da produção, ligando os setores produtivo ao mercado consumidor e muitas vezes até o consumidor final. Especialmente em Uauá esses atores desempenham papel fundamental uma vez que não há cooperativa, associação ou empresa que realiza esse tipo de negociação.

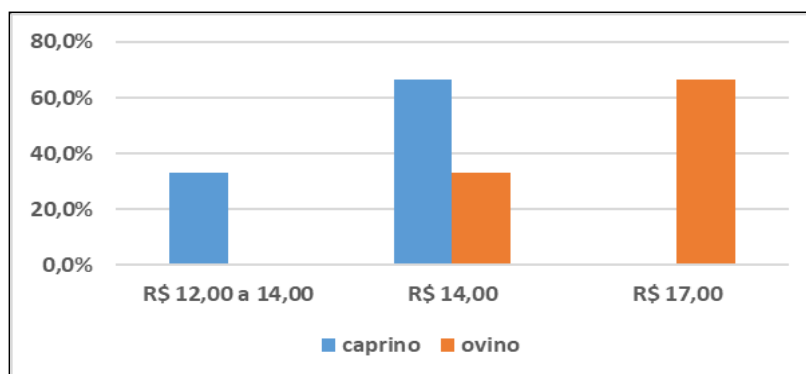
A preferência dos negociantes de animais, conforme tabela 12, 100% é por aquisições de animais vivos para posterior abate, sendo que dois terços (66,7%) conhecem o local de onde vem os animais, ou seja, conhecem a origem dos animais, possivelmente já têm alguma relação de afinidade com os criadores que vendem e todos (100%) realizam a compra direto na propriedade. Essa condição de comercialização não é comum a todas as áreas de fundos de pastos, sendo que em algumas situações é vista como desvantajosa para o criador, conforme aponta Lopes (2018), no seu trabalho analisando a viabilidade da ovinocaprinocultura os criadores optaram por “vender o animal já abatido e está preferência se dá, pois, a venda do animal vivo é considerada desvantajosa pela maioria dos produtores”.

**Tabela 12** – Indicadores do Grupo 3 - parte 1

Questão	Indicador	Frequência
Qual o produto que você mais trabalha?	Animais vivos p/abate	100%
	Animais abatidos	
	Animais para reprodução	
Você conhece as origens (local) de onde vem os animais ou produtos que você compra?	Sim	66,7%
	Não	0%
	Às vezes	33,3%
Qual a forma de compra mais realizada de animais?	Individualmente na propriedade	100%
	Ao produtor intermediário	0%
	Nas “feiras de bode”	0%
	Associações ou cooperativas	0%

**Fonte:** Autor (2020)

Já o preço pago pelos animais vivos para o abate, tomando por referência, os últimos 12 meses (ago. 2019 a ago. 2020), conforme figura 29 os melhores valores são para os ovinos, na faixa de R\$ 17,00/kg (66,7%) enquanto que os valores relativos aos caprinos variaram na faixa entre R\$ 12,00 a 14,00 (33,3%) e R\$ 14,00 (66,7%). Há possibilidade que essa condição se dê pela característica de uma venda “puxada” pelo mercado, a partir da preferência do consumidor por uma carne mais gorda, logo mais macia e saborosa. Lopes (2018), identificou em seu trabalho sobre a ovinocaprinocultura, uma variação de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 durante o período de 2017 e 2018, ou seja, o preço pago ao criador por kg do animal abatido não obteve tanta valorização.

**Figura 29** – Indicadores de preço

**Fonte:** Autor (2020)



A conveniência dos consumidores não fica evidente no estudo, todavia a tabela 13, apresenta as características dos animais negociados, como por exemplo sobre a preferência do mercado, no caso dos caprinos, tanto faz ser macho, fêmea ou machos castrados e se aplica na mesma proporção para os ovinos. Quanto a idade de caprinos, 66,7% não tem preferência de idades, enquanto que 33,3% prefere animais de até 1 anos de idade, e a mesma situação se aplica no caso dos ovinos.

**Tabela 13** – Indicadores do Grupo 3 – parte 2

<b>Questão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Frequência</b>
<b>Como o mercado prefere os caprinos?</b>	Machos	33%
	Machos castrados	33%
	Fêmeas	33%
	Ambos os sexos	
<b>Qual a idade dos caprinos que você prefere?</b>	Até 1 ano	33,3%
	Entre 1 e 2 anos	0%
	Sem preferência	66,7%
<b>Como o mercado prefere os ovinos?</b>	Machos	33%
	Machos castrados	33%
	Fêmeas	33%
	Ambos os sexos	
<b>Qual a idade dos ovinos que você prefere?</b>	Até 1 ano	33,3%
	Entre 1 e 2 anos	0%
	Sem preferência	66,7%

**Fonte:** Autor (2020)

Segundo Altman (2006), os consumidores desejam saber hoje o que estão comendo, quem produziu, como se produziu, se o meio ambiente foi respeitado, se há ética no negócio e, sobretudo, se não é prejudicial à saúde. Tornam-se, a cada dia, mais exigentes quanto à qualidade dos alimentos que compram e, assim, vão delineando um novo perfil de consumo.

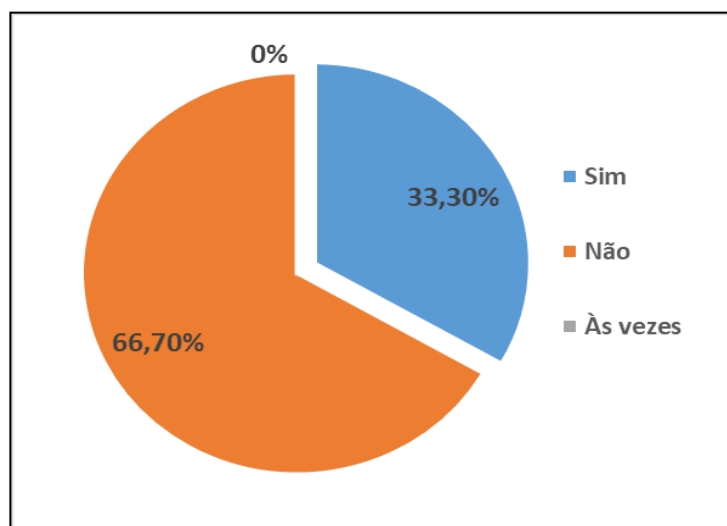
Os negociantes de animais, também conhecidos por intermediários ou atravessadores, citaram que em relação aos ovinos a preferência é pelos animais da raça dorper e Santa Inês. Mas, também pode ser o animal comum (SRD) e no caso dos caprinos não foi definida uma preferência, destacando o animal que chamaram de comum Sem Raça Definida (SRD).

A perspectiva de ampliar as possibilidades de estudos e análises sobre qualidade de produto, no caso principal a carcaça caprina e ovina e a sua relação com o mercado, são fundamentais inclusive para o posicionamento e definição de uma estratégia de comercialização.

O mês em que mais fazem negócios é em janeiro, seguidos de maio, agosto, setembro, novembro e dezembro. Nos outros meses não elencados as compras existem, mas são menores. Tendo como destino açougues, frigoríficos, restaurantes e até outros atravessadores, tanto no município de Uauá quanto em outros municípios da região (como Monte Santo, Cansanção e Jeremoabo).

Tendo em vista as novas possibilidades de trabalhar com a carcaça dos animais, como por exemplo com cortes especiais, a maioria dos entrevistados, conforme a figura 30, (66,7%) a maioria declarou não trabalhar com esse tipo de apresentação da carcaça. Todavia, 33,3% já trabalham com esse tipo de pedido, o que torna mais uma opção além da tradicional manta caprina ou ovina, retalhada, salgada, seca ou fresca.

**Figura 30** – Cortes especiais



**Fonte:** Autor (2020)

Em Uauá, como em outros locais produtores de alimentos com identidade, o material se mistura ao imaterial e nesse momento se produz o alimento fundamentado em cultura.

Um outro grupo abordado nessa pesquisa foi o dos comerciantes. Uma vez que estes, geralmente estão distribuídos desde o início até o final da cadeia produtiva. Dessa forma, foi entrevistado um grupo de comerciantes do ramo de lojas de produtos agropecuários e de restaurantes, todos com mais de 10 anos de experiência comercial. Como membro do segmento comercial de alimentação, identificado como grupo 4, o entrevistado apresentou várias características que refletem a realidade desse tipo de comércio em Uauá, conforme quadro 07.

**Quadro 07** – Questões sobre a relação de comércio de alimentação

Questão	Resposta
Local da origem dos produtos da caprino-ovinocultura (carcaça)	Rebanho próprio
Destino das vísceras (miúdos)	Venda
Quantos clientes atendidos por semana com refeições que tenham carne caprina ou ovina.	Mais de 50
Quantidade de mantas de caprinos e ovinos utilizadas por semana para preparar as refeições.	Acima de 15
Preferência em relação a gordura.	Meio gordo
Preferência em relação a idade (caprinos e ovinos).	De 01 a 02 anos

**Fonte:** Autor (2020)

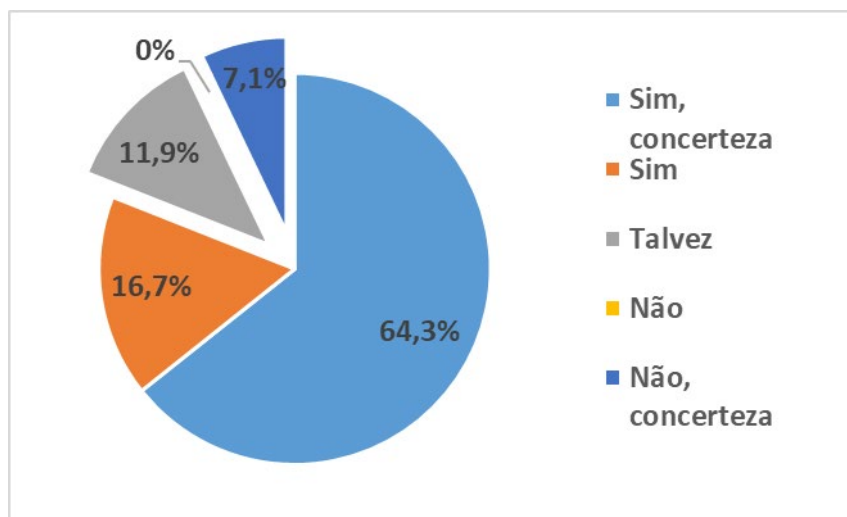
Do segmento lojista, identificado por grupo 1<sup>12</sup>, os mesmos comercializam rações, sementes, adubos, defensivos agrícolas, produtos e equipamentos de selaria, ferramentas. Por sua vez, um dos entrevistados presta serviço de assistência técnica. Todos declararam que chegam a atender por semana mais de 50 clientes e a maioria destes, são criadores de caprinos e ovinos.

O último conjunto analisado foi chamado de grupo 6, e juntou todos os participantes das entrevistas que responderam as mesmas questões, iniciando com uma pergunta que até há alguns anos era respondida sem nenhuma dúvida, quase que de forma automática, confirmando que Uauá era a capital do bode. Conforme figura 31, foi usado uma escala onde para 64,3% a resposta é sim, com certeza; para 16,7% a resposta foi sim; já 11,9% ficaram na condição talvez; nenhum dos

<sup>12</sup> A numeração do grupo é de acordo a sua posição na cadeia produtiva.

participantes respondeu não, mas 7,1% responderam não, com certeza (reafirmando a sua negação).

**Figura 31** – Capital do bode?



**Fonte:** Autor (2020)

Para 81% dos entrevistados Uauá é a capital do bode e isso é relevante, primeiro pelo motivo de ser um número acima dos 50% o que já é considerável, por outro lado que em outros tempos (anos anteriores) seria possível que esse dado ultrapassasse os 90%, e o fato é que há os que não concordam e para os dois casos foi perguntado qual o motivo de ser ou não essa referência. Cerca de 85,71% responderam a essa questão, expondo de forma livre a sua opinião.

Transferir para um produto da pecuária, um alimento, as características de identificação do local, da história local e do sentimento, ainda que sem apoio permanente, sem a infraestrutura, sem a logística adequada, disputando com novas marcas, sabores e conceitos, apresentados pela globalização, é digno de respeito e se faz necessário dar nova visibilidade por meio de investimentos, formação, pesquisas e marketing.

Os comentários positivos se deram em torno de questões relacionadas ao sabor da carne, as exposições de caprinos e ovinos, a qualidade e quantidade do rebanho, a vegetação, a cultura, a criação abundante, ao volume de comercialização, a persistência do criador, pela história, pela quantidade de comunidades tradicionais de fundos de pastos e pela grande quantidade de criadores.

Quanto a não ser a capital do bode, as repostas negativas se justificaram por alguns motivos. Entre eles foram citados: falta de incentivo a cadeia produtiva, por não deter atualmente o maior rebanho, deficiência em relação ao manejo do rebanho, recaatingamento e assistência técnica, fortalecimento da cadeia do umbu. Os comentários estão no quadro 08.

**Quadro 08 – Por que é ou não é a capital do bode?**

<b>COMENTÁRIO</b>	
1.	Tem o bode mais gostoso em termos da carne
2.	Pela falta de incentivo à cadeia produtiva da caprinocultura
3.	Município considerado capital do bode, pelas diversas exposições de caprinos e ovinos, além de encontrar uma grande parte do efetivo de caprinos e uma das mais saborosas carnes de bode.
4.	E uma região mais centralizadas e preferencial ao sabor devido a vegetação, por isso nunca deixa de ser.
5.	Agregou esta marca na sua cultura através das Feiras Agropecuárias de Caprinos e Ovinos que realizou e realiza há décadas. É também um dos maiores produtores de caprinos da Bahia e do Brasil. A carne caprina tem um sabor diferenciado em razão da vegetação (principalmente a faveleira e as outras forrageiras e leguminosas da Caatinga) e do sistema de produção agropastoril que proporciona a produção do bode orgânico (mesmo sem certificação) e natural. Que confere a carne de bode (caprina) um referencial geográfico único de identificação e sabor e qualidade. É bode de Uauá é bom.
6.	Historicamente, uauá ganhou esse título. A justificativa não está na quantidade, mas na qualidade do animal, principalmente no sabor da carne.
7.	Por que a criação de bode em abundância e tem alta comercialização gerando renda para o município.
8.	Pode já ter sido, mas hoje não é mais, em termos de quantidade do rebanho, Uauá perde para muitos Municípios esse título. Pode ter a carne mais saborosa, dada a variedade de plantas forrageiras da Caatinga, mas não pode ser considerado pela quantidade.
9.	Sim, pelo fato de ter realizado a Primeira Exposição Nacional de Caprinos e Ovinos
10.	É considerada a principal atividade e de melhor qualidade e sabor da carne
11.	Porque aqui foi realizado, a primeira exposição especializada em caprinos e ovinos, do Brasil! Inclusive a primeira, sede da ACCOBA, foi aqui em Uauá-Ba!
12.	Por ter a melhor carne caprina e ovina do Brasil.
13.	Por causa da carne: muito apreciada e pioneirismo na realização de exposição especializada de caprinos e ovinos.
14.	Pelo sabor característico

15. Com certeza é a capital do bode, pois ainda há persistência e atividade voltada ao desenvolvimento da caprino-ovinocultura.
16. Atualmente o município ganhou outros atrativos, com o beneficiamento de frutas da Caatinga por exemplo, o enfraquecimento da exposição especializada em caprinos e ovinos.
17. Uauá é a capital do bode pela sua história, cultura, sabor diferenciado, quantidade, qualidade
18. É a capital por ter a melhor carne de bode.
19. Perdeu a capacidade de busca de melhorias como manejo, recaatingamento profissionalismo e formação técnica
20. Sim
21. Pioneira na caprino-ovinocultura
22. Pelo sabor da carne
23. Porque a renda predominante e a caprinocultura
24. Tem o melhor rebanho de caprinos e ovino
25. Por ser uma das cidades da Bahia com mais número de bode, forma de criação dos animais, gosto diferenciado da carne, história do bode para a formação da cidade.
26. O bode e Uauá são indissociáveis. Aqui aconteceu a I Exposição Nacional de Caprinos, o bode é o principal elo econômico e cultural do município
27. Porque é o município que concentra o maior número de comunidades Tradicionais Fundo de Pasto da Bahia.
28. Porque tem o melhor bode do Brasil com o melhor sabor
29. Porque temos a melhor carne de bode do Nordeste
30. Por ser o maior número de animais
31. Por ter sua economia basicamente vindo da criação de Caprinos e Ovinos e ter a melhor carne da Região
32. Por que tem bode
33. Porque 80% do homem do campo é criador de bode e ovelha e tira o sustento dessas atividades
34. Porque tem o melhor bode do Brasil
35. Uauá não possui o maior rebanho da região, nem está entre os primeiros. Porém, há forte atração cultural desta atividade com o município. Isso me faz dar nota média.
36. É capital do bode por possui como principal atividade econômica a caprino-ovinocultura.

**Fonte:** Autor (2020)

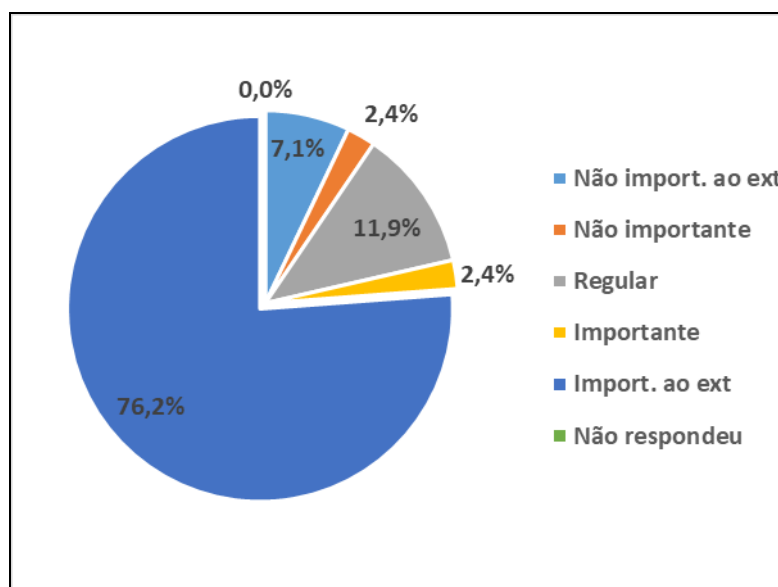
Ainda no quadro 8, várias referências positivas, como sendo a capital do bode, é traduzida de maneira muito direta nas respostas, destacando a qualidade da carne do bode, como na resposta 1, que diz: “Tem o bode mais gostoso em termos da carne”; ou na resposta 28 que diz: “Porque tem o melhor bode do Brasil com o

melhor sabor”; ou a próxima (resposta 29), que diz: “Porque temos a melhor carne de bode do Nordeste”; ou a resposta 34: “Porque tem o melhor bode do Brasil”. Logo, são respostas curtas, diretas e parecem não caberem questionamentos.

Perguntados sobre conhecer o termo Indicação Geográfica (IG) e as suas duas vertentes que são, a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de origem (DO), todos os participantes responderam, sendo que 61,9% declaram já ter ouvido falar sobre algum desses termos ou até conhece, enquanto que 38,1% informaram desconhecer.

Por meio da figura 32 é possível constatar que a associação de um produto, no caso a manta caprina e ovina a uma espécie de certificação ou reconhecimento é um fator positivo pois para 76,2% consideram que é importante ao extremo para uma maior inserção no mercado, enquanto que 2,4% acha também é importante e contribui, mas 11,9% acha que talvez contribua, 2,4% acha que não contribui ou contribui de forma fraca e 7,1% acha que não é importante.

**Figura 32** – Nível de reconhecimento

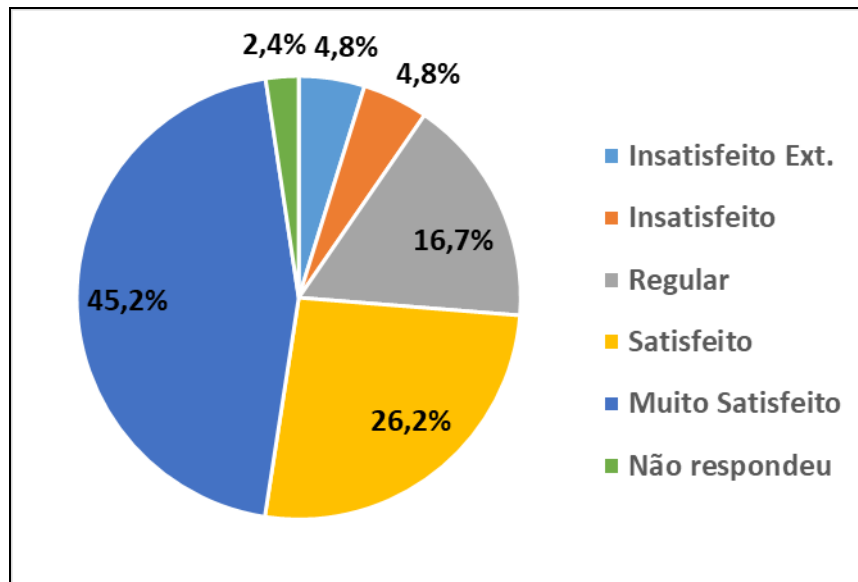


**Fonte:** Autor (2020)

Na lógica da Indicação Geográfica há um elemento que precisa ser compreendido, é que tratamos de um ativo da propriedade intelectual, não é meramente um selo ou uma certificação, e sim, estes lhe serão acrescentados uma vez que seja concebido e o direito reconhecido.

A qualidade é fator um tanto quanto subjetivo, mas há alguns elementos que podem corroborar para que as impressões das pessoas envolvidas sejam bem próximas do que poderia ser chamado de padrão, ainda assim é baseada em opinião pessoal. Na figura 33 apresenta a avaliação pessoal de cada entrevistado sobre o produto em questão (caprino e ovino), no quesito de qualidade para 45,2% encontram-se muito satisfeitos, 26,2% estão satisfeitos, 16,7% tem opinião de um produto regular (mediano), outros 4,8% estão insatisfeitos e 4,8% estão insatisfeitos ao extremo e 2,4% não responderam.

**Figura 33** – Nível de satisfação com qualidade



**Fonte:** Autor (2020)

Os entrevistados destacaram que as 02 principais dificuldades enfrentadas pela caprino-ovinocultura em Uauá são a tão conhecida escassez de forragens no período seco com (64,3%) e a falta e/ou deficiência de serviços de assistência técnica e extensão rural (50%). Na tabela 15 estão destacados todos os principais pontos identificados. E no item 19 o que chama a atenção é o fato de não ter ocorrido nenhuma marcação sobre a baixa disponibilidade de mão de obra.



Tabela 14 – Fatores de dificuldades

Na sua opinião quais são os 05 principais fatores que dificultam a atividade da caprino-ovinocultura em Uauá?	
1. Limitado tamanho da propriedade	21,4%
2. Propriedade muito pobre em solos, água ou vegetação	26,2%
3. Escassez de forragens no período seco	<b>64,3%</b>
4. Doenças causando alta mortalidade nos animais jovens	33,3%
5. Baixo potencial genético dos animais	31%
6. Falta/deficiência de assistência técnica	<b>50%</b>
7. Dificil acesso ao crédito	11,9%
8. Crédito rural muito caro e burocratizado	11,9%
9. Baixo preço de venda dos produtos	21,4%
10. Baixa qualidade dos produtos ofertados	9,5%
11. Alto preço dos insumos	26,2%
12. Baixo nível capacitação técnica do produtor	19%
13. Processo de comercialização deficiente	33,3%
14. Mercado limitado para os produtos	11,9%
15. Roubo frequentes de animais	4,8%
16. Desorganização dos criadores	28,6%
17. Baixo nível de capacitação gerencial do produtor	7,1%
18. Baixa qualificação da mão-de-obra	2,4%
19. Baixa disponibilidade da mão-de-obra	<b>0,0%</b>
20. Concorrência com outros produtos	7,1%
21. Falta de apoio dos governos	35,7%
22. Falta da regularização fundiária	14,3%
23. Baixa agregação de valor e renda	2,4%
24. Sistema de criação rudimentar (extensivo)	2,4%

Fonte: Autor (2020)

Lopes (2018), no trabalho sobre a ovinocaprinocultura em Juazeiro – BA, apontou 10 dificuldades e as primeiros cinco foram escassez de forragem nativa, com 84,38%; a segunda foi o alto custos de insumos com 78,13%; a terceira foi dificuldade de armazenamento com 62,5%; a quarta foi dificuldade de comercialização com 46,88%; e quinto foi o baixo preço de venda com 40,63%. Todos as limitações são comuns em ambos os trabalhos, destacando que a escassez de alimentos no período seco é a principal para os dois casos.

Outros projetos também elaboraram a matriz FOFA<sup>13</sup> (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças), como por exemplo o Projeto Bioma Caatinga (2011) e a Rota do Cordeiro (2017), e também identificaram em anos anteriores as mesmas dificuldades, como por exemplo a falta e descontinuidade dos serviços de ATER e de capacitação técnica gerencial. Se verificado, outras dificuldades deverão se repetir.

Ainda que existam localmente e territorialmente pessoas e técnicos capazes de atuar em um projeto voltado a propriedade intelectual, a pesquisa apontou para diversos fatores limitantes, como a falta de integração na cadeia produtiva, a dependência de agentes externos e que são importantes, como o Estado (Federal, Estadual e até municipal), para o fornecimento de um serviço de ATER permanente, a falta de crédito agrícola, a sazonalidade na produção, a escassez de forragem no período de estiagem (o que vem a ser óbvio por conta do ciclo ecológico do bioma).

Na tabela 15, os entrevistados foram questionados sobre quais os setores da cadeia produtiva (na condição de parceiros potenciais) da caprino-ovinocultura que poderiam ajudar de maneira mais eficaz na atividade em Uauá. Dos 11 itens com maior frequência, os dois mais citados foram sobre o serviço de assistência técnica e extensão rural (76,2%) e a maior organização dos criadores e agricultores familiares (66,7%).

Nenhum dos participantes marcou o item 10 (tabela 15), que citava não acreditar nas ações a partir de parceiros, o que torna um dado relevante e mostra que inclusive todo o conjunto de criadores que participaram desta enquete de alguma forma acredita em uma parceria.

A questão que gerou a tabela 14, mostra de forma clara e não se trata de ser um fato pontual por questões de tamanho de amostra, pois vários dos problemas (dificuldade e desafios) já foram identificados, em pelo 02 (dois) projetos citados nessa pesquisa (Bioma Caatinga e Rota do Cordeiro) e possivelmente no programa Cabra Forte.

Um fato comum a essas políticas públicas para a caprino-ovinocultura em Uauá, que se apresentam passageiras e criadoras de sonhos e expectativas, é que

---

<sup>13</sup> Com base na matriz SWOT em inglês (**S**trengths, que significa **forças**; **W**eaknesses, que significa **fraquezas**; **O**pportunities, que significa **oportunidades**; **T**hreats, que significa **ameaças**).

elas na sua essência priorizaram o grupo dos criadores e o que importante, mas a atividade deve ser vista por completo, como uma cadeia produtiva, como de fato se espera. Assim, políticas públicas e ações de estado, devem buscar no futuro um trabalho que priorize a cadeia produtiva e o seu conjunto de atores e não apenas um único elo desse setor.

**Tabela 15** – Alternativas eficazes

<b>Na sua opinião quais setores da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura poderiam ajudar de maneira mais eficaz a atividade em Uauá?</b>		
1.	<b>Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado</b>	<b>76,2%</b>
2.	<b>Serviços de Pesquisa da Embrapa</b>	<b>28,6%</b>
3.	<b>Fomento de projetos de estruturantes da cadeia produtiva pelo Governo Federal e Estadual</b>	<b>59,5%</b>
4.	<b>Parceria com Frigoríficos e açougues</b>	<b>61,9%</b>
5.	<b>Universidade com os projetos de Extensão</b>	<b>31%</b>
6.	<b>Atuação mais efetiva do município</b>	<b>52,4%</b>
7.	<b>Liberação de crédito rural pelos Bancos</b>	<b>42,9%</b>
8.	<b>Capacitação fornecida pelo SENAR</b>	<b>14,3%</b>
9.	<b>Projetos de infraestrutura hídrica feito pela Codevasf</b>	<b>40,5%</b>
10.	<b>Não acredito nesses parceiros</b>	<b>0,0%</b>
11.	<b>Maior atuação do Governo Municipal</b>	<b>38,1%</b>
12.	<b>Maior atuação dos empresários de Uauá</b>	<b>16,7%</b>
13.	<b>Maior organização dos criadores e agricultores familiares.</b>	<b>66,7%</b>
14.	<b>Implantação de um programa municipal de inseminação...</b>	<b>2,4%</b>
15.	<b>Migração do sistema extensivo para semi-ext. e intensivo com foco na produção de leite de cabra</b>	<b>2,4%</b>
16.	<b>Criação de curtume para valorizar a pele</b>	<b>2,4%</b>

**Fonte:** Autor (2020)

Todavia um conjunto de esforços que vêm sendo feito há alguns anos em capacitar para a adoção de tecnologias apropriadas de convivência com o semiárido ainda parece ser pontual, reiterando que houve e há uma dedicação especial sobretudo para as entidades ligadas ao grupo social dos agricultores familiares de fundos de pastos.

Para Brandão et al (2012), em um cenário de incertezas, uma Indicação Geográfica aparece como uma garantia para o consumidor. Garantia aqui é

associada a qualidade diferenciada, de modo que um padrão de qualidade é o mínimo esperado de um produto, seja ele um vinho, queijo ou carnes caprina e ovina. De forma que os entrevistados conforme foram convidados a apresentar sugestões para melhorar a qualidade do caprino e ovino de Uauá. E uma vez que apesar da “fama” o padrão de qualidade do ponto de vista zootécnico ou gastronômico precisa ser adquirido e implementado e assim no quadro 09 foram sugeridas.

**Quadro 09** – Sugestões para qualidade.

<b>SUGESTÕES</b>	
1.	Disponibilidade de alimentação e água de qualidade e manejo sanitário eficaz.
2.	Frigorífico com SIF para exportar aos mercados dos grandes centros urbanos
3.	<b>Assistência técnica</b> com acompanhamento de veterinário para controlar a verminose, fazer exame fezes
4.	Parceria de criadores com entidades
5.	Ter mais estrutura física
6.	Liberação de crédito rural p os criadores, assistência técnica
7.	Organização
8.	Ter mais investimentos estruturais que facilitem a produção.
9.	Investimento na <b>assistência técnica</b> , para ter animais em menor tempo e com qualidade para abate.
10.	Criação de uma cooperativa
11.	Projeto de preservação da caatinga, produção e armazenamento de alimentos, novas tecnologias
12.	Genética e qualificação do produtor no manejo
13.	Mudar o sistema de criação para semi-intensivo e intensivo e o focar na produção/benef de leite.
14.	Para melhorar é necessário a aprimoramento do sistema produtivo, verificar as necessidades da cadeia desde o início, como escolha de boa genética ao manejo adequado e melhores condições para escoamento da produção e garantir uma melhor rentabilidade para os produtores e agricultores familiares.
15.	Organizar as associações do interior do município
16.	Prestação de serviço de <b>Assistência técnica</b> , financeira e de organização, e apoio aos criadores.
17.	Melhoramento genético
18.	Boa alimentação
19.	Apoio e incentivo trazendo frigorifico, laticínios facilitando os insumos aos produtores!

20. Organização por parte dos produtores na cadeia produtiva para comercialização.
21. Melhorar a estrutura física em toda a sua cadeia. Essa estrutura é bastante deficiente em Uauá.
- 22. Melhoramento genético e acompanhamento permanente de assistência técnica**
23. Capacitações e implantação de matrizes e reprodutores de qualidade.
24. Investimentos nas propriedades, água por exemplo! Pastagem!
25. Capacitação dos criadores e organização da comercialização da produção, para agregar valor.
26. **Assistência técnica continua.**
27. Formulação/implantação de Projeto Munic. /Plano de Apoio aos Negócios da Caprinocultura (Bodeforte)
28. **Assistência técnica**, projetos de Capitação de água, formações, Convivência com o semiárido;
29. Várias coisas
30. Regularização Fundiária, participação empresarial na construção de abatedouro/frigorífico.
31. Recatingar, manejo, genética, conhecimento do criador da cadeia produtiva. É negócio criar bode.
- 32. Assistência técnica**
33. O poder público municipal precisa viabilizar projetos que visem qualificar e estruturar o criador.
34. Acredito que a principal dificuldade para o bom desenvolvimento desta atividade em Uauá está ligada à deficiência na estrutura física que aporta as ações da cadeia. A minha sugestão técnica é que se instalem estruturas de uso coletivo para apoiar as ações em cada elo desta cadeia produtiva, principalmente através do apoio governamental. A CODEVASF em Juazeiro tem elaborado projetos específicos para a caprino-ovinocultura, voltados para a edificação de obras que convergem neste sentido (---) o melhoramento genético, a oferta de serviços de **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)** e ações para promoção do melhoramento genético.

**Fonte:** Autor (2020)

Também se observa uma relativa falta de modernização, principalmente no sentido de inovação de práticas, o que é um paradoxo pois também deve ser encarado como virtude para a manutenção de certas qualidades inerentes ao produto. Essa situação é associada a alta informalidade, praticamente inexistindo um serviço de inspeção sanitária adequado e tudo isso associado a comodidade da comercialização em mercados de cadeia curta, não havendo uma preocupação com uma subvalorização do produto e maiores ganhos.

A implementação de uma IG passa por organização, pesquisa e financiamento, também é uma ação técnica logo o serviço de assistência técnica, conforme destacado de forma direta em 8 sugestões é um dos primeiros e mais

importantes investimentos que pode ser feito, inclusive até por que uma vez com ou sem IG é o tipo de serviço que não pode faltar.

## 6.1 AS CONDIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Produzir caprinos e ovinos no Território de Identidade do Sertão do São Francisco em especial no município de Uauá, deve ser encarado sob uma nova perspectiva de gestão com foco em resultados, logicamente sem comprometer o perfil de agricultura familiar inerente a estes criadores e que na maioria estão organizados por meio de Associações Comunitárias de Fundos de Pastos. Essa necessidade de atender a um apropriado modelo de produção se deve ao fato de que no caso de produção de carne os aspectos chave assentam, segundo Teixeira (2017) sobre três princípios fundamentais: características de carcaça, qualidade de carne e consumo.

A carcaça consiste em todas as partes do corpo do animal vendidas como peças de carne e influenciam nestas o peso, o grau de engorduramento, conformação e a sua composição regional, tecidual e química.

A qualidade da carne deve estar de acordo a cadeia da produção e comercialização, satisfazendo a necessidade do mercado a que se destina.

É fato que as condições impostas pelo semiárido, como clima, vegetação, relevo, precipitação pluviométrica, relação antrópica para com o meio ambiente, associadas as escassas políticas públicas que na maioria das vezes são efêmeras e de curto prazo, tornam-se um desafio permanente para o criador, logo atender a questões de qualidade de carcaça ou qualidade de carne, suprimento de demanda para os canais de venda e ainda mais tendo que ser um produto no padrão de IG é que devemos trazer a luz da pesquisa e do debate público a seguinte questão: Qual o modelo de gestão e que tipo de animal, sob que tipo de manejo e relação para com a caatinga que devemos apresentar aos consumidores?

Uma das sugestões que apresentaremos nesse trabalho diz respeito ao a proposta de Guimarães Filho (2006) do cabrito de Uauá, que em outros artigos o mesmo apresenta também pela possibilidade de ser chamado de cabrito

agroecológico ou cabrito do vale do São Francisco. Trata-se de um animal produzido com bases agroecológicas, com qualidades mercadológicas de acordo ao quadro 10:

**Quadro 10** – Qualidades mercadológicas do cabrito de Uauá

<b>Qualidades Mercadológicas</b>	<b>Especificidades</b>
<b>Sanitária (saudabilidade)</b>	Uso mínimo de agroquímicos e rigorosos controle higiênico-sanitário na produção, processamento e distribuição <sup>(1)</sup>
<b>Nutritiva</b>	Baixos teores de gordura, colesterol e calorias, em relação aos demais tipos de carne
<b>Sensorial (Organolépticas)</b>	Sabor característico associado ao pasto natural (“sabor da caatinga”), maciez e suculência
<b>De uso</b>	Apresentação em cortes especiais, resfriados ou congelados ou em carcaças inteiras
<b>Ambiental</b>	Forte identidade com fatores naturais e humanos do meio geográfico Sertões do Submédio São Francisco, onde é produzida em harmonia com o bioma caatinga

<sup>(1)</sup> Sistema BPA (Boas Práticas Agropecuárias) ao nível de propriedade e sistema BPF (Boas Práticas de Fabricação) associado a inspeção do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou estadual (SIE), ao nível de abatedouro/unidades de processamento.

**Fonte:** Guimarães Filho (2006)

As características e qualidades zootécnicas presentes no rebanho caprino (e ovino) de Uauá se devem a um longo processo de adaptação ao meio ambiente, iniciando ainda no século XIV com a chegada do português, contudo para manter as características que são próprias daquele rebanho local e ainda atender as demandas de mercado, faz necessário definir um padrão técnico para o produto, o cabrito. Assim, Guimarães Filho e Nogueira (2006) sugerem o quadro 11:

**Quadro 11:** Especificidades técnicas propostas para o produto

<b>Indicadores Técnicos</b>	<b>Índices exigidos</b>
<b>Idade ao abate</b>	6 – 10 meses (dentes de leite)
<b>Peso vivo médio ao abate</b>	23 – 28 kg
<b>Peso da carcaça</b>	10 – 13 kg
<b>Condição corporal ao abate (escore)</b>	3,0 – 4,0

**Fonte:** Guimarães Filho (2006)

Em uma pesquisa sobre confiança e agregação de valor em carnes com IG, Brandão et al (2012), afirmam que a indicação de origem geográfica poderia ser considerada como um atributo diferenciador, pois, dependendo do contexto em que

se enquadra, apresenta qualidades que não são comuns a todos os produtos. Considerando que o fato de produzir caprinos e ovinos no semiárido, no bioma caatinga, com saberes locais de mais de 400 anos e com possibilidade de inovação tecnológica é fortemente uma característica diferenciadora.

Os resultados esperados com as práticas suscitadas acima, possibilitariam ganhos de rendimentos significativos e isso teria reflexo no ganho de rendimento do produtor e na aquisição de uma carne ou leite (e derivado) ou couro de melhor qualidade e com IG. O sistema produtivo proposto é fundamentado nos trabalhos da Embrapa (GUIMARÃES FILHO E NOGUEIRA, 2006). O quadro 12 apresenta o desempenho esperado do cabrito de Uauá, que em outros trabalhos é apresentado como cabrito do Vale do São Francisco.

**Quadro 12:** Desempenho esperado do rebanho

<b>Indicadores</b>	<b>Cabrito convencional <sup>(1)</sup></b>	<b>Cabrito de Uauá (cabrito do Vale do São Francisco)</b>
<b>Crias nascidas/ME/ano <sup>(2)</sup></b>	1,0 – 1,2	1,3 – 1,5
<b>Crias desmamadas/ME/ano</b>	0,75 – 0,95	1,2 – 1,4
<b>Mortalidade pré-desmame (%)</b>	20 – 25	5 – 10
<b>Mortalidade pós-desmame (%)</b>	5 – 10	1 – 3
<b>Unidades comercializadas/ME/ano</b>	0,7 – 0,9	1,1 – 1,3
<b>Idade aos 28 kg peso vivo (meses)</b>	13 – 18	6 – 10
<b>Peso comercializável/ME/ano/KG vivo</b>	13 – 23	31 – 38

<sup>(1)</sup> sistema extensivo tradicional

<sup>(2)</sup> ME = matriz exposta ao reprodutor

**Fonte:** Guimarães Filho (2006)

O trabalho de mudança de paradigma ou incremento de inovação tecnológica deve ser feito, sobretudo porque o cabrito de Uauá ou cabrito do Vale do São Francisco, como queiram chamar, uma vez que possua a IG terá entre os seus elementos que qualificam para este reconhecimento, o bioma caatinga, pois em algum momento da vida o animal (matriz, reprodutor ou cria) terá que ir a campo, pastejar a caatinga, ter contato com o elemento, talvez, o principal que lhe confere esse caráter único, de ser um caprino ou ovino produzido com saberes acumulados em uma região semiárida no continente latino-americano.

Segundo Guimarães Filho e Nogueira (2006), a utilização da vegetação da caatinga e de raças nativas são premissas básica ao processo produtivo desse



cabrito. E ainda que não atendendo a todas as premissas zootécnicas tão largamente difundidas ao longo de anos no município de Uauá e até na região, quanto ao manejo do rebanho, um trabalho recente indicou que há viabilidade econômica dessa forma de produção (tradicional) e que asseguram sua sustentabilidade (FONSECA, 2019). Por outro lado, Lopes (2018), em um outro trabalho em CFP na região de Juazeiro – BA, sugeriu que para o pastejo em áreas de fundos de pastos, seja estipulado um número máximo de animais por famílias (agricultores familiares), de forma que a resiliência do sistema seja mantida e a biodiversidade não seja comprometida.

Uma proposta de gestão para a cadeia produtiva da caprino-ovinocultura, se justifica, uma vez que o aumento da procura por produtos agroalimentares com certificação relacionada a IG tem ocorrido, buscando atender nichos específicos de mercado (BRANDÃO et al, 2012).

Também como acontece com produtos eletrônicos, roupas, calçados, entre outros, nos produtos agroalimentares, em sua cadeia de comercialização e distribuição não é incomum ocorrer falsificações da real origem destes produtos. No caso da comercialização de carcaças caprinas e ovinas em feiras livres da região alguns comerciantes para destacar o seu produto acabam apresentando aquela peça de carne como sendo de origem do município de Uauá, inclusive chegando a citar o nome de algumas localidades. Tal situação é complicada de confirmar ou refutar uma vez que ainda não existe sinal distintivo ou selo de IP ou DO.

Segundo Cerdan, Bruch e Silvia (2010) apud Vieira e Lourenzani (2019), para os fornecedores concorrentes isso pode gerar o desejo, de ter um produto igual, produzindo similares e tentar usufruir dos signos distintivos já conhecidos e que não é o original. É a busca pelo lucro. Assim, alguns fornecedores, marchãs, açougueiros e comerciantes, com o intuito de vender a sua mercadoria (carcaça caprina ou ovina) e também de ganhar clientela e possivelmente um preço um pouco melhor, apelam pela indicação de Uauá como sendo a procedência e/ou origem daquele produto.

## 6.2 COMO SURTIU A “CAPITAL DO BODE”?

A segunda-feira em Uauá é especial, pois é o dia da feira municipal, tão tradicional no Nordeste. É o dia em que o campo se encontra com a cidade, e em

meio aos comerciantes de bode e compradores de couro se ouvem os comentários de que o couro do animal criado em terras de Uauá, sobretudo os de pelagens brancas é que tem a melhor qualidade na região norte da Bahia e por isso o preço que se paga em Uauá é um pouco maior.

A região de Uauá (BA) foi, desde o final do século XIX e início do século XX, um grande fornecedor de peles caprinas e ovinas para exportação. Entre todas, a pele das cabras brancas de Uauá, faziam sucesso, pela tenacidade e elasticidade. Logo, essas peles começaram a receber um valor extra na cotação. Devido a isso, surgiram vários criadores do “tipo Uauá”. Toda e qualquer cabra branca do noroeste baiano era cruzada com reprodutores da nova raça Uauá, aumentando o efetivo. As cabras Marota transformavam-se em Uauá (S<sup>14</sup>ANTANA, 2013).

O comércio de animais em Uauá é desde o início do século passado uma boa atividade econômica, logo sua fama se estendeu para uma parte do Nordeste, pois a região está próxima dos Estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco.

O legendário Delmiro Gouveia, de Alagoas, era um dos que compravam e exportavam as peles e sua fortuna teve como base as peles das cabras de Uauá, que eram levadas por imensas caravanas de burros pelas veredas empoeiradas do início do século XX. Jerônimo Ribeiro, ex-prefeito e historiador de Uauá (BA), calcula que havia entre 5.000 e 10.000 criadores de cabras catingueiras, naqueles tempos (SANTANA, 2013).

Um município com poucos anos de criado, onde não havia indústria, não havia rio perene, e dependia do comércio com as cidades vizinhas, viria a se tornar a capital do bode. Ainda que não fosse em termos de quantitativos de animais, a sua atividade econômica estava intimamente ligada a cadeia produtiva da caprinocultura e essa singularidade vislumbrou a criação do termo “capital do bode”, como uma jogada de publicidade, mas também demonstrava o orgulho e simbolismo que estas pessoas já sentiam em relação a atividade.

Em 1948, quando Jerônimo Ribeiro era o prefeito, surgiu o nome de “**Uauá: a capital do bode**” - que permanece até hoje, para lembrar os velhos tempos. Mesmo não havendo mais o brilhantismo de outrora, a cidade inteira continua voltada para o bode: feiras, restaurantes, lojas, logradouros públicos, etc. A cidade de Uauá, mesmo hoje, não existiria sem o bode. O Governo baiano pouco se importava com caprinocultura e foi preciso, muita luta, para que, em 1971, pudesse ser realizada a Primeira Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos da Bahia (SANTANA, 2013).

---

<sup>14</sup> Santana, A. (2013) publicou a história em site local a partir de matéria da revista O Berro de 2002(?).

A identidade cultural a partir da perspectiva dos criadores de caprinos e ovinos é o resultado de um longo histórico de tentativas de sobrevivência em meio as dificuldades naturais próprias e legítimas do bioma.

O que se percebe nas leituras dos materiais que subsidiaram essa pesquisa é que a atividade produtiva foi uma iniciativa quase que exclusivamente e insistentemente mantida pelos atores sociais locais, com pouco ou pontual apoios governamentais.

Ainda no campo governamental, é possível destacar 05 momentos que foram decisivos para a caprino-ovinocultura em Uauá, onde o primeiro foi a própria condição do ambiente que de lá saiam as melhores peles (couro), o segundo foi em 1928, quando o Governo do Estado cedeu oito cabras e um macho Anglo-Nubiano, importados, tendo em vista aumentar o tamanho das cabras locais. O terceiro foi no ano de 1948, quando passaram a adotar a referência de “capital do bode”, a quarta foi a realização da primeira exposição especializada de caprinos e ovinos em 1972 (realizada pelo Governo do Estado da Bahia) e a quinta foi o projeto de regularização fundiária dos Fundos de Pastos, em 1982. Ainda que não seja condição primária, a decisão política faz parte do cenário socioeconômico e cultural, corroborando para a construção da identidade e o fortalecimento do simbolismo.

Segundo Guimarães e Silva (2014), a região de Uauá, na Bahia, já ganhou notoriedade nacional Como a “capital do bode”. O município apresenta características que levam a crer nessa abordagem, pois atende a questões de identidade cultural, que são fortes e presentes, pois misturam-se a rotina diária dos criadores que ali manejam os seus rebanhos. Uma atividade que se aprende desde cedo, ainda na infância, iniciando com pequenas experiências, como por exemplo “brincando com os cabritos”.

A atividade da caprino-ovinocultura demonstra grande expressão econômica, uma vez que a maior parte do rebanho nacional se encontra nesse território, sendo por outro lado, na maioria dos casos, as criações desses animais é desenvolvida de forma extensiva e com baixa tecnologia, com reduzida produtividade e rentabilidade (VARGAS E TEIXEIRA, 2014).

Assim, com tecnologia é possível aumentar o rebanho e fortalecer ainda mais a economia territorial e local, uma vez que há potencial para esse tipo de atividade

econômica. Alves et al (2014) traz o exemplo do mercado da carne ovina no Brasil, onde, mesmo com um consumo interno baixo em comparação aos demais tipos de carne, apresenta um excesso de demanda, determinando, assim, a necessidade de compra do produto no mercado externo e nesse caso o Uruguai é praticamente o único fornecedor de carne ovina para o Brasil.

A insuficiência do rebanho nacional atender as necessidades locais já havia sido referenciada no início dos anos 2000, segundo a revista O Berro (2004):

As perspectivas do mercado interno são por demais alentadoras, pois o rebanho ovino nacional, não atende sequer as necessidades do mercado do Estado de São Paulo, que necessitaria naquele momento de 28 milhões de animais.

Em 2016, segundo os dados do IBGE o rebanho ovino já ultrapassava 18 milhões de cabeças e ainda assim não atenderia à demanda de um só grande Estado brasileiro. Logo o mercado interno continuará a ser abastecido fortemente pelo produto uruguaio.

Um outro aspecto importante se refere a possibilidade da diversificação dos arranjos produtivos do Território de Identidade do Sertão do São Francisco e a interligação das cadeias produtivas.

O desenvolvimento da fruticultura no Nordeste, principalmente em áreas irrigadas, vem proporcionando incrementos na industrialização das frutas para produção de sucos e polpas, gerando grandes quantidades de resíduos que podem ser utilizados em dietas de confinamento ou para a simples suplementação de animais em pastejo (LEITE, 2002).

Contudo há de se monitorar os índices de resíduos de agrotóxicos nesses alimentos e ainda debater até que ponto podem ser utilizados. Deve ser considerado que uma vez utilizado esse manejo alimentar para o rebanho, as características como produzido de forma agroecológica ou até orgânica, podem ser perdidas ou descaracterizadas, uma vez que há divergência de conceitos, mesmo que tal produção mostre - se economicamente rentável.

Uauá destaca-se no contexto da caprino-ovinocultura porque assumiu a identidade de “criador de bode”. Comparando com os demais municípios do

Território, com exceção de Campo Alegre de Lourdes, Uauá não é margeado pelo Rio São Francisco ou pelo Lago de Sobradinho, não tem agricultura irrigada e diferente do município de Canudos que possui o açude de Trabubu (vinculado ao DNOCS), não possui fonte de água perene, pois o Rio Vaza Barris que ali nasce é intermitente. A segurança hídrica é dependente de poços tubulares, de águas salobras, de pequenas barragens e da operação pipa do Ministério da Integração Nacional, de convênios com o Governo do Estado e das ações da prefeitura municipal.

O Território do Sertão do São Francisco já dispõe de abatedouro-frigorífico, em Juazeiro, distante a 125 km de Uauá, por outro lado, há limitações culturais e estruturantes para que esse abatedouro-frigorífico atenda de fato a necessidade do mercado. Caberia aqui instigar a necessidade de um estudo específico, uma vez que os demais municípios do Território não possuem estrutura adequada de beneficiamento (material e pessoal) para este rebanho. Nesse quesito o município de Uauá, deixa de agregar ainda mais o valor cultural ao seu produto, uma vez que depende de agentes externos ou comercializa quase de forma clandestina.

Neste trabalho, o elemento da identidade cultural, da sua dimensão simbólica e dos fatores que criaram essas condições são perceptíveis, contudo há de considerar também os elementos econômicos e mercadológicos, de forma que esse simbolismo da caprino-ovinocultura, agrega valores culturais e monetários, gerando identificação, trabalho, renda e sentimento de pertencimento ao território. Para Lóssio e Pereira (2007), quando discutimos cultura estamos necessariamente considerando a vertente da geração de emprego, renda e negócios.

A condição de Capital do Bode, uma vez assumida e reconhecida, ultrapassa a imaterialidade do seu simbolismo e torna-se factível sugerir que essa marca ou signo, tornou-se um produto vendável, o qual necessita de atenção e assim atraindo novas oportunidades de investimentos, consolidando uma história local e tornando-se legitimamente um produto de origem, reconhecido e respeitado por todos os elos da cadeia produtiva, até o consumidor final, que não irá comprar apenas carne ou vestir apenas ou couro, mas irá se beneficiar da singularidade de um Território e de um local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação abordou o tema de Indicação Geográfica (IG) aplicada a luz da caprino-ovinocultura em Uauá-BA, que hoje dispõe dos elementos como história, cultura, tradição e rebanho, mas não dispõe dos instrumentos, aqui referindo-se pragmaticamente das instituições articuladas adequadamente por meio de uma única representação que congregue os anseios do conjunto (agricultores familiares e demais parceiros e colaboradores da cadeia produtiva).

Descrever como as características dos símbolos que fazem parte da realidade do Território de Identidade do Sertão do São Francisco, possibilitam o fortalecimento da identidade cultural, de forma que no município de Uauá – Ba, a atividade produtiva da caprino-ovinocultura, é tratada como patrimônio cultural material (e imaterial), seja pelos bens gerados ou pelo sentimento de envolvimento e pertencimento o qual a população experimenta.

A complexidade do tema, Indicação Geográfica (IG) associada a uma atividade pecuária tradicional, que envolve um Território de Identidade, rico em desafios e símbolos, onde diferentemente da fruticultura irrigada, depende de uma convivência peculiar com o bioma caatinga, sugere que o tema seja mais profundamente estudado, inclusive associado as questões que podem ampliar a geração de renda, então proteger essa identidade e seus simbolismos, como por exemplo, os temas que envolvem o reconhecimento do produto por meio da Denominação de Origem (DO) ou de Indicação de Procedência (IP), como já é realizado em alguns locais do país e no mundo.

Para a pesquisa foram utilizados formulários em formato *google forms*, para a aplicação dos questionários de forma remota (on-line) juntamente com o apoio de rede social, e também por meio do aplicativo *WhatsApp* (e também por *e-mail*), possibilitou a segurança necessária em relação a questão de saúde pública nesses tempos de pandemia provocado pela COVID 19. Ainda que em algumas localidades rurais, os criadores e criadoras de caprinos e ovinos dispusessem de pouca velocidade de dados móveis para o uso de internet, essa se mostrou suficiente para responder o questionário online por meio de um smartphone. Assim, esse tipo consulta aplicada em determinadas circunstâncias mostrou-se viável e acessível com um baixo custo de aplicação.

A pecuária dos pequenos ruminantes, caprinos e ovinos, é milenarmente praticada no mundo e no Brasil com mais de quatrocentos anos de presença assumiu uma importância econômica e social que indissociável da sua formação histórica, sobretudo na região nordeste, com destaque para os estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará. Logo, algumas regiões ou territórios destacaram-se na produção desses animais misturando-se a cultura local, aos hábitos alimentares e a geração de trabalho e renda.

A atual conjuntura de mercado favorece a continuidade do consumo destes animais sobretudo no Nordeste, pois trata-se de animais com boa qualidade nutricional e com melhor possibilidade para venda, sobretudo para as pessoas mais carentes, isso se comparada por exemplo com os preços praticados pela carne bovina. Todavia a comercialização ainda é um gargalo, um fator limitante e que precisa de atenção especial dos agentes governamentais e das instituições que representam os criadores.

Em Uauá – BA a caprino-ovinocultura é a principal responsável pela geração de renda do agricultor familiar e também é considerada uma espécie de “poupança” e tal situação é visivelmente detectada durante os dias de feira livre (ocorrendo nas segundas-feiras), onde vários negociantes de distintos locais vêm em busca dos animais, quando estes também são negociados diretamente nas propriedades rurais.

Verifica-se que a dimensão cultural em Uauá – BA, é carregada de elementos simbólicos que remetem as suas tradições locais e a sua relação com o bioma e com a atividade produtiva principal (a caprino-ovinocultura). Além disso, os signos são tomados como meios de divulgação das tradições locais. A tradição está na forma de criar os animais, de cuidar da propriedade e relacionar-se com os demais membros da sociedade local e das suas formas de organização. O caprino (e ovinos) em Uauá é tão simbólico que está na sua bandeira municipal, é falado em poesias e cantado em suas músicas por compositores locais e essa tradição vem de uma ancestralidade construída e festejada pelo seu povo.

As comunidades tradicionais de fundos de pastos, em Uauá – BA, principais espaços de criação dos animais, são formadas por 81 Associações Comunitárias. É o maior número desse tipo de Associações de comunidades tradicionais em um único município no Estado da Bahia. Por outro lado a pesquisa mostrou que a maioria das Associações não dispões da regularização fundiárias de suas áreas

coletivas, tão pouco se avançou com o contrato de direito real e concessão de uso, fornecido pelo Governo do Estado, assim ainda há uma demanda real, legítima e justa em regularizar essas áreas comunais e muitas áreas individuais que ainda encontram-se como posse, tornando-se um fator limitante para o maior desenvolvimento da caprino-ovinocultura, por exemplo impedindo melhores investimentos por meio do crédito rural.

A organização das associações de comunidades tradicionais de fundos de pastos de Uauá - BA se deu ao longo de décadas com destaque maior a partir dos anos 80 do século passado. Ainda com o apoio de entidades como o IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), Igreja Católica a qual promoveu os trabalhos de organização de base e de alguns outros parceiros que dependendo do período e do apelo político costumavam e costumam aparecer como é o caso do Governo do Estado ou do Governo Federal.

Verificou-se que a questão da sustentabilidade do bioma caatinga em Uauá é um tema que precisa ser mais fortemente trabalhado, apesar das iniciativas de algumas entidades, pois o que se verifica é um empobrecimento progressivo da caatinga e uma maior sazonalidade do período de chuvas. De fato, um rebanho maior do que o atual, seria penoso tanto para o bioma que não supriria a demanda por forragem nativa, quanto para o criador, o qual não teria recurso financeiro suficiente para a manutenção dos seus animais a base de alimentação externa (com farelos e grãos) vindos de outras regiões.

O rebanho precisa ser melhor dimensionado a fim de que a caatinga consiga suprir as suas necessidades alimentares sem comprometer o bem-estar animal. Também precisa ser trabalhado um animal com as características zootécnicas mais adequadas com o apoio de um sistema de comercialização que permita uma melhor valorização da carcaça do animal, com menos tempo direto no bioma e menor gasto com suplementação alimentar externa.

A propriedade intelectual, aqui apresentada pela Indicação Geográfica (IG) busca apresentar um produto agroalimentar de excelência, no caso o caprino e o ovino de Uauá – BA, para consumo. A qualidade atribuída ao rebanho local, é comentada e falada por diversos atores da cadeia produtiva localizadas no território e em outras regiões do Estado da Bahia. Ainda assim, uma Indicação Geográfica (IG) não quer dizer que o animal criado e abatido em Uauá é o mais saboroso ou



tem uma outra característica superior, pois não se trata disso. Uma IG se trata de reconhecer elementos de propriedade intelectual, com valor simbólico e que carregam uma história, cultura e tradição. Logo, outras indicações geográficas podem surgir como por exemplo a “manta de bode de Petrolina – PE, ou o carneiro de Tauá – CE ou o cordeiro do Alto Camaquã”.

Frente ao conjunto de limitações apresentadas nessa dissertação, assim como já identificados em outros projetos como o Bioma Caatinga e atualmente a Rota do Cordeiro, faz-se necessário que investimentos em capacitação, assistência técnica, acesso ao crédito rural entre outras parcerias estratégicas, sejam devidamente realizadas para a obtenção do sucesso factível.

O processo de reconhecimento e posterior certificação para obtenção do signo de uma IG é burocrático, mas é viável e no caso do município de Uauá – BA, há suficiente organizações com perfil e capacidade técnica, política e gerencial para alcançar esse objetivo. O que é preciso é um alinhamento e a organização de um grupo de interesse para essa missão, que inclusive deve contar com a Universidade e o SEBRAE, entre outros. As vantagens da Indicação Geográfica da caprino-ovinocultura em Uauá destacam-se entre outras:

- ✓ O estímulo à melhoria da qualidade do produto;
- ✓ Agregação de valor ao produto e uma melhor inserção no mercado;
- ✓ Proteção do produto;
- ✓ Fortalecimento da organização dos produtores (agricultores familiares, pecuaristas, criadores em geral);
- ✓ Valorização e promoção a região pela preservação da cultura e da identidade local com reflexos no fortalecimento da economia local;
- ✓ Fortalecimento do turismo rural e gastronômico;
- ✓ Fortalecimento e visibilidade da importância das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pastos; e
- ✓ Racionalização do uso dos recursos naturais.

Como contribuição dessa pesquisa, apontamos como passos iniciais necessários para implementação da proposição de Indicação Geográfica algumas ações a serem realizadas antes, durante e após o acesso a esse ativo da propriedade intelectual, materializado pela concessão do signo de reconhecimento, sendo:

- ✓ Regularização fundiária dos fundos de pasto;
- ✓ Organização do produtor (por meio de uma cooperativa, associação ou sindicato que se responsabilize pelo processo e faça o pedido ao INPI);
- ✓ Definição do sistema de produção (caracterizado pelo sistema de manejo dos animais, tipo de raça, método de alimentação, definição de idade e peso ao abate, definição das características zootécnicas diferenciadas do animal, etc.);
- ✓ Iniciar o trabalho de combate à degradação dos fundos de pasto, por se tratar dos principais locais de produção “cabrito de uauá”;
- ✓ Iniciar a discussão da questão do abatedouro-frigorífico para definição onde os animais serão abatidos ou se vai ser construído um em Uauá ou se serão abatidos em Juazeiro – Ba ou outra cidade, quais os seus custos de transporte, abate e processamento;
- ✓ Definição do tipo de serviço de assistência técnica e extensão rural, assistência gerencial aos produtores e parceiros do projeto (convênio ou parceria com IRPAA, Bahiater, CAR, SENAR, etc.). Sendo que este serviço de ATER pode, inclusive, coordenar todo o processo junto ao INPI, exclui-se apenas a possibilidade de realiza o depósito do pedido; e
- ✓ Possibilitar o acesso ao crédito rural ao produtor para se adaptar ao projeto e também por exemplo buscar fazer parceria com o programa PRODETER – BNB.

Há possibilidade de buscar outras alternativas como a marca coletiva, a marca de certificação e recentemente o selo arte. Este último caso não impede que este selo seja obtido junto com outras certificações, ainda assim os dados dessa pesquisa mostraram que já se dispõe de elementos suficientes para a

implementação de uma IG e a sua substituição por outro tipo pode vir a ocorrer se por exemplo for uma estratégia do grupo que irá coordenar o processo.

A importância dessa pesquisa, justifica-se pelos elementos pragmáticos como tamanho de rebanho, mas também por elementos no campo da subjetividade como por exemplo o sentimento que o criador tem em relação a sua atividade produtiva.

Todavia, a ideia de pesquisar elementos da agro-sociobiodiversidade, ou agroalimentares ou agroecológicos, permite que este tema seja vislumbrado também para outras cadeias produtivas, como por exemplo os méis, os queijos, o sisal, o dendê, o licuri, as aves (como as galinhas caipiras de canela preta, no Piauí) e assim conseguir uma melhor colocação no mercado, por meio de alimentos saudáveis, nutritivos e com história em sua composição.

Também poderá ser diminuída a pressão sobre o bioma, pois uma vez que o produto é valorizado, a quantidade de indivíduos (animais ou plantas) por hectare pode ser diminuído pois o preço compensará. E essa questão é importante pois uma IG agroalimentar é diretamente dependente de um bioma ecologicamente saudável (equilibrado).

Como resultado dessa pesquisa e regra do PPGE<sub>x</sub>R, foi gerado um produto, no formato de tutorial com o objetivo de fornecer orientações básicas para o cadastro de Indicação Geográfica junto ao INPI, o qual ficará à disposição para fins acadêmicos e de uso público. Também todo o material objeto desta pesquisa, inclusive os formulários utilizados ficarão à disposição dos interessados bem como constará nos anexos desse manuscrito.

O tutorial construído destina-se, principalmente, para os atores que tem interesse em implementar uma IG, podendo ser desde o criador de animais que representa uma instituição até o Técnico que realiza o acompanhamento de uma instituição. Logo, aberto àqueles que desejarem seguir um roteiro de burocrático e extenso, mas ainda assim possível de ser alcançado.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação analisou a Indicação Geográfica (IG) como uma estratégia de desenvolvimento da caprino-ovinocultura no município de Uauá- BA, onde foi descrito a atividade da criação de caprinos e ovinos a partir de uma perspectiva histórica e mercadológica bem como considerado os impactos dessa atividade para aquela realidade. Foram citados e descritos os elementos simbólicos que formaram a identidade cultural do município, como por exemplo os momentos históricos como a Guerra de Canudos e o início do processo de criação de animais, a concepção do projeto associativo de fundo de pastos entre outros.

A questão fundiária foi tratada a partir da análise de dados oficiais do IBGE e de dados secundários atualizados como o mapeamento das comunidades de fundos de pastos em Uauá, realizado pelo governo do Estado. Ficou evidente que em Uauá o processo de regularização fundiária das comunidades tradicionais de fundos de pastos foi a mais representativa na Bahia, ainda assim muitas associações ainda não obtiveram a legalidade da posse das suas terras e isso reflete em falta de investimentos para a atividade produtiva. Além de que alguns fatores limitantes identificados em outros projetos como o Bioma Caatinga e a Rota do Cordeiro, também foram apontados nessa pesquisa.

A metodologia utilizada para pesquisa de campo, foi por meio de questionário on-line e se mostrou eficiente e acessível a todos os participantes, sobretudo aos criadores residentes na zona rural de Uauá – BA. Dentre os aspectos abordados no questionário, como históricos, socioculturais, econômicos, apenas o aspecto ambiental carece de maior verificação por conta das distinções da visão de meio ambiente dos participantes. E verificou-se que o campo está “conectado” e que muitos criadores já realizam comercialização de animais por meio de redes sociais.

Em relação a uma Indicação Geográfica (IG) para a atividade produtiva da caprino-ovinocultura em Uauá-BA mostrou-se viável e possível pelos pontos já colocados e assim torna-se uma estratégia que vai depender dos atores sociais envolvidos e do conjunto de entidades e instituições que representam esse segmento. Poderá vir a ser mais uma estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar local, como um projeto de médio a longo prazo e feito com muitas mãos, planejamento, investimento e participação ativa dos criadores (agricultores familiares e pecuaristas), e instituições de ATER entre outros.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, D. M. de; GERMANI, G. I. **Fundo de pasto: um conceito em movimento**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, 8, 2009, Curitiba, Anais... Curitiba, 2009.

ALMEIDA, S. P. N. DE C. E. **Fazendo a feira**: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da feira livre do bairro major Prates em Montes Claros – MG. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, programa de pós-graduação em desenvolvimento social, 2009.

ALTMANN, R. Certificação de qualidade e origem e desenvolvimento rural. In: LAGES, Vinicius; LAGARES, Lea; BRAGA, Christiano Lima. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. 2ª Ed., p. 146-154. Brasília-DF: Sebrae, 2006.

ALVES, L. G. C. et al. Produção de carne ovina com foco no consumidor. **Enciclopédia Biosfera**. Goiânia, v. 10, n. 18, p. 2399- 2415, 2014.

ARAÚJO FILHO, J. A. DE. **Proposta para implementação do manejo pastoril sustentável da caatinga**. Brasília: jan. de 2006. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/publicacoes/biomas/category/61-caatinga>.

BACELAR, T. Nordeste, nordestes: que nordeste? **Observanordeste**, Recife: abril, 2002.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**, artigo 178, Salvador: 1989

BAHIA. **Lei 12.910**, de 11 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências - Art. 2º. Salvador: Poder Executivo, 2013.

BAHIA. SEPLAN. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: V.3, p.61-85. 2018.

BALANDIER, G. **O poder em cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/67990386/georges-balandier-o-poder-em-cena>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BARBOSA, P. M. DA S. **Marcas Coletivas e Marcas de Certificação**: marcas de uso coletivo. In: Pimentel, L. O. e Silva, A. L. (Org). Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: módulo II, indicação geográfica/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 3ª.ed. Florianópolis, MAPA, Florianópolis: FUNJAB, 2013. Cap. 8, p. 269-292.

BARBOSA, P. M. DA; REGALADO, P.F. **Uma solução inovadora no agronegócio**: a união do sistema de Certificação à marca coletiva. Propriedade intelectual e

inovações na agricultura / organizado por Antônio Márcio Buainain, Maria Beatriz Machado Bonacelli, Cássia Isabel Costa Mendes. – Brasília; Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, IdeiaD; 2015.

BERTAGNOLLI, G. B. L. Processos de Construção de Identidades Regionais: Cultura Imaterial, Identidade e Desenvolvimento. **PERSPECTIVA**, Erechim, v. 39. N. 148, p.47-54, dezembro. 2015.

BIACHINI, F. Umbu (*Spondias tuberosa*): **produto da sociobiodiversidade nos territórios fundo de pasto**. Dissertação de mestrado em extensão rural, Univasf. Juazeiro: 2018. Disponível em: <http://www.pgextensaorural.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/CD-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. Texto francês da conferência pronunciada na Universidade de San Diego. P. 149-168, São Paulo: USP, mar. 1986. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3935267/mod\\_resource/content/1/Espa%C3%A7o%20social%20e%20poder%20simb%C3%B3lico.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3935267/mod_resource/content/1/Espa%C3%A7o%20social%20e%20poder%20simb%C3%B3lico.pdf)

BRANDÃO, F. S.; ET AL. Confiança e agregação de valor em carnes com indicação geográfica. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária, v. 64, n. 2, p. 458 - 464. Porto Alegre: 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1988. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Lei 9.279**, de 14.05.1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília – DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Bases para o plano nacional de desenvolvimento da rota do cordeiro** / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento Regional. – Brasília Ministério da Integração Nacional, 2017. 116 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Brasília: Biomas. Caatinga. 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei do senado nº 524 de 2015. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122641>. Acesso em: 08/09/2020.

BRAYNER, N.G. Patrimônio cultural imaterial: **para saber**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 32 p. disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/138/13767633911715480676.pdf>>.

BRUCH, K. L.; VIEIRA, A. C. P.; GASPAR, L. C. M.; C. F. DA SILVA; ARAÚJO, M. V. **Technical norms for Geographical Indications and their reflexes for the wine sector**. 40th World Congress of Vine and Wine. BIO Web of Conferences 9. 2017. Available in: [https://www.bio-conferences.org/articles/bioconf/pdf/2017/02/bioconf-oiw2017\\_03007.pdf](https://www.bio-conferences.org/articles/bioconf/pdf/2017/02/bioconf-oiw2017_03007.pdf).

BRUCH, K. L.; VITROLLES, D.; LOCATELLI, L. Capítulo 9, estudo de caso: ip vale dos vinhedos, ip Paraty e ip Vale do Submédio São Francisco. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio**: Módulo II, indicação geográfica; organização Luiz Otávio Pimentel – 4ª ed. – Florianópolis: FUNJAB, 2014. 415 p.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

CAPANEMA, L. M., et al. Avaliação de Impactos Multidimensionais de Indicações Geográficas: o caso do Vale dos Vinhedos, Rio Grande do Sul. **Revista de Economia Agrícola** - Volume 60, n.2, São Paulo: Secretária de Agricultura e Abastecimento, Instituto de Economia Agrícola, julho - dezembro 2013. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicar/rea2013-2/rea4.pdf>>. Acesso em: 03/01/2020 às 15:40.

CARVALHO, A. F. E. DE. **Reafirmar a Identidade Cultural Local**: Patrimônio Cultural Imaterial Local como Recurso. 2014. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária) –Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Lisboa – Portugal, 2014.

CERDAN, C. M. T; BRUCH, K. L; SILVA, A, L.; COPETTI, M.; FÁVERO, K. C.; LOCATELLI, L. Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários: **importância histórica e atual**. In: **PIMENTEL, L. O. (Org). Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 4ª Edição, 415 p. Florianópolis: FUNJAB, 2014.

CERETTA, C.; MELLO, C.I. DE; SANTOS, N.R.Z. DOS. O patrimônio cultural imaterial e desenvolvimento rural: implicações para a prática extensionista. *Revista rosa dos ventos – turismo e hospitalidade*. Vol. 8, n. 1. 2016. Brasil: Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/3262>

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONCEIÇÃO, V. S.; ROCHA, A. M. **Indicações Geográficas**: agregação de valor da renda de bilro de Saubara. *Cadernos de Prospecção*, Salvador: v. 12, n. 1, p. 219 – 230. 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/27251>. Acesso em: 03/01/2020 16:46.

COSTA, L. S. **Caprinos. História e mitologia**. Postado em 30 de maio de 2011. Disponível em: <https://stravaganzastravaganza.blogspot.com/2011/05/caprinos-historia-e-mitologia.html>. Acesso em: 15/01/2020.

COSTA, R. G. DA; RIBEIRO, N. L.; CAVALCANTE, I. T. R.; ROBERTO, F. F. DA S.; LIMA, P. R. DE. Carne de caprinos e ovinos do Nordeste: Diferenciação e agregação de valor. **Revista Científica de Produção Animal**, v. 21, n. 1, p. 25-33, 5 set. 2019.

CUNHA, E. DA. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf>

CUNHA, M. C. DA "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac & Naify, 2009 (2002), p. 311 - 373.

DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; SAKR, M. R.. Do marketing territorial ao branding de território: concepções teóricas, análises e perspectivas para o Planalto Norte Catarinense. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 4, p. 671-685, Dec. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122016000400671&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122016000400671&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08/09/2020.

DEMING, W. Dr. Deming: o americano que ensinou a qualidade total aos japoneses. Rio de Janeiro: Record. 1993.

DIAS, A. B.; CUNHA, A. L.; SILVA, A. O. DA; OLIVEIRA, I. F. de. Potencial de indicação geográfica do sisal na Bahia. **Cadernos de Prospecção**, Salvador: v. 8, n. 1, p. 174 – 171, jan-mar/2015. Disponível em: [https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/12284/pdf\\_91](https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/12284/pdf_91). Acesso em: 03/01/2020 15:16.

EYMARD-DUVERNAY, F. L'économie des conventions entre économie et sociologie: l'homme conventionalis calcule et parle. In: STEINER, Philippe; VATIN, François (Ed.). *Traité de sociologie économique*. Paris: PUF, 2009. p. 131-164.

FABRICANTE, J. R.; ET AL. Isso vai dar bode: efeitos da criação de caprinos e ovinos no semiárido. **Revista Ciência Hoje**, n. 331, v. 56. P. 40-44. São Paulo: novembro de 2015.

FALEIROS, Fabiana et al. USE OF VIRTUAL QUESTIONNAIRE AND DISSEMINATION AS A DATA COLLECTION STRATEGY IN SCIENTIFIC STUDIES. **Texto contexto - enferm**. Florianópolis, v. 25, n. 4, e3880014, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072016000400304&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072016000400304&lng=en&nrm=iso). Acesso em 31 out. 2020.

FONSECA, D. C. **Viabilidade econômica da criação de caprinos e ovinos nas áreas de fundo de pasto no município de Uauá – BA**. Dissertação de mestrado em extensão rural, Univasf. Juazeiro: 2019. Disponível em: [http://www.pgextensaorural.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado\\_Diego\\_Final.pdf](http://www.pgextensaorural.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado_Diego_Final.pdf)



FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARCEZ, A.N. Fundos de Pasto. Um projeto de vida sertanejo. Salvador: INTERBA, CAR, 1987, 107 p.

GERMANI, G.; OLIVEIRA, G. G. DE. (Coordenação). Mapeamento das Comunidades de Fundo e Fechos de Pasto no Estado da Bahia: relatório técnico. Salvador: UFBA/ GeografAR / Sepromi, 2020, 750 p.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ª Ed., 2002.

\_\_\_\_\_. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, A. M. N. Instituições e propriedade intelectual: uma abordagem interdisciplinar. **Revista lúmen**, v. 1, n.1, p. 147 - 164. São Paulo: jan. 2016.

GUIMARÃES FILHO, C. Certificação de indicação geográfica: **uma estratégia de inserção no mercado para produtos do semiárido**. Revista Bahia Agrícola, V. 9, n. 1, p. 42 – 49. Salvador: nov. 2011

GUIMARÃES FILHO, C. Manejo básico de caprinos e ovinos: guia do educador / Clovis Guimarães Filho; Josvaldo Rodrigues Ataíde Júnior. Brasília: SEBRAE, 2010. 136 p.

GUIMARÃES FILHO, C.; NOGUEIRA, D. M. O cabrito do vale do São Francisco: **valorizando o bioma caatinga**. Revista Bahia Agrícola, V. 7, n. 3, p. 31 – 38. Salvador: nov. 2006

GUIMARÃES FILHO, C.; SILVA, P. C. G. DA. Indicação Geográfica, uma certificação estratégica para produtos de origem animal da agricultura familiar no semiárido. **Revista Econômica NE**, Fortaleza, V.45, suplemento especial, p. 133-141, out./dez., 2014.

GURGEL, V. A. Aspectos jurídicos da indicação geográfica. P. 57 a 71. Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios / organizado por Vinícius Lages, Léa Lagares e Christiano Lima Braga. – Brasília: Sebrae, 2005.

HOLANDA FILHO, Z. F.; ET AL. **Boletim do Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos** [recurso eletrônico - n. 9, (out. 2019) – Dados eletrônicos. Pesquisa da pecuária municipal 2018: análise dos rebanhos caprinos e ovinos. Sobral, CE: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal**. Brasil, Grandes Regiões e as Unidades da Federação, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=resultados>. Acesso em: 27 jun. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE. Pesquisa Panorama Municipal.** Uauá, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/uaua/panorama>. Acesso em: 26 jan. 2020.TV

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE. Pesquisa Panorama Municipal.** Uauá, 2020. Censo Agropecuário: 2017 - resultados definitivos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/uaua/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 18 jul. 2020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE. Pesquisa Panorama Municipal.** Uauá, 2020. Censo Agropecuário: 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/uaua/pesquisa/24/76693?ano=2006>. Acesso em: 18 jul. 2020

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, Módulo III. **Curso Avançado Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas.** Academia INPI, WIPO Academy. Brasil: Curso DL 302 BR M3 (V2), 100 horas, realizado de 06 de maio a 17 de julho de 2020.

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, Módulo 5. Curso geral de propriedade intelectual à distância. Academia INPI, WIPO Academy. Brasil: Curso DL 101P BR, 75 horas, realizado de 06 de agosto a 04 de outubro de 2019.

INTRODUÇÃO A PROPRIEDADE INTELECTUAL, Módulo 2. Curso geral de propriedade intelectual à distância. Academia INPI, WIPO Academy. Brasil: Curso DL 101P BR, 75 horas, realizado de 06 de agosto a 04 de outubro de 2019.

IPHAN. Patrimônio imaterial. Brasília: 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 27 de set. 2020.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental** – a reapropriação da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Civilização brasileira, p. 133 – 157. Rio de Janeiro: 2006.

LEITE, E.R. Manejo alimentar de caprinos e ovinos em pastejo no nordeste do Brasil. **Ciência Animal**, v.12, p.119-128, 2002. Disponível em: <http://www.uece.br/cienciaanimal/dmdocuments/Artigo5.2002.2.pdf>. Acesso em 06, jun. 2020.

LIMA JUNIOR, J. C. (Coord). **MARKESTRAT / GPUBLIC – Programa de Inclusão Produtiva da Ovinocaprinocultura do semiárido da Bahia – Bioma Caatinga.** Ribeirão Preto: 2011, p.262. Relatório Final

LIMA, V. R.; BRAND, A. J. e MARINHO, M. História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. *História & Perspectivas*, v. 1, p. 363-388, 2008. Disponível em [https://www.academia.edu/4848267/História\\_Identidade\\_e\\_Desenvolvimento\\_Local\\_questões\\_e\\_conceitos?auto=download](https://www.academia.edu/4848267/História_Identidade_e_Desenvolvimento_Local_questões_e_conceitos?auto=download). Acesso em: 31 mai. 2020.

LOCATELLI, L. **Indicações geográficas:** a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Curitiba: Ed. Juruá, 338 p. 2008.

LOPES, A. T. N. Estudo da sustentabilidade e do manejo da ovinocaprinocultura na comunidade de fundo de pasto Curral Novo, Juazeiro – BA. Dissertação de mestrado em extensão rural, Univasf. Juazeiro: 2019.

LÓSSIO, R.A.R.; PEREIRA, C. DE M. **A importância da Valorização da Cultura Popular Para o Desenvolvimento Local**. In: III ENCONTRO DOS ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA., 2007, Salvador: UFBA, Faculdade de Comunicação, 2007.

LUCENA, C. C. DE; ET AL. **Boletim do Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos** [recurso eletrônico] - n. 3, (jul. 2018) – Dados eletrônicos. Produtos de origem caprina e ovina: mercado e potencialidades na região do semiárido brasileiro. Sobral: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2018.

MACIEL, M.E. Olhares antropológicos sobre a alimentação: **Identidade cultural e alimentação**. p. 49 – 55. In: CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p.

MAGALHÃES, K. A.; ET AL. **Boletim do Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos** [recurso eletrônico] - n. 6, (nov. 2018) – Dados eletrônicos. Análise de conjuntura do mercado de caprinos e ovinos: sinais, tendências e desafios. Sobral: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2018.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. Tradução José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget. 2001, v.17, 501 p.

MOYSES, G. L. R.; MOORI, R.G. **Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário**. XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO – A energia que move a produção: um diálogo sobre integração, projeto e sustentabilidade. Foz do Iguaçu: 09 a 11 de outubro de 2007. Disponível em: [http://abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007\\_TR660483\\_9457.pdf](http://abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR660483_9457.pdf). Acesso em: 30/10/2020.

MORAIS, L. P. DE. Comida, Identidade e Patrimônio: Articulações Possíveis. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 54, p.227-254, jan. /jun. 2011. Editora UFPR.

MORIN, E. Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar – participação de Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond. Ideias sustentáveis, 76 p. 2010.

NIEDERLE, P. A. **Indicação geográfica e processo de qualificação nos mercados agroalimentares**. p. 23 a 53. Org. Paulo André Niederle. Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados agroalimentares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 296 p. 2013.

O BERRO. Cordeiro paulista: **criadores investem em treinamento e manejo**. O Berro, n.63, p.65-67, mar., 2004.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

PAULA, J. S. DE. Celso Furtado e as grandes questões do subdesenvolvimento brasileiro. **X Encontro de economia baiana**. Salvador, set. 2014.

PEREIRA, M. E. B. de G.; LOURENZANI, A. E. B. S.; WATANABE, K. Indicações Geográficas como estratégia de desenvolvimento: o caso do Norte Pioneiro do Paraná. **Revista Interações**, v. 19, n. 3, p. 515-528, Campo Grande: jul.- set. 2018.  
PINHO, J.R.M. Rotas do São Francisco, do Paramirim a Serra Geral. Org. Erivaldo Fagundes Neves e Antonieta Miguel. Caminhos do sertão – **ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Ed. Arcadia, 268 p. Salvador: 2007.

PORTO, P. C. R. (2010). **As marcas de certificação e marcas coletivas como instrumento de inovação nas empresas nacionais**. Disponível em: <<http://nbb.com.br/pub/propriedade04.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. Brasiliense, ed. 43. São Paulo: 2012.

RAMOS, G. O.; MENEZES, M. V. **Vem Ver São João**: Cultura de Uauá – BA em foto e verso. Uauá. 2010: Gráfica e Editora D Victor. 2010, 79 p.

RIBEIRO, Jerônimo Rodrigues. **Uauá**: História e Memórias. Salvador: Edições lanamá. 1999, 149p.

SÁ, L. R. O. DE; LIMA, J. R. F. DE. Desafios ao funcionamento de uma indicação geográfica: o caso das uvas de mesa e mangas do vale do submédio do São Francisco. **Anais, SOBER Nordeste**. In: Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/soberne2018/117414-DESAFIOS-AO-FUNCIONAMENTO-DE-UMA-INDICACAO-GEOGRAFICA--O-CASO-DAS-UVAS-DE-MESA-E-MANGAS-DO-VALE-DO-SUBMEDIO-DO-SA>. Acesso em: 03/01/2020 14:58

SABOURIN, E., CARON, P., E SILVA, P. C. G. DA. (1999). O manejo dos Fundos de Pasto no nordeste baiano. *Raízes: Revista de ciências sociais e econômicas*, (20), 90-102. <https://doi.org/10.37370/raizes.1999.v.170>

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 152 p. 2008.

SANTANA, A. **Programa Raiando o Dia Título**: A origem do bode em Uauá. Revista O Berro, 2002. Rádio Luz do Sertão FM. Uauá, BA. 2013. Disponível em: <http://www.radioluzdosertaoofm.com.br/2013/07/historia-origem-do-bode-em-uauaadailton.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. Revista de sociologia da USP: **Tempo Social**. São Paulo: USP, 1994, v. 5, n. 1-2, p. 31-52,

1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84940>. Acesso em: 31 MAI. 2020.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: HICITEC, 1996.

SEBRAE. **Programa Bioma Caatinga**. Desenho da Cadeia Produtiva da Caprinocultura no Semiárido da Bahia. Ribeirão Preto: mar. 2011.

SILVA, D. L. DA. **Do Gesto ao Símbolo: a teoria de Henri Wallon sobre a formação simbólica**. *Educar*, Curitiba, n.30, p. 145-163.2007. Editora UFPR.

SILVA, S. B. DE M.; SILVA, B. C. N. Estudos sobre globalização, território e Bahia. Salvador: Mestrado em Geografia/UFBA, 2003.

SILVA S. P. **A Agricultura Familiar e suas Múltiplas Interações com o Território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Brasília: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Texto para Discussão – 2076. 46 p. Abril, 2015

SIQUEIRA FILHO, J. A. DE. A extinção do São Francisco. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte: n. 08, p. 92-101. 2015. Disponível em: <https://piseagrama.org/a-extincao-do-sao-francisco/>. Acessado em 22 de janeiro de 2020 às 10:41 h.

SOARES, C. O. IX Semana da caprinocultura e ovinocultura brasileiras. SECOP 2019. **Visão 2030 - O futuro da agricultura brasileira: oportunidades e desafios para a produção de pequenos ruminantes**. Sobral: Embrapa. 11 de set. 10:00 as 11 horas. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cim-inteligencia-e-mercado-de-caprinos-e-ovinos/ix-secob/apresentacoes>.

SOLER, J. As razões da Bíblia: regras alimentares hebraicas. Capítulo 4, p. 80 – 91. Flandrin, J.L. e Montanari, M. (Org.) **História da Alimentação**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira, Luciano Vieira Machado. 9ª ed. 888 p. São Paulo: Estação Liberdade, 2018.

SOUZA, K. DE; GOES, J. H. DE; LOCATELLI; L. **Marcas coletivas e indicações geográficas: similaridades e potenciais impactos no desenvolvimento**. In: VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto; ZILLI, Júlio Cesar; BRUCH, Kelly Lissandra (Org.). Propriedade intelectual, desenvolvimento e inovação: ambiente institucional e organizações. Criciúma: EDIUNESC, 2017. p. [339]-359. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5956>.

SOUZA, Nilo Ramos M. de. **Análise das adesões ao programa garantia safra no período de 2009 a 2019 no município de Uauá – BA**; Trabalho para nota parcial da Disciplina de Agricultura Familiar e Políticas Públicas do Curso de Mestrado da Pós-Graduação em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF. Juazeiro (BA), 2018.

TEIXEIRA, A. Qualidade da carcaça e carne. Tendências e preferências. Sociedade de ciências agrárias de Portugal. Portugal: **Revista de Ciências Agrárias**, n 40, ed. Especial, p. 345-352, 2017.

Tratados internacionais, **Módulo 8. Curso geral de propriedade intelectual à distância**. Academia INPI, WIPO Academy. Brasil: Curso DL 101P BR, 75 horas, realizado de 06 de agosto a 04 de outubro de 2019.

VARGAS JÚNIOR, F. M. DE; LEONARDO, A. P.; TEIXEIRA, A. J. C. **A Caprinocultura na América Latina: mercado e potencial futuro**. In: III REUNIÃO NACIONAL DE CAPRINOCULTURA, 2014, Portugal. **Livro de Atas**, Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 1ª Edição, 2014.

VIEIRA, A. C. P.; BUAINAIN, A. M. Aplicação da propriedade intelectual no agronegócio. Capítulo 1. In: PLAZA, C. M. C. de Á. et al. (Coord.). **Propriedade intelectual na agricultura**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 394 p. ISBN 978-85-7700-503-1.

VIEIRA, A.; LOURENZANI, A. **Evolução das indicações geográficas no brasil: desafios para agricultura familiar**. Revista DELOS Desarrollo Local Sostenible. Espanha: Universidad de Málaga y Red Académica Iberoamericana Local-Global. Vol. 12, n. 34. 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/335025744\\_EVOLUCAO\\_DAS\\_INDICACOES\\_GEOGRAFICAS\\_NO\\_BRASIL\\_desafios\\_para\\_agricultura\\_familiar](https://www.researchgate.net/publication/335025744_EVOLUCAO_DAS_INDICACOES_GEOGRAFICAS_NO_BRASIL_desafios_para_agricultura_familiar)

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. **Os mercados não vêm do “mercado”**. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 4. Apresentação...Porto Alegre: UFRGS, 2011.

XIMENES, L. J. F.; CUNHA, A. M. da. **Setor de peles e de couros de caprinos e de ovinos no Nordeste**. Informe Rural Etene, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 1 - 22, mar. 2012. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire\\_ano6\\_n1.pdf/5d0b4811-9fdb-4136-9a6a-3a344c0d3079](https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire_ano6_n1.pdf/5d0b4811-9fdb-4136-9a6a-3a344c0d3079). Acesso em: 29 out. 20.

**ANEXOS**

I – Roteiro de construção e aplicação do questionário online

II - Questionário online utilizado na pesquisa;

III - Produto: Tutorial

# Questionário online

Moyses e Moori (2007); Parasuraman (1991); Gil (2008); Faleiros (2016);



Tempo: 2 meses



# Pesquisa de Mestrado

Prezado (a) participante,

Convido - lhe a responder as questões apresentadas neste questionário para o projeto de pesquisa com o título IDENTIDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO: A PERSPECTIVA DA IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA A CAPRINO-OVINOCULTURA EM UAUÁ - BA.

Esta pesquisa é parte de produto a ser apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento (PPGExR), nível Mestrado Profissional, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Estando aprovado pelo Comitê de Ética (CEP) sob parecer de número 3.388.032 e o participante receberá em anexo o Termo de Consentimento Livre e Espontâneo (TCLE), que declara as condições éticas, riscos e benefícios desta pesquisa.

Esperamos que você responda na local mais confortável e adequado possível sem precisar se expor ao risco da COVID 19 e o tempo estimado é entre 20 a 40 minutos.

**\*Obrigatório**

## Identificação

1. Nome ou apelido

Este campo é opcional.

---

2. Idade

---

3. Sexo

*Marcar apenas uma oval.*

Masculino

Feminino

LGBTI+

Prefiro não opinar

4. Endereço

informar apenas a região ou município (por exemplo: Caldeirão da Serra)

---

5. Contato

Telefone (opcional)

---

6. Email

opcional

---

## 7. Formação

Marque todas que se aplicam.

- Não Alfabetizado
- Alfabetizado
- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Técnico
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutorado

## 8. De qual setor provém a maior parte de sua renda familiar? \*

Marcar apenas uma oval.

- Agropecuária
- Comércio
- Serviços
- Outro: \_\_\_\_\_

## Perfil do Entrevistado

## 9. Qual a sua relação com o setor produtivo da caprino-ovinocultura?

Se estiver em mais de uma, marque a principal

Marcar apenas uma oval.

- GRUPO 1 (loja de produtos agropecuários; casa de rações, outro.) *Pular para a pergunta 108*
- GRUPO 2 (Criador, pecuarista, agric. Familiar, outro) *Pular para a pergunta 10*
- GRUPO 3 (Comerciante de animais e intermédio a compra e venda de animais vivos e abatidos; processo cortes especiais) *Pular para a pergunta 88*
- GRUPO 4 (Ramo de pousadas, hotéis, restaurantes, box de alimentos ou barraca de feira.) *Pular para a pergunta 108*
- GRUPO 5 (Ambiente organizacional, dirigente de entidade, ATER, Consultor@, pesquisador@, outro@) *Pular para a pergunta 63*
- GRUPO 6 (Artistas, Governo do Estado externos, consumidores, outros) *Pular para a pergunta 131*

## GRUPO 2

Criador, pecuarista, Agricultor familiar; vaqueiro, outro

10. Você possui DAP?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Sim, mas precisa ser renovada
- Não sou agricultor familiar

11. De qual atividade provém a sua fonte de renda?

marque até 5 opções

*Marque todas que se aplicam.*

- Pecuária
- Agricultura
- Extrativismo
- Ajuda de familiares
- Bolsa Família
- Serviço público
- Pequeno Comércio
- Prestação de serviços temporários
- Emprego em empresa privada
- Aposentadoria

Outro:  \_\_\_\_\_

12. Qual a sua renda familiar?

*Marcar apenas uma oval.*

- Menor que 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- 2 a 3 salários
- 3 a 5 salários
- acima 5 salários
- Prefiro não responder

13. Qual o perfil das pessoas da sua família que trabalham com a atividade rural?

*Marcar apenas uma oval.*

- Apenas os homens
- Homens e Mulheres
- Homem, mulheres e jovens
- Apenas as mulheres
- Mulheres e jovens
- Apenas os Jovens

14. Você ou alguém da família recebe algum benefício governamental?

Tipo Bolsa Família ou Garantia Safra ou outros.

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

15. Se a resposta foi SIM para a questão anterior então cite qual:

Marque todas que se aplicam.

Bolsa Família

Auxílio Emergencial

Garantia Safra

Aposentadoria

Outro:  \_\_\_\_\_

16. Recebe ou recebeu quais outras políticas públicas?

considerar os últimos 24 meses

Marque todas que se aplicam.

Projeto de Cisternas

Pronaf

Minha Casa minha vida

Pró Semiárido

Bahia Produtiva

Não recebi

Outro

17. Você é filiado (a) a alguma entidade?

Marque todas que se aplicam.

STTR

SINTRAF

FAEB

Associação

Cooperativa

OUTRA

AUCCO

Não sou

Outro:  \_\_\_\_\_

18. Possui imóvel Rural

Marcar apenas uma oval.

Sim, é propriedade pois tem documento

Sim, é posse pois não possui documento

Não possui

19. Quantos imóveis rurais você possui em Uauá?

*Marcar apenas uma oval.*

- 1  
 2  
 mais de 2

20. Qual o tamanho aproximado do seu imóvel rural mais utilizado para o criatório de animais?

coloque o número em hectares

---

21. Em qual região do município de Uauá está o seu imóvel rural?

Marcar a opção com a região onde está o principal imóvel utilizado para o criatório.

*Marque todas que se aplicam.*

- Sede  
 Serra da Canabrava  
 Caldeirão da Serra  
 Caldeirãozinho  
 Curundundum  
 Caratacá  
 Lagoa do Pires  
 Caldeirão do Almeida  
 Sítio dos Loiolas  
 São Paulinho

Outro:  \_\_\_\_\_

22. Qual a distância da sede do município?

em km (quilômetros)

---

23. Você utiliza o FUNDO DE PASTO para os seu rebanho?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, sempre  
 Não  
 As vezes

24. Quais os tipos de vendas de produtos da sua atividade rural que foram realizados nos últimos 24 meses?

Marque até 05 opções

*Marque todas que se aplicam.*

- produtos da ovinocultura
- produtos da caprinocultura
- produtos da bovinocultura
- produtos da suinocultura
- produtos da avicultura
- produtos da equinocultura
- produtos apícolas
- Aluguel de pastos
- Venda de forragem
- Venda de lenha/carvão
- Venda de estacas/estacotes
- Venda de frutas nativas
- Venda de produtos agrícolas
- Aluguel de máquinas

Outro:  \_\_\_\_\_

25. Você possui quantas cabeças de CAPRINOS?

*Marcar apenas uma oval.*

- até 20 cabeças
- 20 a 40 cabeças
- 40 a 60 cabeças
- entre 60 a 100 cabeças
- acima de 100 cabeças

26. Você possui quantas matrizes CAPRINAS no rebanho?

*Marcar apenas uma oval.*

- até 20 cabeças
- 20 a 40 cabeças
- 40 a 60 cabeças
- entre 60 a 100 cabeças
- acima de 100 cabeças

27. Você possui quantas cabeças de OVINOS?

*Marcar apenas uma oval.*

- até 20 cabeças
- 20 a 40 cabeças
- 40 a 60 cabeças
- entre 60 a 100 cabeças
- acima de 100 cabeças

28. Você possui quantas matrizes OVINAS no rebanho?

*Marcar apenas uma oval.*

- até 20 cabeças
- 20 a 40 cabeças
- 40 a 60 cabeças
- entre 60 a 100 cabeças
- acima de 100 cabeças

29. No seu rebanho, de cada 10 matrizes, entre cabras e ovelhas que parem, quantas crias nascem?

*Marcar apenas uma oval.*

- até 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15

30. No seu rebanho, de cada 10 crias que nascem, quantas morrem antes de desmamar?

*Marcar apenas uma oval.*

- até 1
- 2
- 3
- 4
- mais de 5

31. Na sua opinião quais são as 2 principais doenças que afetam os seus rebanhos?

Por exemplo: mal do caroço, verminose, diarreia, piolho, outro.

---

32. Na sua opinião quais são as 2 principais doenças que afetam os seus pastos e a palma?

por exemplo: cochonilha, cigarrinha, lagarta, outra.

---

33. Se você possui alguma outra espécie animal descrita abaixo?

*Marque todas que se aplicam.*

- Bovinos de corte
- Bovinos de leite
- Suínos
- Galinhas
- Guínés
- Cavalos, Burros ou Jumentos
- Abelhas
- não possuo outros

34. Marque as máquinas e equipamentos que você possui na propriedade

*Marque todas que se aplicam.*

- Rede energia elétrica
- Carroça de pneus
- Placa de energia solar
- Conjunto gerador
- Cata-vento
- Motor-bomba captação d'água de poço
- Enfardadeira de feno
- Antena parabólica
- Sistema irrigação
- Máquina-forageira
- Ensiladeira
- Triturador de grãos
- Trator/micro-trator
- Roçadeira manual
- Plantadeira manual
- Pulverizador costal
- Balanças pesagem animais
- Pistola de vacinação
- Burdizzo
- Carro/pick-up
- Moto
- Computador

Outro:  \_\_\_\_\_

35. Como está o sinal de internet na propriedade?

*Marcar apenas uma oval.*

- não existe sinal
- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo



36. Quantos animais você vende por ano?

Entre animais vivos e abatidos.

*Marcar apenas uma oval.*

- Até 10
- 10 a 20
- 20 a 30
- mais de 30

37. Quantos animais você utiliza para auto consumo

*Marcar apenas uma oval.*

- Até 10
- 10 a 20
- 20 a 30
- mais de 30

38. Qual o peso vivo em Kg médio do animal que você vende?

Escreva o valor em número.

---

39. Qual a idade média em meses de vida do animal na época da venda?

Escreva o valor em número.

---

40. Quais os meses do ano que os animais são mais vendidos e menos vendidos?

marque até 04 meses para cada situação

*Marque todas que se aplicam.*

	Mais vendas (+) 	Menos vendas (-) 
Janeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fevereiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Março	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abril	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Junho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Julho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agosto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Setembro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outubro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Novembro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dezembro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

41. Qual o preço médio de venda do Kg dos animais vivos?

Valor médio dos últimos 24 meses

---

42. Qual o preço médio de venda do Kg dos animais abatidos?

Valor médio dos últimos 24 meses

---

43. Para onde vão os animais que você vende (cite até 04 locais)?

pode ser município ou estado.

---

---

---

---

---

44. Quantas peles caprinas e ovinas você vendeu?

---

45. Qual o valor médio da pele caprinas e ovinas?

Valor médio de uma pele em reais (R\$) dos últimos 24 meses

---

46. Quem foi o principal comprador das peles de seu rebanho?

Considerar os últimos 24 meses

*Marcar apenas uma oval.*

- Curtume
- Intermediário na Feira ou na comunidade
- Intermediário em comércio na cidade
- Não vendo peles
- Outro: \_\_\_\_\_

47. Quantos carrinhos aproximado de esterco de caprinos/ovinos você vende?

vendas por ano

---

48. Qual o valor médio do carrinho de esterco vendido?

Valor médio dos últimos 24 meses

---

49. Qual o destino mais comum que você faz do esterco de seu rebanho?

Marque até 03 opções que mais acontecem.

*Marque todas que se aplicam.*

- Uso na lavoura (roça)
- Uso no pasto
- Uso na palma
- Uso na horta
- Não utilizo
- Vendo
- Outro:  \_\_\_\_\_

50. Qual a rede social que você utiliza para ajudar na comercialização de seus animais?

*Marque todas que se aplicam.*

- Facebook
- Whatsaap
- Instagram
- Outro
- Não uso

51. Você faz algum tipo controle da sua atividade rural?

marque pelo menos 01 opção.

*Marque todas que se aplicam.*

- Controle zootecnico (nascimento dos animais, venda de animais, outros)
- Registro contábil (anotações de despesas e receitas)
- Não faço

Outro:  \_\_\_\_\_

52. Sobre os tipos de mãos-de-obra utilizados na propriedade informe a quantidade quando for o caso marque o tipo que utiliza com maior frequência?

selecione até 03

*Marque todas que se aplicam.*

- Familiar
- Externa e temporária
- Externa e permanente
- Agregados

53. Você recebeu capacitação técnica?

*Marque todas que se aplicam.*

- Sim
- Não

54. Qual ou quais foram os temas das capacitações que você recebeu nos últimos 24 meses?

Selecione até 12 opções, se for o caso

*Marque todas que se aplicam.*

- Associativismo
- Cooperativismo
- Produção de caprinos e ovinos
- Comercialização
- Agroecologia
- Agroindústria
- Políticas Públicas
- Gestão da propriedade rural
- Juventude e mulheres no meio rural
- Meio ambiente
- Pastagens e forragens
- Irrigação
- Apicultura / Meliponicultura

Outro:  \_\_\_\_\_

55. Qual a origem do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural nos últimos 24 meses?

*Marque todas que se aplicam.*

- Secretaria Municipal de Agricultura
- Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado
- SENAR
- IRPAA
- Empresa privada
- Profissional autônomo
- Próprio membro familiar que é técnico
- Não sei
- Não houve ou há este serviço

Outro:  \_\_\_\_\_

56. Como você avalia o serviço de Assistência Técnica que recebe ou recebeu?  
nos últimos 24 meses

*Marque todas que se aplicam.*

	Bom	Regular	Ruim	Não sei
Município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gov do Estado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SENAR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IRPAA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empresa privada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Profissional autônomo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Próprio membro familiar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não houve serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

57. Você o tipo de financiamento rural você recebeu para a caprino-ovinocultura?

Nos últimos 24 meses.

*Marque todas que se aplicam.*

- Investimento
- Custeio
- Investimento + Custeio
- Agroamigo
- Não preciso de crédito rural
- Não me disponibilizaram crédito rural
- Estou com uma proposta no banco

Outro:  \_\_\_\_\_

58. Qual agente financeiro lhe atendeu com o crédito rural nos últimos 24 meses?

Marque pelo menos 01 opção.

*Marque todas que se aplicam.*

- Banco do Brasil
- Banco do Nordeste do Brasil
- BB e BNB
- Outro
- Nenhum

59. Enfrenta atualmente problemas de inadimplência do crédito rural?

Opcional

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

60. Você realiza alguma ação de recuperação ambiental, tipo plantio de árvores, compostagem, separação e reciclagem do lixo?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, sempre
- Sim, as vezes
- não, nunca
- não sei

61. Como você considera a importância do Fundo de Pasto da sua comunidade ou o que você utiliza?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sem importância
- Importante
- Muito importante
- Não sei

62. Como você avalia a situação do Fundo de Pasto que seu rebanho pasteja?

marque até 02 opções mais atuais

*Marque todas que se aplicam.*

- Boa pastagem natural de caatinga
- Pastagem em situação regular, precisa de descanso
- Pastagem muito desmatada
- Pastagem com excesso de animais
- Não utilizo o Fundo de Pasto

Outro:  \_\_\_\_\_

*Pular para a pergunta 131*

**GRUPO 5 - Ambiente organizacional**

Representantes do Poder Público local e regional, dirigentes de entidade, membros de CMDs, ATER, Consultor@, pesquisador@, outro@

63. Qual a sua atividade no ambiente organizacional que se relaciona com a caprino-ovinocultura de Uauá?

Marcar até 3 opções se for o caso

*Marque todas que se aplicam.*

- Dirigente de associação
- Dirigente de sindicato
- Dirigente de cooperativa
- Agente público municipal (prefeito, secretário, técnico...)
- Técnico extensionista estadual
- Técnico extensionista de ONG
- Agente de fiscalização e inspeção sanitária estadual
- Agente de fiscalização e inspeção sanitária municipal
- Pesquisador de órgão federal com atuação na região
- Pesquisador de órgão estadual com atuação na região
- Agente de crédito rural do BNB
- Agente de crédito rural do BB
- Técnico do Sebrae
- Técnico do Senar
- Agente do segmento de distribuidor da cadeia (gerente ou dono de supermercados, açougues, restaurantes, etc.)
- Outro tipo com ação em um ou mais segmentos da cadeia (fornecedor e insumos, intermediário de peles e esterco, etc.)
- Dirigente de Conselho Municipal
- Vereador(a)

Outro:  \_\_\_\_\_

64. Considerando a sua atividade, que comentário você pode realizar a respeito da sua ação no município e com a caprino-ovinocultura local?

---

---

---

---

---

65. Qual a relevância socioeconômica da caprino-ovinocultura para o município de Uauá?

*Marcar apenas uma oval.*

- Alta
- Média
- Baixa
- Não sei

66. Qual a relevância da caprino-ovinocultura em relação a história do município de Uauá?

*Marcar apenas uma oval.*

- Alta
- Média
- Baixa
- Nenhuma
- Não sei

67. Qual é o impacto ambiental da caprino-ovinocultura em relação ao meio ambiente do município de Uauá?

*Marcar apenas uma oval.*

- Alto
- Médio
- Baixo
- Nenhum
- Não sei

68. Qual a relevância da caprino-ovinocultura para a a cultura do município de Uauá?

*Marcar apenas uma oval.*

- Possui forte identidade com fatores naturais e humanos, pois em Uauá é feita de forma diferente aos demais locais da região
- Não possui forte identidade, pois é igual em toda a região, são feitas as mesmas práticas
- Não sei

69. Comente se assim desejar sobre as 04 últimas questões, as quais trazem a relação da caprino-ovinocultura com as questões socioeconômicas, histórica, ambiental e cultural do município de Uauá.

Questão aberta para a opinião do entrevistado (se assim desejar)

---

---

---

---

---



70. Em relação a outras regiões na Bahia e no Nordeste, que produzem caprinos e ovinos, como você classificaria a qualidade do produto de Uauá

Marque todas que se aplicam.

	Bom	Regular	Ruim	Não sei
Carne	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Couro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Leite	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Genética	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

71. Você acha que a carne caprina e ovina tem sabor característico associado ao pasto natural?

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não  
 Não sei

72. Na sua opinião quais são os 05 principais fatores que dificultam a atividade?

marque até 5 opções que considera as mais graves

Marque todas que se aplicam.

- Limitado tamanho da propriedade  
 Propriedade muito pobre em solos, água ou vegetação  
 Escassez de forragens no período seco  
 Doenças causando alta mortalidade nos animais jovens  
 Baixo potencial genético dos animais  
 Falta/deficiência de assistência técnica  
 Difícil acesso ao crédito  
 Crédito rural muito caro e burocratizado  
 Baixo preço de venda dos produtos  
 Baixa qualidade dos produtos ofertados  
 Alto preço dos insumos  
 Baixo nível capacitação técnica do produtor  
 Processo de comercialização deficiente  
 Mercado limitado para os produtos  
 Roubos frequentes de animais  
 Desorganização dos criadores  
 Baixo nível de capacitação gerencial do produtor  
 Baixa qualificação da mão-de-obra  
 Baixa disponibilidade da mão-de-obra  
 Concorrência com outros produtos  
 Falta de apoio dos governos

Outro:  \_\_\_\_\_

73. Na sua opinião, quais seriam as principais medidas demandadas para consolidar a atividade?

Marque até 05 opções.

*Marque todas que se aplicam.*

- Programa de formação de reservas forrageiras para a seca
- Fortalecimento dos serviços de assistência técnica
- Melhoramento genético dos rebanhos
- Implantação de um programa inseminação artificial
- Capacitação técnica do produtor
- Capacitação gerencial do produtor
- Capacitação da mão-de-obra de apoio
- Melhoria nas condições de crédito e para seu acesso
- Organização dos produtores
- Articulação dos produtores com outros atores da cadeia
- Melhoria da eficiência no processo de comercialização
- Fim da condição de zona tampão (aftosa)
- Construção de abatedouro-frigorífico
- Controle do roubo de animais

Outro:  \_\_\_\_\_

74. Qual desses empreendimentos da cadeia da caprino-ovinocultura fazem falta em Uauá.

Marque até 02 prioritários se for o caso

*Marque todas que se aplicam.*

- Abatedouro
- Entrepasto frigorífico
- Curtume
- Indústria de confecção
- Não sei

Outro:  \_\_\_\_\_

75. O bode e o carneiro são animais simbólicos em Uauá e podem ser usados como uma marca que identifica o produto do município.

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez

76. A cabra é um animal simbólico em Uauá e pode ser usado também como uma marca que identifica os produtos lácteos como queijos e iogurtes.

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez

77. Que atividade produtiva você considera mais importante em Uauá

*Marcar apenas uma oval.*

- Caprino-ovinocultura
- Extrativismo de frutas nativas (umbu)
- Comércio
- Serviços
- Não sei
- Outro: \_\_\_\_\_

78. A cultura e a história de Uauá contribuem para a maior comercialização dos produtos.

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Às vezes
- Não sei

79. Como você avalia a participação dos governos, entidades e instituições em apoio a Caprino-ovinocultura em Uauá?

*Marque todas que se aplicam.*

	Não sei	Ruim	Regular	Bom
Prefeitura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SDR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ADAB	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EMBRAPA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AUCCO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CACHIU	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IRPAA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
COOPERCUC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
BB	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
BNB	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
UNIVASF	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
UNEB	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SENAR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SEBRAE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

80. Você conhece a realidade ambiental do município de Uauá?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 81*
- Não *Pular para a pergunta 131*
- Um pouco *Pular para a pergunta 81*

*Pular para a pergunta 81*

### Meio ambiente

81. Você considera a caprino-ovinocultura em Uauá como a principal degradadora da natureza (principalmente da flora)

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez

82. Como você avalia a situação dos recursos hídricos em Uauá (Rio, nascentes, águas de poços, barreiros, riachos,

*Marcar apenas uma oval.*

- Boa condição
- Condição média / regular
- Condição ruim
- Não sei

83. Você participa ou participou de algum trabalho de educação ambiental ?

Considerar os últimos 24 meses

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

84. Em relação a outros projetos de “desenvolvimento”, como eólicas, qual a sua opinião?

*Marcar apenas uma oval.*

- à favor
- Contra
- Não sei

85. Em relação a outros projetos de “desenvolvimento”, como mineradoras, qual a sua opinião?

*Marcar apenas uma oval.*

- à favor
- Contra
- Não sei

86. Na sua opinião a FAUNA (animais silvestres) de Uauá sofrem que grau de impacto ambiental por conta do criatórios dos animais?

*Marcar apenas uma oval.*

- Forte impacto ambiental
- Médio impacto ambiental
- Fraco impacto ambiental
- Não sofrem impacto, convivem bem
- O criatório de caprinos e ovinos não causa impactos
- Não sei

87. Na sua opinião como está a situação da caatinga (flora) de Uauá em relação ao meio ambiente?

*Marcar apenas uma oval.*

- sofre um forte impacto ambiental
- Sofre um médio impacto ambiental
- Sofre um fraco impacto ambiental
- Não sofrem impacto, convivem bem
- O criatório de caprinos e ovinos não causa impactos
- Não sei

*Pular para a pergunta 131*

**GRUPO 3 - Negociação de animais**

Comercialização e intermediação da compra e venda de animais vivos e abatidos; processamento de cortes especiais, outro)

88. Qual o produto que você mais trabalha?

*Marcar apenas uma oval.*

- Animais vivos p/abate
- Animais abatidos
- Queijos
- Animais para reprodução
- Peles
- Esterco

89. Você conhece as origens (local) de onde vem os animais ou produtos que você compra?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Às vezes

90. Qual a forma de compra mais realizada de animais?

*Marcar apenas uma oval.*

- Individualmente na propriedade  
 Ao produtor intermediário  
 Nas "feiras de bode"  
 Direto de associações ou cooperativas  
 Outro: \_\_\_\_\_

91. Qual o preço médio (R\$) que você pagou por kg de peso vivo de CAPRINOS?

referência os últimos 12 meses para animais de abate

*Marcar apenas uma oval.*

- menor que R\$ 8  
 R\$ 8 a R\$ 10  
 R\$ 10 a R\$ 12  
 R\$ 12 a R\$ 14  
 maior que R\$ 14

92. Qual o preço médio (R\$) que você pagou por kg de peso vivo de OVINOS?

referência os últimos 12 meses para animais de abater

\_\_\_\_\_

93. Como o mercado prefere os caprinos?

*Marcar apenas uma oval.*

- Machos  
 Machos castrados  
 Fêmeas  
 Ambos os sexos

94. Como o mercado prefere os ovinos?

*Marcar apenas uma oval.*

- Machos  
 Machos castrados  
 Fêmeas  
 Ambos os sexos

95. Qual a idade dos caprinos que você prefere?

*Marcar apenas uma oval.*

- Até 2 anos  
 Entre 1 e 2 anos  
 Até 1 ano  
 Sem preferência

96. Qual a idade dos ovinos que você prefere?

*Marcar apenas uma oval.*

- Até 2 anos  
 Entre 1 e 2 anos  
 Até 1 ano  
 Sem preferência

97. No caso de caprinos abatidos, qual o peso de carcaça que você prefere comprar?

*Marcar apenas uma oval.*

- menor que 15 kg  
 entre 15 kg e 20 kg  
 maior que 20 kg  
 sem preferência

98. No caso de ovinos abatidos, qual o peso de carcaça que você prefere comprar?

*Marcar apenas uma oval.*

- menor que 15 kg  
 entre 15 kg e 20 kg  
 maior que 20 kg  
 sem preferência

99. Como você prefere a quantidade de gordura na carcaça no caso de ovinos?

*Marcar apenas uma oval.*

- muita  
 média  
 pouco  
 sem preferência

100. 28) Qual a raça de caprino, abatido, que você prefere?

citar somente a raça.

---

---

---

---

101. 28) Qual a raça de ovino, abatido, que você prefere?

citar somente a raça

---

102. Quais os meses que você mais compra caprinos e ovinos em Uauá?

marque até 04 meses

*Marque todas que se aplicam.*

- Jan  
 Fev  
 Mar  
 Abr  
 Mai  
 Jun  
 Jul  
 Ago  
 Set  
 Out  
 Nov  
 Dez

103. Qual a maioria dos destinos da venda dos CAPRINOS?

Cite até 06 locais mais frequentes.

---

---

---

---

---



104. Qual a maioria dos destinos da venda dos OVINOS?

Cite até 06 locais mais frequentes.

---

---

---

---

---

---

105. Quais os clientes mais frequentes?

*Marque todas que se aplicam.*

- Domicílios
- Frigoríficos
- Restaurantes e hotéis
- Açougues
- Box, feireiros e mercados públicos
- Compradores institucionais
- Outros intermediários
- Não sei dizer

106. Da opção ou opções marcadas na resposta anterior, qual o cliente que mais se destaca?

*Marque todas que se aplicam.*

- Domicílios
- Frigoríficos
- Restaurantes, hotéis e Pousadas
- Açougues
- Box, feireiros e mercados públicos
- Compradores institucionais
- Outros intermediários
- Não sei dizer

107. Você fornece para compradores que fazem cortes especiais.

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Às vezes

*Pular para a pergunta 131*

Comerciante

108. Qual o seu tipo de estabelecimento comercial?

*Marcar apenas uma oval.*

- Restaurante / Box / Feireiros *Pular para a pergunta 110*
- Pousada / Hotel (serviço de restaurante) *Pular para a pergunta 110*
- Açougue *Pular para a pergunta 131*
- Casa de Carne *Pular para a pergunta 131*
- Loja de produtos agropecuários *Pular para a pergunta 127*
- Outro *Pular para a pergunta 131*

109. Há quanto tempo você está neste ramo comercial?

Em anos.

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 1
- 1 a 2
- 2 a 5
- 5 a 10
- mais de 10

#### GRUPO 4 - Segmento alimentação

Ramo de pousadas, hotéis, restaurantes, box de alimentos ou barraca de feira

110. Aonde você compra seus produtos da caprino-ovinocultura

nos últimos 24 meses

*Marcar apenas uma oval.*

- Direto no criador
- Rebanho próprio
- Intermediário
- Açougue
- Supermercado
- Outro

111. No caso dos animais abatidos utilizados em seu negócio serem seus, o que você faz com as vísceras com maior frequência?

*Marcar apenas uma oval.*

- Vendo no cardápio
- Vendo por fora
- Faço doação
- Consumo
- Jogo fora
- Outro: \_\_\_\_\_

112. Quantos clientes você chega a atender por semana com refeições que tenham carne caprina ou ovina?  
nos últimos 24 meses

*Marcar apenas uma oval.*

- Até 15
- 15 a 30
- 30 a 50
- mais de 50

113. Quantos mantas de caprinos e ovinos você chega a utilizar por semana para preparar as refeições?  
nos últimos 24 meses e manta refere-se a carne retalhada.

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	Caprino	Ovino
Até 05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
de 05 a 10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
de 10 a 15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
acima de 15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

114. Qual a preferência de seus clientes em relação gordura?

*Marque todas que se aplicam.*

	Caprino	Ovino
Gordo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Meio gordo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Magro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tanto faz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

115. Qual a preferência de seus clientes em relação idade do animal?

Idade do animal em anos

*Marque todas que se aplicam.*

	Caprino	Ovino
Até 01 ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De 01 a 02 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tanto faz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

116. Qual a preferência de seus clientes em relação ao sexo do animal?

Idade do animal em anos

*Marque todas que se aplicam.*

	Caprino	Ovino
Macho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Macho capado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jovens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fêmeas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tanto faz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

117. Você também fornece diretamente para o consumidor final em domicílio?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 às vezes

118. Você vende carne caprina e ovina em outro local?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 as vezes

119. Você Vende outro tipo de carne?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 as vezes

120. Qual o tipo de outra carne você vende?

*Marcar apenas uma oval.*

- Bovina  
 Suína  
 Aves  
 Peixe  
 Caça  
 Não vendo

121. Quais os meses com as maiores vendas e com as menores vendas de animais?  
destaque pelo menos 03 em cada coluna

*Marque todas que se aplicam.*

	Maior Venda	Menor Venda
Janeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fevereiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Março	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abri	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Maio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Junho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Julho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agosto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Setembro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outubro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Novembro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dezembro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

122. Qual o preço médio que você compra um animal abatido?  
em reais (R\$), colocar apenas o valor.

---

123. Quais as formas mais comuns de pagamentos que você faz e que você recebe em relação aos produtos da caprino-ovinocultura?

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	que eu recebo	que eu faço
Dinheiro a vista	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cartão de débito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cartão de crédito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cheque a vista	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cheque a prazo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em nota (fiado)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

124. Você emite com frequência a nota fiscal?

Em relação as vendas que levam carne caprina ou ovina.

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 as vezes

125. A vigilância sanitária do município é atuante?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Não sei

126. Em seu caso você acredita que há lucro na venda de carne caprina ou ovina?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Talvez

*Pular para a pergunta 131*

GRUPO 1 - Segmento lojistas

loja de produtos agropecuários; casa de rações, outro.

127. Marque os tipos de produtos e serviços você comercializa?

Marcar até 10 opções.

*Marque todas que se aplicam.*

- Rações  
 Sementes  
 Adubos  
 Defensivos agrícola  
 Vacina e medicamentos veterinários  
 Produtos e equipamentos de selaria  
 Serviço de Banho, tosa  
 Serviço de vacinação  
 Ferramentas  
 Implementos  
 Máquinas agrícolas  
 Artigos esportivos de caça e pesca  
 Serviço de Assistência Técnica Rural

128. Você dispõe de profissional técnico para atendimento na loja?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 às vezes

129. Quantos clientes você chega a atender por semana (nos últimos 24 meses)?

*Marcar apenas uma oval.*

- até 30  
 entre 30 a 50  
 acima de 50

130. A maioria dos clientes são formados por caprino-ovinocultores?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 É igual  
 Não sei

*Pular para a pergunta 131*

**GRUPO 6 - Capital do Bode?**

Artistas, consumidores, outros

131. Na sua opinião UAUÁ é a capital do bode?

*Marcar apenas uma oval.*

- 1    2    3    4    5
- 
- Sim, com certeza      Não, nunca

132. Porque Uauá É ou NÃO É a capital do bode?

Comente se desejar.

---

---

---

---

---

133. Você já ouviu falar em Indicação Geográfica ou Indicação de Procedência ou Denominação de Origem?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

134. Como você considera que produtos caprinos e ovinos recebam uma certificação que contribuam para uma maior inserção no mercado?

marque conforme em escala de importância

*Marcar apenas uma oval.*

1    2    3    4    5

Importante      Não é importante

135. Como você avalia a qualidade do produto (caprino e ovino) de Uauá?

*Marcar apenas uma oval.*

1    2    3    4    5

Insatisfeito      muito satisfeito



136. Na sua opinião quais são os 05 principais fatores que dificultam a atividade da caprino-ovinocultura em Uauá?  
marque até 5 opções que considera as mais graves

*Marque todas que se aplicam.*

- Limitado tamanho da propriedade
- Propriedade muito pobre em solos, água ou vegetação
- Escassez de forragens no período seco
- Doenças causando alta mortalidade nos animais jovens
- Baixo potencial genético dos animais
- Falta/deficiência de assistência técnica
- Difícil acesso ao crédito
- Crédito rural muito caro e burocratizado
- Baixo preço de venda dos produtos
- Baixa qualidade dos produtos ofertados
- Alto preço dos insumos
- Baixo nível capacitação técnica do produtor
- Processo de comercialização deficiente
- Mercado limitado para os produtos
- Roubo frequentes de animais
- Desorganização dos criadores
- Baixo nível de capacitação gerencial do produtor
- Baixa qualificação da mão-de-obra
- Baixa disponibilidade da mão-de-obra
- Concorrência com outros produtos
- Falta de apoio dos governos
- Falta da regularização fundiária

Outro:  \_\_\_\_\_

137. Na sua opinião quais setores da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura poderiam ajudar de maneira mais eficaz a atividade em Uauá?

Marcar até 06 opções

*Marque todas que se aplicam.*

- Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado
- Serviços de Pesquisa da Embrapa
- Fomento de projetos de estruturantes da cadeia produtiva pelo Governo Federal e Estadual
- Parceria com Frigoríficos e açougues
- Universidade com os projetos de Extensão
- Atuação mais efetiva do município
- Liberação de crédito rural pelos Bancos
- Capacitação fornecida pelo SENAR
- Projetos de infraestrutura hídrica feito pela Codevasf
- Não acredito nesses parceiros
- Maior atuação do Governo Municipal
- Maior atuação dos empresários de Uauá
- Maior organização dos criadores e agricultores familiares.

Outro:  \_\_\_\_\_

138. O que você sugere para melhorar a qualidade do caprino e ovino de Uauá?

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

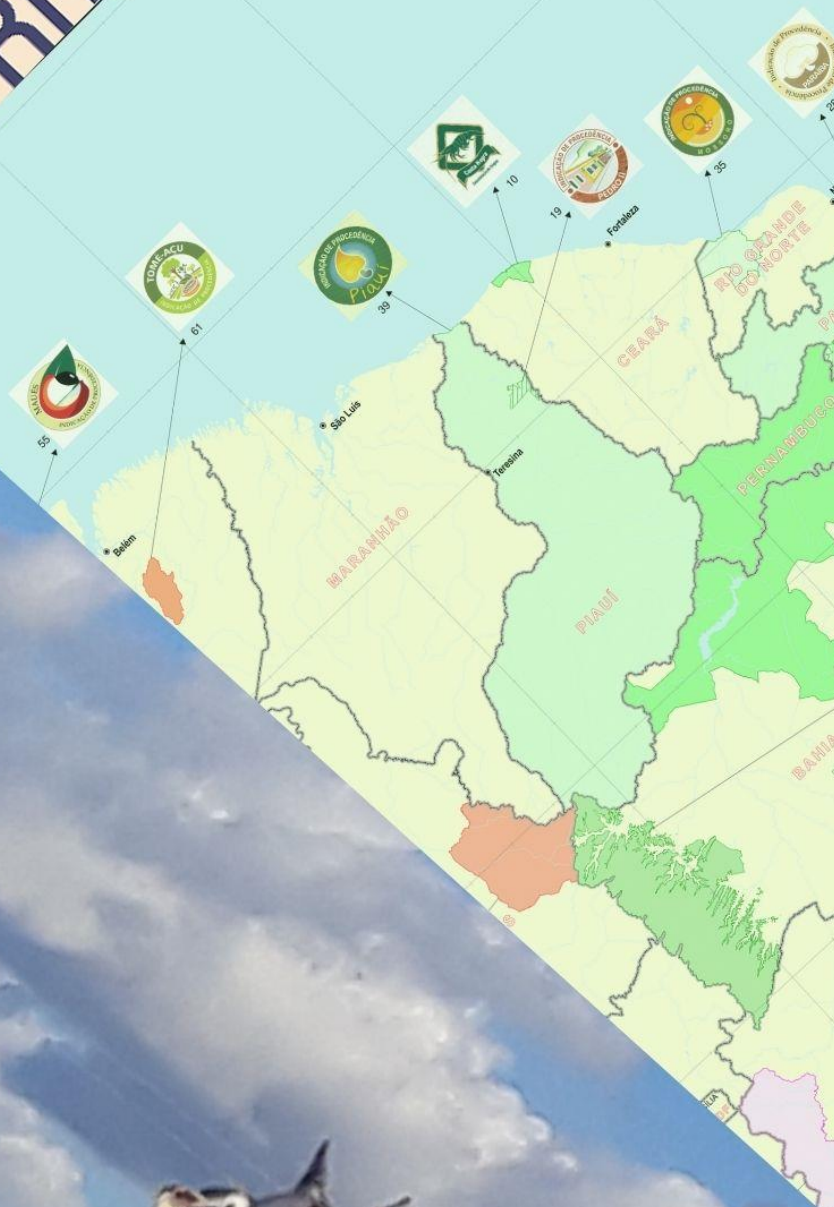
# Orientações básicas para acesso ao registro de Indicação Geográfica

2020

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO  
**EXTENSÃO RURAL**

**UNIVASF**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

**MAPA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS 2019**





Dados Internacionais de Catalogação - CIP

S729p Souza, Nilo Ramos Moreira de  
Orientações básicas para acesso ao registro de Indicação Geográfica / Nilo Ramos Moreira de Souza. – Juazeiro - BA, 2020.  
vi, 19 f. : il. ; 29,7 cm.

Tutorial. Produto final de Mestrado (Extensão Rural) Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Campus – Juazeiro - BA, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Maurício Cavalcante Salviano.

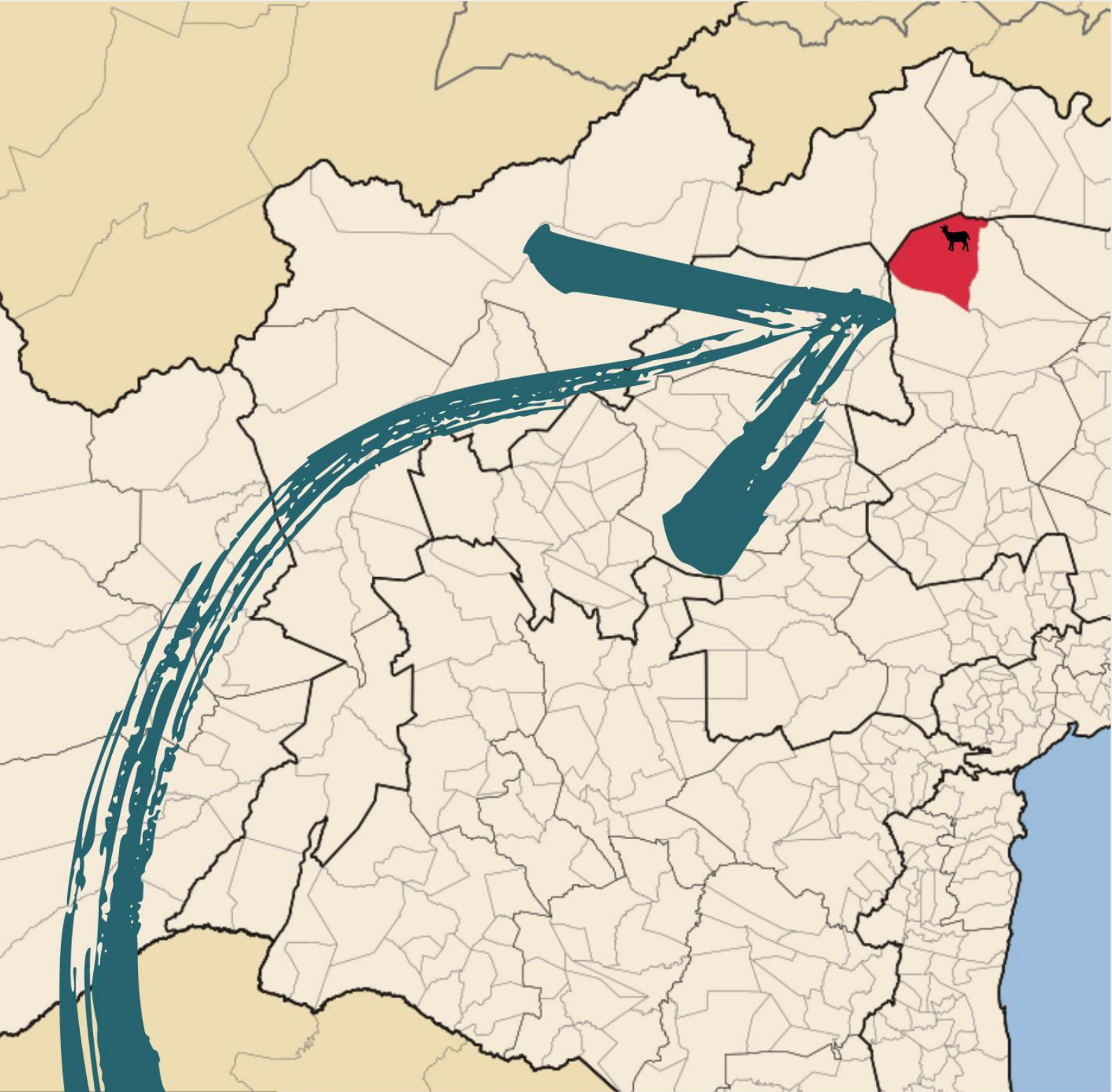
Inclui referências.

1. Geografia agrícola - manuais, guias. 2. Indicação geográfica - tutorial. 3. Caprino-ovinocultura. 4. Identidade cultural. 5. Uauá - município BA. I. Título. II. Salviano, Luiz Maurício Cavalcante. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 630.9

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UNIVASF.  
Bibliotecária: Louise Machado Freire Dias CRB – 4/2267.





**Decimal** [9 ° 50 ' 31 " S , 39 ° 28 ' 55 " W](#)

**DMS** [-9,841944 , -39,481944](#)

**Geo URI** [geo: -9.841944, -39.481944](#)

**UTM** [24L 447155 8912025](#)

[Mais formatos ...](#)

**Tipo** cidade

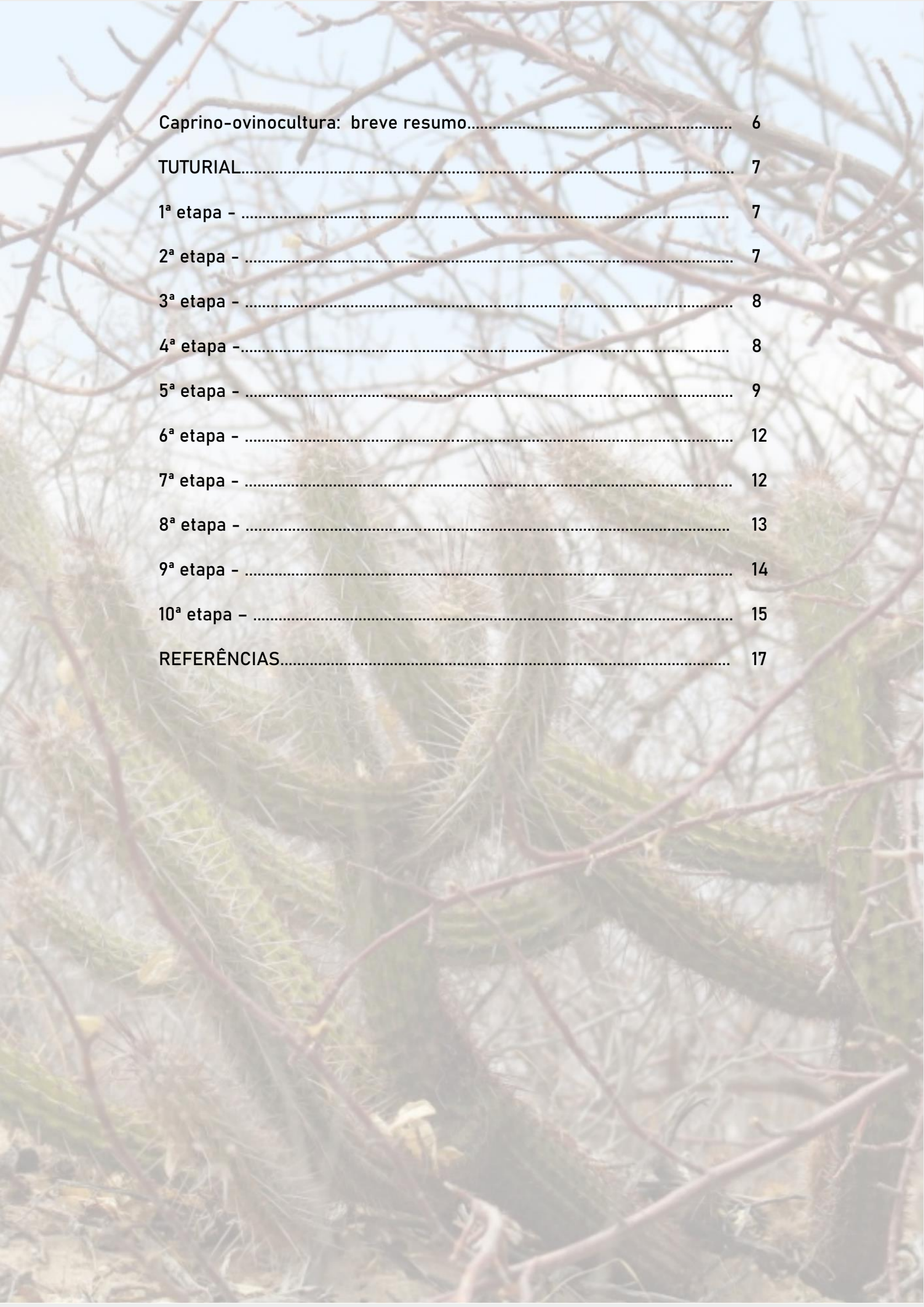
**Região**

BR

**Artigo** [Uauá](#)

( [editar](#) | [reportar imprecisões](#) )





Caprino-ovinocultura: breve resumo.....	6
TUTORIAL.....	7
1ª etapa - .....	7
2ª etapa - .....	7
3ª etapa - .....	8
4ª etapa - .....	8
5ª etapa - .....	9
6ª etapa - .....	12
7ª etapa - .....	12
8ª etapa - .....	13
9ª etapa - .....	14
10ª etapa - .....	15
REFERÊNCIAS.....	17



## APRESENTAÇÃO

Quando um produto agroalimentar chega ao ponto de se destacar dos demais produtos agroalimentares similares, dentro um mesmo espaço geográfico, é nesse momento que algumas associações de agricultores apoiadas por uma rede de parceiros, decidem realizar um registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), conforme a Lei nº 9.279/96, e da Instrução Normativa nº 95/2018, requerendo o reconhecimento da Propriedade Intelectual, e assim possibilitando um signo distintivo por meio de uma Indicação Geográfica (IG), que no Brasil pode ser de duas formas, a Denominação de Origem (DO) ou a Indicação de Procedência.

O caminho a ser trilhado para acessar uma Indicação Geográfica leva tempo, recursos financeiros, capital (cultural, econômico e social), qualificação técnica e profissional. Não é um caminho fácil ou curto, mas é possível. No Território do Sertão do São Francisco, numa área que abrange os Estados da Bahia e Pernambuco, esse feito já foi alcançado para as frutas (Uva e Manga) do Vale do São Francisco, e considerando a forte e singular representação dos rebanhos de caprinos e ovinos, essa é uma opção já identificada.

Este material, é o produto resultado do projeto de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da UNIVASF, sob o título **a indicação geográfica como estratégia de desenvolvimento da caprino-ovinocultura em Uauá - BA** e tem por **objetivo** oportunizar a disponibilização de um roteiro em formato de tutorial, para que as instituições, entidades, extensionistas rurais, poder público e agentes de desenvolvimento, além das pessoas interessadas no processo de Indicação Geográfica possam ter uma orientação básica inicial sobre a navegação no site do INPI.

As Associações e Cooperativas de agricultores familiares e tantas outras instituições que atuam no setor, em geral não possuem profissionais com formações específicas em Direito (da propriedade intelectual) ou Tecnologia de Informação (TI), logo esse desconhecimento dos processos e ritos burocráticos via on-line para a obtenção de licenças, certidões e documentos diversos acabam tornando-se um penoso desafio. Então, aqui buscamos introduzir o usuário no procedimento administrativo online.

Desejamos uma boa leitura.



## Caprino-ovinocultura: breve resumo

A domesticação dos caprinos tem cerca de 9.500 anos e os ovinos tem cerca de 9.000, já outro ruminante conhecido na pecuária, os bovinos tem cerca de 8.400 anos (MAZOYER / ROUDART apud A. GAUTINER, 2001). Este animal foi um dos primeiros ruminantes a ser criado pelo homem para fornecer carne, leite e lã, especialmente nas regiões áridas e de topografia irregular (COSTA, 2011).

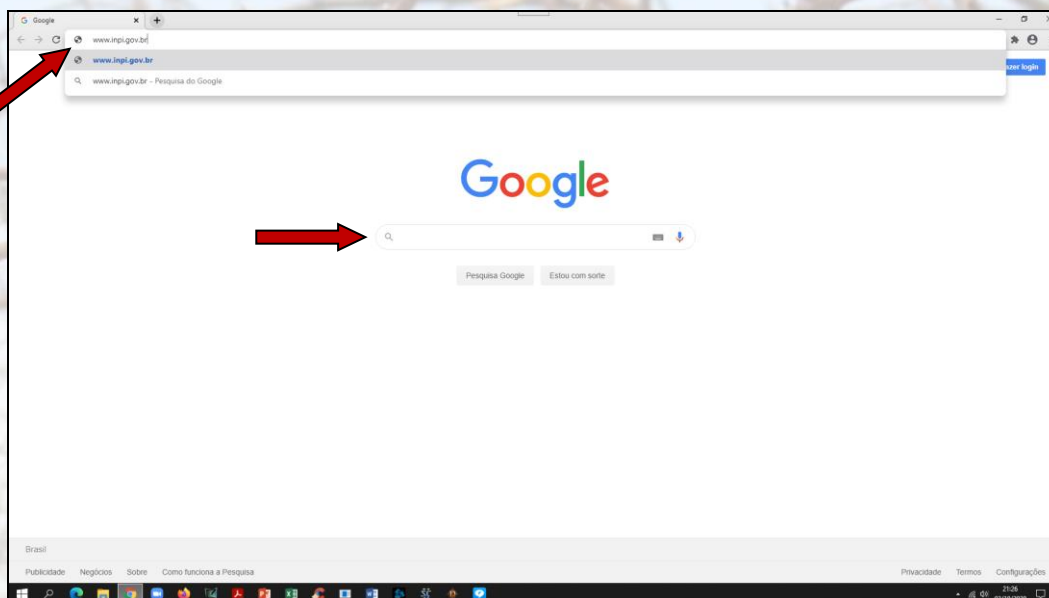
No Brasil, temos cerca de 29,6 milhões de cabeças entre caprinos e ovinos onde 22,6 milhões estão na região nordeste do país e destes, 7,4 milhões estão no estado da Bahia, com 3,1 milhões de cabeça no Território de Identidade do Sertão do São Francisco (IBGE, 2018). Em Uauá é a principal atividade produtiva do município, participando em 27% do PIB municipal (SEBRAE/BIOMA CAATINGA, 2011).

Os aspectos históricos, econômicos, culturais e sociais que envolvem a atividade sugerem a possibilidade de uma indicação geográfica ou até uma marca coletiva junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, mas é preciso conhecer o passo a passo, pois é um procedimento técnico e processual.

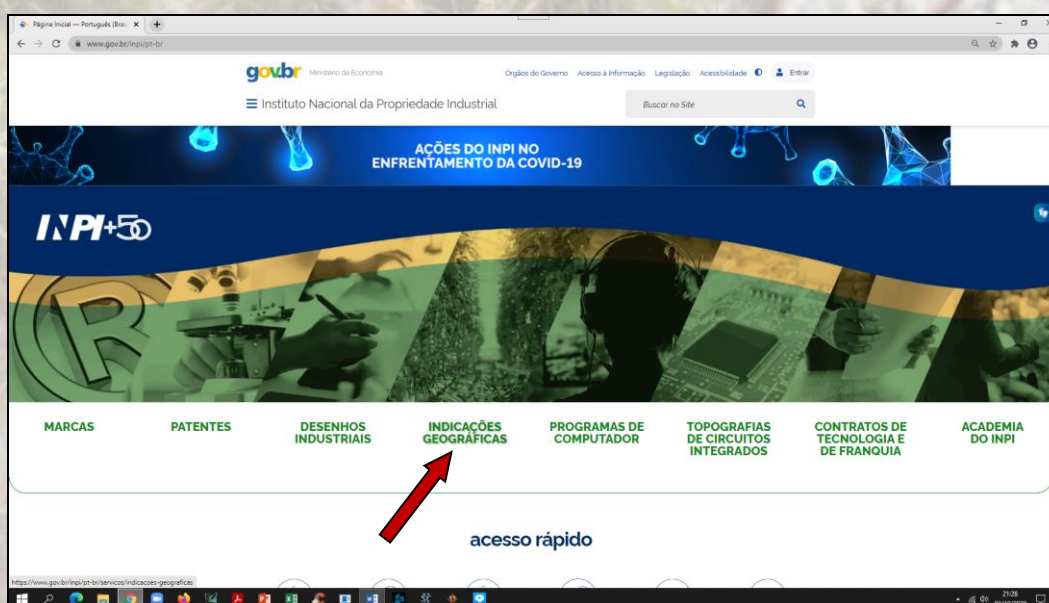


## TUTORIAL

1ª etapa – você vai digitar o endereço [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br) e clicar em enter ou você pode digitar **INPI** no campo de busca do Google.

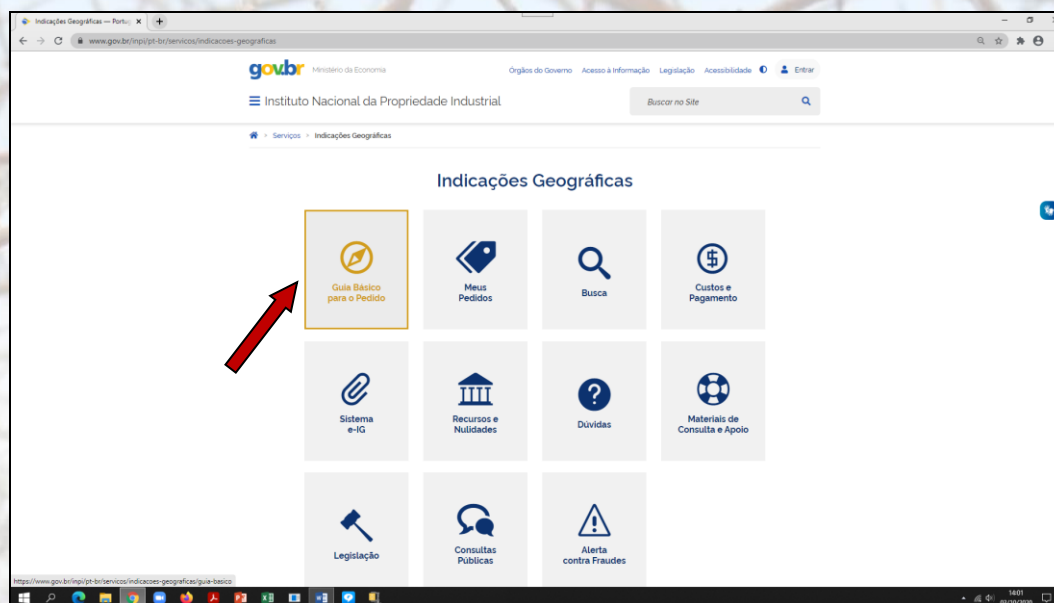


2ª etapa – após abri a página do INPI você vai clicar com o cursor do mouse na opção **INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS**;



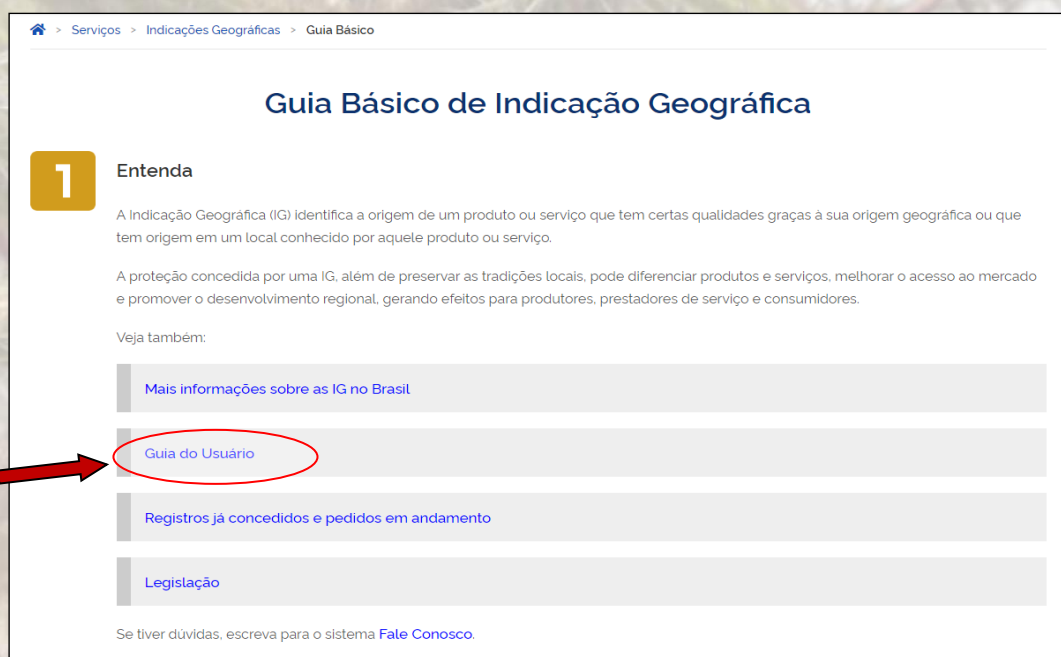
3ª etapa – “muito importante” é começar conhecendo o Guia básico para o pedido, então click nele.

**Atenção:** O Guia Básico de Indicação Geográfica é formado por 5 pontos, na seguinte ordem: 1º - ENTENDA, 2º - Prepare a documentação; 3º - Pague a GRU; 4º - Inicie o pedido, e o 5º - Acompanhe.



4ª etapa: No item 1 (Entenda) é muito importante conhecer o Guia do Usuário, então click nele!

**Atenção:** Esse item 1 também disponibiliza outros documentos importantes como a Legislação. Se você não conhece ou conhece, pouco, recomendamos que inclua na leitura.





5ª etapa: Depois de clicar no usuário, irá abrir um arquivo de texto, em formato *.pdf*, e que mostra em **8 passos** todo o procedimento de forma detalhada.

**Atenção:** A leitura desse guia é **FUNDAMENTAL** para quem deseja conhecer detalhadamente todo o procedimento.

## **GUIA DO USUÁRIO**

### **MÓDULO DE INDICAÇÕES**

### **GEOGRÁFICAS DO**

### **PETICIONAMENTO ELETRÔNICO**

### **DO INPI**

---

*Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas  
Coordenação de Gestão Documental e Exame Formal  
Divisão de Apoio de Desenhos Industriais e Indicações Geográficas  
Coordenação Geral de Marcas, Indicações Geográficas e Desenhos Industriais  
Divisão de Exame Técnico X*

> A seguir colocamos algumas das informações importantes em cada um dos 8 passos, citadas no Guia do Usuário pelo INPI.

Guia do Usuário - Módulo de Indicações Geográficas do Peticionamento Eletrônico do INPI

5

### 1- PRIMEIRO PASSO: CONSULTA AO MANUAL DO USUÁRIO E À LEI DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Você deve realizar uma leitura atenta ao Guia do Usuário para que possa conhecer os procedimentos e prazos para os pedidos de IG ou acompanhamento de pedidos já existentes;

Guia do Usuário - Módulo de Indicações Geográficas do Peticionamento Eletrônico do INPI

6

### 2- SEGUNDO PASSO: CADASTRO NO SISTEMA E-INPI

Você vai realizar o seu cadastro no INPI e receberá um **Login** e **senha** e atenção, a senha é de uso pessoal e intransferível e faça o preenchimento com cuidado, observando todas as informações para que possa ser completo e com as informações corretas; E lembre-se sempre de atualizar o cadastro quando necessário;

Guia do Usuário - Módulo de Indicações Geográficas do Peticionamento Eletrônico do INPI

10

### 3- TERCEIRO PASSO: CONSULTA À TABELA DE RETRIBUIÇÕES DA DIRETORIA DE MARCAS, DESENHOS INDUSTRIAIS E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (DIRMA)

Antes de gerar a Guia de Recolhimento da União (GRU), você deve consultar a Tabela de Retribuições e busque ter certeza do serviço que deseja protocolar e o seu valor. Você observará que para algumas situações existem descontos.

Guia do Usuário - Módulo de Indicações Geográficas do Peticionamento Eletrônico do INPI

11

### 4- QUARTO PASSO: EMISSÃO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO (GRU)

Este é um passo muito importante, pois sem essa GRU devidamente preenchida.

**Muita atenção**, pois, para outro serviço ou a repetição do anterior, uma nova GRU deve ser emitida e caso você tenha se enganado na escolha do serviço, então vai ter que gerar nova GRU e se tiver pago e não acessado o serviço, então a restituição deverá ser solicitada por meio de formulário específico, com código 801.

Guia do Usuário - Módulo de Indicações Geográficas do Peticionamento Eletrônico do INPI

15

### 5- QUINTO PASSO: PAGAMENTO DA RETRIBUIÇÃO

A GRU deve ser paga, antes do envio do formulário eletrônico;

A data de vencimento da GRU não possui relação com prazos administrativos;

Lembre-se de guardar os comprovantes de pagamentos, pois você poderá precisar.



## 6- SEXTO PASSO: ACESSO E PREENCHIMENTO DOS FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS DE PEDIDOS E PETIÇÕES DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (E-IG)

Agora que você pagou a GRU, irá acessar o sistema *e-IG* com o mesmo Login e senha do e-INPI; Em seguida você irá acessar o formulário eletrônico e fará seu Peticionamento. Atenção: cada petição dirá respeito a apenas um tipo de serviço, portanto, não é possível juntar várias solicitações e de diferentes tipos em um mesmo formulário.

## 7- SÉTIMO PASSO: ENVIAR O FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE PEDIDO DE REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA OU PETIÇÃO

Este é um momento importante, então confira os dados preenchidos e em seguida enviar o pedido de registro de IG ou uma petição. Atenção: Depositar um pedido de IG não significa dizer que o mesmo será registrado. Isso ocorrerá depois de rigoroso exame.

## 8- OITAVO PASSO: ACOMPANHAR O REGISTRO OU O PEDIDO DE REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Você pode acompanhar o pedido de registro de IG na Revista da Propriedade Industrial que tem uma nova edição toda semana, e em caso de dúvidas usar o Fale conosco.




Agora que você já conhece o Guia do Usuário, então clica em voltar para a página com as próximas etapas:

**2** Prepare a documentação

Para fazer um pedido de registro de IG, é necessário cumprir certos requisitos. Esses requisitos variam dependendo da pessoa que faz o pedido e do tipo de IG que é pedida.

A IG pode ser uma "indicação de procedência" (IP) ou uma "denominação de origem" (DO).

 [Confira os documentos necessários.](#)

Acesse também [os Cadernos de Especificações Técnicas](#) das indicações geográficas já registradas no INPI.

6ª etapa: você prepara a documentação cuidado com documentos mal digitalizados ou faltando páginas. CONFIRA;

Importante: Se quiser consultar algum modelo de Caderno de Especificações Técnicas é só clicar no item acima e lá aparecerá várias opções organizadas por região do país;

**3** Pague a GRU

[Confira os custos dos serviços.](#)

Para o pagamento de taxas é necessário:

- Fazer o cadastro no e-INPI; e
- Emitir e pagar a Guia de Recolhimento da União (GRU) - guarde o número da GRU criada, pois será necessário utilizá-lo na próxima etapa.

7ª etapa: primeiro, você confere os custos, segundo você faz o cadastro no e-INPI e terceiro você emite e paga a GRU.

Como você já conhece o Guia do Usuário, já sabe os cuidados que deve ter para evitar o retrabalho;

4

#### Inicie o pedido

Agora que você preparou a documentação e pagou a GRU, inicie o seu [pedido eletrônico](#).

**Atenção!** Não é mais possível fazer o pedido de IG em papel. Os serviços referentes a IG só podem ser solicitados eletronicamente (Resolução INPI PR n.º 233, de 18 de janeiro de 2019).

**8ª etapa: você vai clicar em pedido eletrônico e irá aparecer a tela do formulário do PETICIONAMENTO ELETRÔNICO, conforme figura abaixo.**

The screenshot shows a web browser window displaying the INPI Petitioning Electronic Form (PETICIONAMENTO ELETRÔNICO) login page. The page features a central login form with the following elements:

- Header: "PETICIONAMENTO ELETRÔNICO" with navigation links for "Participe", "Serviços", "Legislação", and "Canais".
- Form Title: "Formulário de login".
- Input Fields: "Login" and "Senha".
- Buttons: "Acessar >>" and "Cadastre-se aqui".
- Link: "Esqueceu Usuário/Senha? clique aqui".
- Footer: INPI logo and contact information: "Rua São Bento, 1 - CEP: 20090-010 | Rua Mayrink Veiga, 9 - CEP: 20090-910 | Praça Mauá, 7 - CEP: 20081-240 Centro - Rio de Janeiro/RJ | CNPJ: 42.521.088/0001-37 Tel: (21) 3037-3000 | Fax: (21) 3037-3398 • twitter: @inpibrasil | facebook: INPI Brasil".



5

## Acompanhe

Poderá ser exigido que você corrija informações ou envie novos documentos durante as diferentes etapas de análise do seu pedido de IG.

[Entenda as etapas de análise do pedido.](#)

Para não perder prazos, acompanhe seu pedido pela [Revista da Propriedade Industrial \(RPI\)](#), publicada às terças-feiras.

Se tiver dúvidas durante sobre o processo, encaminhe sua pergunta para o sistema [Fale Conosco](#).

[Confira a lista das IG concedidas no Brasil e os pedidos em análise no INPI.](#)

Após a concessão, o Certificado de Registro estará disponível em formato eletrônico no Portal para download.

[Acesse a lista de Certificados de Registros de IG concedidos.](#)

9ª etapa: agora que você já realizou o Peticionamento eletrônico, lembre-se de acompanhar regularmente.

**Atenção**, se você for utilizar um serviço de um procurador, de um escritório especializado ou outro tipo de consultoria, lembre-se de monitorar o acompanhamento.

As opções de acompanhamento estão marcadas acima e na dúvida, click na opção **Fale Conosco** e preencha o formulário.

✓ Formulário eletrônico de **Fale Conosco**.

Fale Conosco - INPI

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

O Fale Conosco do INPI atende solicitações e pedidos de informação, Denúncias, sugestões, elogios e reclamações de última instância devem ser encaminhadas à [Dovótoris](#).

**Atenção!**  
 Para recuperar login, senha, número da Guia de Recolhimento da União (GRU) e alterações cadastrais, direcione a mensagem para [Webmaster](#).  
 Problemas nos sistemas eletrônicos do INPI direcione a mensagem para [Informática](#).

Se você já registrou uma mensagem e deseja acompanhá-la, clique [aqui](#).  
 (Somente mensagens registradas após 02/04/2012)

Nome \*  Razão Social

CPF \*  CNPJ  Telefone \*

País \*  Estado \*

E-mail \*  Confirme seu e-mail \*

Assunto / Área de Interesse \*  
 Seleccione

Mensagem \*

499: caracteres restantes

Anexo (Limite de tamanho: PDF (500 | 100 | 100))  
 Escolher arquivo Nenhum arquivo selecionado

\* Preenchimento obrigatório.

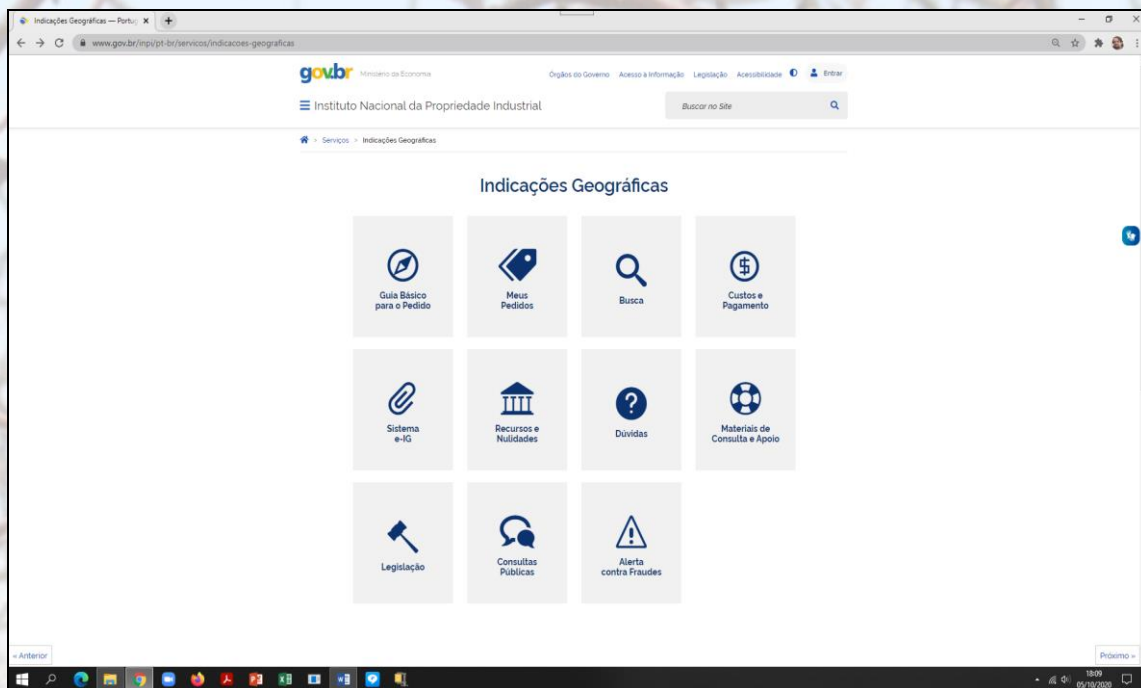
Clique na [Recaptcha](#) abaixo.

Não sou um robô

ENVIAR

Recomendamos o uso das navegações Mozilla Firefox, Google Chrome ou Internet Explorer a partir da versão 9.





10ª etapa: você pode voltar para a tela de **Indicações Geográficas** e lá terá acesso a todos os atalhos e muitas informações.

**Atenção:** O procedimento eletrônico de Peticionamento é muito técnico e a sua análise é rigorosa, logo tenha bons colaboradores para evitar problemas e custos desnecessários!



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Brasil, Grandes Regiões e as Unidades da Federação, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=resultados>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Guia do usuário – módulo de indicações geográficas do Peticionamento eletrônico do INPI**. Brasília – DF: 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/guia-basico/GuiaBsicoPeticionamentoEletronicoIG.pdf>. Acesso em: 14/10/2020.

COSTA, L. S. **Caprinos. História e mitologia**. Postado em 30 de maio de 2011. Disponível em: <https://stravaganzastravaganza.blogspot.com/2011/05/caprinos-historia-e-mitologia.html>. Acesso em: 15/01/2020.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. Tradução José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget. 2001, v.17, 501 p

SEBRAE. **Programa Bioma Caatinga**. Desenho da Cadeia Produtiva da Caprinocultura no Semiárido da Bahia. Ribeirão Preto: mar. 2011.



# Árvore sagrada do Sertão

Spondias tuberosa



Capital do bode desde 1948

Daqui foi levado o meteorito do Bendegó



Guerra de Canudos



## Cultura e tradição

Foto: Robson Rodrigues



Associativismo e Comunidades Tradicionais de Fundos de Pastos.

Foto: Nilo Ramos







BA 210 Km 04 – Rodovia Juazeiro/ Sobradinho, Bairro Malhada da Areia.  
Cep.: 48.909-210 – Juazeiro/BA (Antigo Centro Esportivo Itália/Brasil)  
Fone: 74 3611-7206  
Email: [cpgexr@univasf.edu.br](mailto:cpgexr@univasf.edu.br)